



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ANDRÉ JOSÉ SANAIOTTI GRADE FERRO

**CAPITALISMO E PEQUENA PRODUÇÃO DE LEITE:  
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A SUBORDINAÇÃO DOS  
PEQUENOS PRODUTORES**

---

Londrina  
2012

ANDRÉ JOSÉ SANAIOTTI GRADE FERRO

**CAPITALISMO E PEQUENA PRODUÇÃO DE LEITE:  
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A SUBORDINAÇÃO DOS  
PEQUENOS PRODUTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obter o título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos.

Londrina  
2012

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

F395c	<p>Ferro, André José Sanaiotti Grade. Capitalismo e pequena produção de leite: um estudo sociológico sobre a subordinação dos pequenos produtores / André José Sanaiotti Grade Ferro – Londrina, 2012. 177 f.: il.</p> <p>Orientador: Ariovaldo de Oliveira Santos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) □ Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Sociais, 2012.</p> <p>1. Sociologia rural – Teses. 2. Capitalismo x Produtores de leite – Teses. 3. Produção familiar – Teses. 4. Leite x Comércio – Teses. 5. Leite x Produção – Teses. 6. Projeto Leite Bom – Teses. 7. Programa Universidade Sem Fronteiras – Teses. I. Santos, Ariovaldo de Oliveira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Mestrado em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 316.334.55</p>
-------	---

ANDRÉ JOSÉ SANAIOTTI GRADE FERRO

**CAPITALISMO E PEQUENA PRODUÇÃO DE LEITE:**  
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A SUBORDINAÇÃO DOS  
PEQUENOS PRODUTORES

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos  
UEL –Londrina - PR

---

Prof. Dr. Nelson Dacio Tomazi

---

Prof. Dr. José Flavio Bertero  
UEL –Londrina - PR

Londrina, de de 2012.

*Para Priscila e Lucia Helena*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo, José Flavio Bertero, que sempre contribuiu para minha formação acadêmica e profissional, desde a época da graduação, depois na especialização e agora neste trabalho. Serei eternamente grato por tudo, pelas aulas, leituras, orientações, discussões teóricas e políticas no grupo de estudo do capital, pelas críticas contundentes e sempre construtivas durante esses anos de convivência e aprendizado.

Aos companheiros do Projeto Leite Bom - o Mura, Arnaldo, Yeda, Pablo e Anaisa. Aos professores Augusto e Muller, pela convivência e aprendizado durante os trabalhos de campo. Ao Antonio Carlos e ao Katto da Emater, pelas entrevistas e o convívio nas visitas aos produtores. Ao setor de transporte da UEL, em especial ao Celso, pelas viagens. Aos amigos Costa, Valdecir e Fernando, do Labeted da UEL, pelas filmagens e gravações. Sem essas pessoas, dificilmente teria realizado a pesquisa de campo.

Aos produtores de leite de Ibiporã, Araongas, Tamarana, Cambé, Ortigueira e Jaguapitangã, com os quais convivi, quase que diariamente, durante os quatro anos do Projeto Leite Bom. Obrigado pelas entrevistas, pelas conversas que muitas vezes foram acompanhadas com cafezinho e bolo de fubá. Sem vocês não teria realizado esta pesquisa.

Ao professor Nelson Dacio Tomazi, pelas contribuições dadas ao trabalho no momento da qualificação. Ao professor Ari, agradeço pela amizade e confiança, pelas contribuições na minha formação, durante longos anos de convivência e aprendizado, e guardarei sempre o posicionamento crítico diante da realidade. Ao professor José Mario Angeli, pela amizade, pelas discussões teóricas e políticas que tive nas aulas e no sindicato. Enfim, são professores que marcaram minha formação acadêmica e política.

Aos companheiros eternos Thiago, Rafael, Jean, Valdir, Leonardo e Pedro, que sempre me deram força e incentivo para realização desta dissertação. Muita saudade das conversas, das discussões teóricas e políticas, dos protestos, das risadas.

À minha avó Lúcia e à minha mãe, pelo carinho, educação, amor e dedicação que tiveram e têm comigo. Obrigado por tudo! Aos meus irmãos, pela força e carinho.

À minha esposa Priscila, pela compreensão, amor e paciência durante esse período exaustivo e tenso do mestrado. Sem o seu incentivo, não conseguiria terminar este trabalho.

*“Eu, que nada mais amo  
Do que a insatisfação com o que se pode mudar  
Nada mais detesto  
Do que a insatisfação com o que não se pode mudar”*  
(Bertolt Brecht).

FERRO, André J. S. G. **Capitalismo e pequena produção de leite**: um estudo sociológico sobre a subordinação dos pequenos produtores. 2012. 157 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada sobre os pequenos produtores de leite do município de Ibiporã e do assentamento Dorcelina Folador, localizado na cidade de Araçongas. As entrevistas aqui contidas são referentes ao período de 2008 a 2010, momento em que participei do “Projeto Leite Bom” (UEL/ Programa Universidade Sem Fronteiras), no qual tive oportunidade de conhecer os produtores em questão e realizar o trabalho de campo. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as condições de produção e de comercialização do leite, elucidando os vínculos dos produtores com a produção social capitalista, marcados pelo contexto recente das transformações da agropecuária brasileira, em especial, da atividade leiteira. Além dessas questões, o trabalho também teve por objetivo contribuir com o debate acadêmico da discussão da pequena produção familiar e do processo de subordinação ao capital, uma vez que analisamos como esse processo de subordinação acontece concretamente com os produtores de leite em questão.

**Palavras-chave:** Produtores de leite. Capitalismo. Bovinocultura leiteira. Pequena produção.

FERRO, André J. S. G. **Capitalismo e a pequena produção de leite**: um estudo sociológico sobre a subordinação dos pequenos produtores. 2012. 157 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

This work is the result of field research I conducted with small dairy farmers in the city of Ibiporã and nesting Dorcelina Folador, located in the city of Arapongas. The interviews contained here are for the period from 2008 to 2010, when I attended the "Projeto Leite Bom" (UEL / Universidade Sem Fronteiras program), in which I got to know the producers concerned and carry out the fieldwork. Therefore the aim of the research was to analyze the conditions of production and marketing of milk, explaining the links with the producers of capitalist social production, marked by the context of recent transformations in Brazilian agriculture, especially in the dairy business. Besides these issues, the study also aimed to contribute to the academic debate on the discussion of small family production and the process of subordination to capital, since we analyze how this process of subordination happens specifically with dairy farmers.

**Keywords:** Milk producers. Capitalism. Dairy cattle. Small production.

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** – Os motivos pela “escolha” da produção de leite ..... 38

**Gráfico 2** – Motivos pela opção em produzir leite ..... 79

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Entrevista feita com Sr. Sergio Espanhol em Ibioporã .....	53
<b>Imagem 2</b> – Triturador e a fabricação de volumoso a base de napier .....	62
<b>Imagem 3</b> – Ordenha manual (com “bezerro ao pé”) e ordenha mecânica .....	63
<b>Imagem 4</b> – O transporte e o armazenamento do leite em garrafas pets .....	70
<b>Imagem 5</b> – Placa com a mensagem de que é proibida a comercialização de lote .....	78
<b>Imagem 6</b> – Leite “Terra Viva”, produzido pela Cooperoeste (MST) .....	81
<b>Imagem 7</b> – Sala de ordenha com sistema de ordenha mecanizado .....	94
<b>Imagem 8</b> – Chão do curral .....	95
<b>Imagem 9</b> – Tanque de expansão coletivo .....	97
<b>Imagem 10</b> – O caminhão do laticínio coletando o leite no tanque de expansão .....	105
<b>Imagem 11</b> – Reunião com técnicos do BNDES sobre a aprovação do projeto do laticínio .....	106

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Esquema explicativo sobre o <i>Ciclo Capitalista do Leite</i> .....	22
<b>Quadro 2</b> – Organização do assentamento: núcleos e linhas de produções .....	99

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Produção de leite no Brasil e produtividade média por animal – 1975 a 2010 .....	24
<b>Tabela 2</b> – Redução do número de produtores de leite no Brasil.....	32
<b>Tabela 3</b> – Modo de aquisição do sítio.....	45
<b>Tabela 4</b> – Média da produção de leite diária por produtor .....	46
<b>Tabela 5</b> – Sistema de alimentação utilizado pelos produtores em Ibiporã .....	49
<b>Tabela 6</b> – Área dos estabelecimentos rurais .....	51
<b>Tabela 7</b> – Número total de vacas por produtor – Ibiporã .....	54
<b>Tabela 8</b> – Produtividade média diária das vacas em lactação dos PPL de Ibiporã.....	55
<b>Tabela 9</b> – Predominância da raça no rebanho leiteiro de Ibiporã.....	57
<b>Tabela 10</b> – Tipos de trabalho .....	59
<b>Tabela 11</b> – Tipos de ordenha e “com ou sem bezerro ao pé.....	63
<b>Tabela 12</b> – Descrição do local da ordenha – Ibiporã.....	64
<b>Tabela 13</b> – Formas de comercialização do leite em Ibiporã.....	66
<b>Tabela 14</b> – O principal destino da produção de leite entre os assentados .....	75
<b>Tabela 15</b> – Média da produção de leite diária por produtor .....	83
<b>Tabela 16</b> – Área de pastagem por lote.....	84
<b>Tabela 17</b> – Número total de vacas por produtor .....	86
<b>Tabela 18</b> – Predominância da raça no rebanho leiteiro .....	87
<b>Tabela 19</b> - Tipos de trabalho no processo de ordenha .....	90
<b>Tabela 20</b> – Trabalhos fora do lote .....	91
<b>Tabela 21</b> – Tipos de ordenha .....	93
<b>Tabela 22</b> – Bonificação por volume de produção.....	100
<b>Tabela 23</b> – Bonificação pela CCS .....	103

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNMQL	Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite
PPL	Pequenos Produtores de Leite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – O LEITE E A REDUÇÃO NO NÚMERO DE PRODUTORES</b> 19	
1.1 Estranhando o Leite: do Alimento a Forma Mercadoria.....	19
1.2 Produção de Leite no Brasil e a Redução do Número de Produtores .....	23
<b>CAPÍTULO 2 –OS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ</b> .....	34
2.1 Os PPL de Ibiporã como “Capitalistas de si mesmo” .....	34
2.2 “Escolha” pela produção de leite .....	36
2.3 Três características dos produtores: mercantis, proprietários funcionários e pequena produção .....	43
2.4 Pequena Produção de Leite e os Fatores de Influência .....	48
2.5 Processo de Ordenha e suas Relações.....	58
2.6 Comercialização do Leite e os Motivos da Informalidade .....	66
<b>CAPÍTULO 3 –OS PRIDUTORES DE LEITE DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR</b> .....	72
3.1 Descrição do Assentamento Dorcelina Forlador .....	72
3.2 Quebrando a Mística: a Produção voltada para o Mercado .....	74
3.3 Os Motivos para Produção de Leite.....	78
3.4 Volume da Produção de Leite e os elementos influenciadores.....	82
3.5 Processo de Ordenha.....	89
3.6 Comercialização Coletiva e o Projeto do Laticínio .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111
<b>APÊNDICES</b> .....	117
APÊNDICE A – Questionário.....	118

APÊNDICE B – Uma síntese das transformações capitalistas no campo e suas tendências.....	126
APÊNDICE C – A intervenção do Estado no ciclo capitalista do leite de 1945 a 1990 .....	142
<b>ANEXOS</b> .....	155
ANEXO A – Tabelas publicadas no site da EMBRAPA gado de leite .....	156

## INTRODUÇÃO

O debate a respeito da *pequena produção agropecuária* não é novo nas ciências sociais. Autores clássicos<sup>1</sup> como, por exemplo, Karl Marx (1984a), Kaustky (1980) e Lenin (1980 e 1982), ao estudarem o desenvolvimento do capitalismo, mostravam que a tendência do capital era estender a sua lógica de valorização ao campo, subordinando aos seus ditames. Para eles, o capitalismo seria o responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas no meio rural, resultando na criação de uma agropecuária moderna, a qual estava assentada em uma base técnica de origem industrial e no trabalho assalariado. No entendimento deles, ao penetrar no campo, o capital destruía e/ou (re)criava as antigas relações de produção, criava a propriedade moderna e desagregava o campesinato. Eles destacavam ainda que o processo de modernização das forças produtivas no campo (industrialização) tinha como tendência o desaparecimento da pequena produção agrícola, uma vez que ela era vista como uma irracionalidade do ponto de vista da produtividade. Para Marx, por exemplo, defender agricultura camponesa (tradicional) e a pequena produção agrícola, procurando eternizá-las, era o mesmo que decretar a mediocridade geral. Como se vê, esses autores mostram que com a expansão do capitalismo no campo a tendência é a eliminação da pequena produção ou de sua subordinação ao capital.

Vale também destacar que na contramão dessa perspectiva mencionada, temos a interpretação de Chayanov (1974 e 1981), na qual a pequena produção camponesa era concebida como uma forma de resistência à dominação capitalista no campo. Para o autor em questão, a persistência da pequena produção agrícola era uma contradição do próprio capitalismo, pois ela tem uma lógica própria, que não se subordina ao capital, pois os camponeses produzem para a própria subsistência, o que permitia gozar de autonomia frente ao capital. Essa interpretação também influenciou alguns autores brasileiros<sup>2</sup> acerca da pequena produção agrícola e sobre o seu destino no país.

O debate da pequena produção agropecuária também se faz presente no Brasil. Assim como nos pensadores clássicos, a pequena produção tem sido tema de vários debates e controvérsias no meio acadêmico e nas políticas governamentais no país, pois não existe um consenso sobre o tema. Podemos dizer, em síntese, que o debate no Brasil gravita basicamente em duas perspectivas, uma entende a pequena produção como externa e forma de

---

<sup>1</sup> No apêndice da dissertação temos um esboço das ideias de Marx, Kautsky e Lenin sobre as transformações do campo.

<sup>2</sup> Na atualidade, podemos ver a influência do pensamento de Chayanov nos estudos de Oliveira (2001); Fernandes (1999); Mauro (1999); Paulino (2006) e outros.

resistência ao capital, cuja unidade de trabalho é familiar e que produz basicamente para sua própria subsistência, como sinônimo de resistência ao capital, vislumbrando na pequena produção uma luta anticapitalista; a outra mostra que a tendência da pequena produção, quando não consegue valorizar os seus pequenos capitais, tende a ser eliminada no processo de modernização das forças produtivas no campo (industrialização) ou ainda é preservada, (re)criada sob o domínio do capital.

É entorno do debate mencionado acima que a nossa pesquisa se insere. Logo, o objetivo desta pesquisa foi compreender a problemática da pequena produção no que tange aos pequenos produtores de leite. Para isso, realizamos uma pesquisa empírica sobre os produtores de leite do município de Ibiporã e do assentamento Dorcelina Folador, localizado em Arapongas. Assim, o intuito foi apreender as reais condições de existência dos produtores em questão, no contexto das transformações recentes da agropecuária no país. Essas condições, muito provavelmente, refletem uma tendência geral e isso é uma das justificativas para desenvolver o presente estudo.

Logo, o ponto de partida de nossa investigação é o de que os produtores de leite, enquanto produtores mercantis, são produtores da sociedade, para a qual e na qual produzem. Como tais, submetem-se à produção social e, desse modo, são regidos pelas leis econômicas da sociedade capitalista, as quais, portanto, integram a estrutura de classes da sociedade, ao contrário das teses que defendem a pequena produção como sendo sinônimo de autonomia e/ou resistência ao capitalismo. A nossa hipótese é que os pequenos produtores de leite têm como principal fonte de renda a comercialização do leite, o que significa que não produzem apenas para atender a sua subsistência, mas para a venda dos seus produtos no mercado, fato que inviabiliza a pretendida autonomia desses produtores em relação à sociedade capitalista. Corroboram com a nossa tese da submissão dos pequenos produtores à produção social, os estudos feitos por Gnaccarini, 1980 e 1988; Bertero, 2000; Muller, 1980 e 1982a; Lopes, 1986; Velho, 1980.

Para elucidar como se dão esses vínculos com a referida produção social capitalista, o objetivo geral deste trabalho foi apreender, mediante a pesquisa empírica, a situação concreta de tais produtores, isto é, os seus vínculos com o mercado e sua inserção na sociedade. Em outras palavras, investigamos a forma como se realizou a produção e a comercialização do leite entre os produtores em questão. Lembrando que tais verificações são necessárias para se compreender os seus referidos vínculos com a produção social, na qual se inserem e da qual dependem, inclusive na determinação das respectivas produtividades e dos preços dos seus produtos.

Para efeito de exposição dos resultados da pesquisa, optamos em dividir o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos inicialmente uma reflexão de estranhamento sobre o leite, mostrando que o leite, enquanto mercadoria, tende a abstrair o ciclo capitalista do leite. Contextualizamos também o cenário da produção de leite no país, mostrando as tendências sobre o destino dos produtores frente ao processo de modernização, que se intensificou a partir da década de 1990. Destacamos, ainda, que essa modernização da bovinocultura leiteira vem se realizando ao longo dos anos, de maneira excludente, visto que está diminuindo o número de produtores de leite no país.

Com relação ao segundo e ao terceiro capítulos, elucidamos o resultado da pesquisa de campo feita sobre os produtores de Ibiporã e sobre o assentamento Dorcelina Folador. Procuramos explicitar como os produtores realizam a produção e a comercialização do leite, ou seja, sob quais circunstâncias e a maneira como eles estabelecem os vínculos com os diversos subsetores que compõem o ciclo do leite (com a produção social). Já nas considerações finais, realizamos uma síntese das contribuições do trabalho e das conclusões que obtivemos.

Vale também destacar que no apêndice apresentamos o modelo do questionário das entrevistas realizadas com os produtores; dois *artigos* feitos durante a pesquisa, um com anotações sobre a produção de leite, e o outro se trata de um “resumo” sobre o debate acerca do processo de modernização do campo e o destino da pequena produção rural nas leituras de Marx, Kaustky e Lenin.

### ***Esclarecimentos sobre o trabalho de campo***

Iremos, a seguir, relatar, resumidamente, como a pesquisa de campo aconteceu. Assim sendo, o primeiro ponto a destacar é que a pesquisa de campo só foi possível graças à minha participação no projeto de extensão do programa “Universidade Sem Fronteiras”, intitulado “Projeto Leite Bom: atendimento itinerante a pequenos produtores leiteiros”, durante o período de novembro de 2007 a dezembro de 2010. Percebe-se que foi através desse projeto que consegui conhecer os pequenos produtores de leite e, a partir daí, realizar a pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo, selecionei 76 pequenos produtores de leite para entrevistar e acompanhar o desenvolvimento da produção durante o período de vigência do projeto. Desses 76 produtores entrevistados, 22 deles são produtores no município de Ibiporã e 54 produtores do assentamento “Dorcelina Folador”, localizado no município de Arapongas.

As entrevistas foram feitas por meio de questionários semi-abertos, ou seja, tínhamos perguntas em que as respostas eram fechadas (por alternativas) e outras abertas (dissertativas). Optamos pelo questionário semi-aberto, uma vez que tendo algumas respostas fechadas encontraríamos menores dificuldades em tabular alguns dados como, por exemplo, referentes à média da produção diária de leite ou número de vacas, se a ordenha era manual ou mecânica, etc.

As entrevistas tiveram, basicamente, duas ‘linhas’ de indagação. Uma delas era de natureza técnica e objetiva, portanto, com intuito de investigar os aspectos da produção e da comercialização do leite, permitindo assim compreender melhor a situação de classe desses produtores; e a outra era subjetiva, que visou captar as visões de mundo dos produtores (a consciência de classe).

É preciso destacar, ainda, que além das entrevistas com a aplicação de questionário, realizamos entrevistas abertas com quatro produtores de Ibiporã, duas com produtores do assentamento Dorcelina Folador, uma entrevista com o médico veterinário da Emater e outra com o zootecnista da mesma instituição. As entrevistas abertas objetivavam complementar os dados obtidos com aplicação do questionário. Os modelos do questionário e o roteiro das entrevistas encontram-se no apêndice deste trabalho.

## CAPÍTULO 1

### O LEITE E A REDUÇÃO NO NÚMERO DE PRODUTORES

O objetivo deste capítulo é apresentar inicialmente uma reflexão de estranhamento sobre o leite, ou seja, elucidamos que, nos dias atuais, o leite não é simplesmente um alimento, mas assume a forma mercadoria, e enquanto mercadoria tende abstrair o ciclo capitalista do leite. Além disso, contextualizamos o cenário da produção de leite no país, mostrando as tendências sobre o destino dos produtores frente ao processo de modernização, que se intensificou a partir da década de 1990. Destacamos, ainda, que essa modernização da bovinocultura leiteira vem se realizando ao longo dos anos, de maneira excludente, visto que está diminuindo o número de produtores de leite no país.

#### 1.1 ESTRANHANDO O LEITE: DO ALIMENTO À FORMA MERCADORIA

*“À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, K. 1983, p. 70).*

Muitas vezes, diante de uma gôndola de supermercado, ao adquirir uma caixa de leite ou seus derivados (manteiga, iogurte, requeijão, queijos, sorvetes, etc.), ou quando saboreamos um copo de leite ou pedaço de queijo, consumimos esses produtos para satisfazer uma necessidade imediata, que é nos alimentar. Em outras palavras, é quase que espontâneo associar o leite e os seus derivados apenas a alimento, que visa tão somente suprir ou repor alguns nutrientes<sup>3</sup> são indispensáveis para a vida. Nessa perspectiva imediatista, o leite tende aparecer somente como alimento, dotado apenas de valor de uso. Entretanto, vale destacar que o leite não é simplesmente um alimento, pois na sociedade capitalista ele assume a forma de *mercadoria*.

Sobre a mercadoria é importante retomar algumas explicações de Marx. A primeira delas é que a produção de mercadoria, na economia capitalista, tem por objetivo a valorização do capital. Logo, o que orienta e move a produção de mercadoria não é somente o

---

<sup>3</sup> “O leite é considerado o mais nobre dos alimentos, por sua composição rica em proteína, gordura, carboidratos, sais minerais e vitaminas, proporciona nutrientes e proteção imunológica para o neonato. Além de suas propriedades nutricionais, o leite oferece elementos anticarcinogênicos, presentes na gordura, como o ácido linoléico conjugado, esfingomiéline, ácido butírico,  $\beta$  caroteno, vitaminas A e D” (Müller, E., 2002, p.207).

valor de uso do objeto, mas sim o valor que dela se quer extrair. Em outras palavras, isso quer dizer que o capital não produz o leite porque ele é simplesmente um alimento, mas produz o leite/mercadoria objetivando extrair valor. Como explicou Marx (1983, p. 155):

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por si mesma]. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

Como se vê acima, Marx elucida que o capital produz mercadorias não propriamente por causa do seu valor de uso, mas sim com o objetivo de se apropriar do valor, da mais-valia. Além dessa constatação, o autor ainda explica que a mercadoria é a síntese das relações sociais capitalistas de produção, haja vista que ela condensa as contradições e os conflitos que permeiam a produção social capitalista. Destaca, ainda, que a mercadoria, ao aparecer somente enquanto “coisa” ou “objeto”, tende abstrair as relações de trabalho e de classes presentes no processo de produção. No caso específico do leite, muitas vezes ao adquirir o produto não temos a dimensão do conjunto de relações que foram travadas para a sua produção.

Isso quer dizer, em outras palavras, que o leite ou as propagandas de margarinas (que geralmente fazem alusão ao mundo “perfeito” e “harmonioso” do capital) tendem abstrair as relações sociais presentes no processo de produção do leite e de seus derivados, ou seja, ocultam as contradições e os conflitos travados no interior do ciclo capitalista do leite. Cabe frisar que essas relações nada têm de harmoniosas, muito pelo contrário, veremos que elas são regidas pela lei do valor<sup>4</sup>, que são sempre constituídas por

---

<sup>4</sup> “A descoberta de que a lei do valor se impõe, sob o regime de produção capitalista, como lei da produção de mais-valia, significa que ela continua expressar, sob uma forma transfigurada, as relações capitalistas de produção, como forma mais desenvolvida das relações mercantis (...) a lei da mais-valia, forma capitalista da lei do valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações (...) é a lei fundamental do movimento do modo de produção capitalista de produção, enquanto lei que define a especificidade desse movimento, em oposição aos modos de produção anteriores. Trata-se da lei interna de um regime de produção ‘que não está ligado a limitações predeterminadas e predeterminantes das

conflitos, disputas e contradições. O leite/mercadoria ao aparecer apenas como “coisa” mostra a sua faceta fantasmagórica, que aspira encobrir o chamado *ciclo capitalista do leite*.

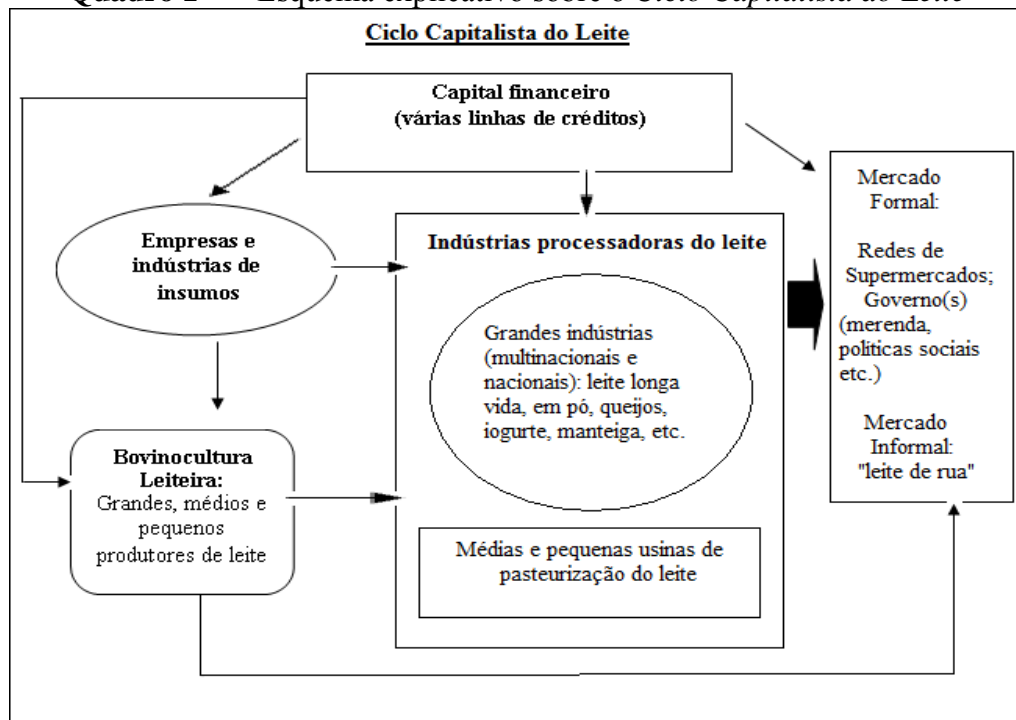
Ora, mas o que vem a ser o ciclo capitalista do leite? Nas palavras de Coradini e Fredericq (2009, p. 96) tem a seguinte definição:

uma sucessão de momentos produtivos de vários subsetores, integrados entre si. Começa pela produção dos insumos e dos equipamentos necessários à exploração leiteira (rações para o gado, máquinas para ordenha etc.). Esse subsetor se comunica com um segundo, o da produção leiteira propriamente dita, que, por sua vez, manda seu produto final, o leite cru, para a indústria de processamento (pasteurização do leite e produção de derivados). Depois, os produtos acabados serão mandados para o setor de comercialização e, enfim, serão dirigidos para o mercado consumidor: **é a essa sucessão de operações que se chama, aqui, ‘ciclo do leite’** (Grifo meu).

Como explicaram os autores (2009), o *ciclo capitalista do leite* (ver quadro 1) é constituído por vários setores, que englobam desde o produtor rural, passando pelas indústrias de insumos e de laticínios, além das redes varejistas de supermercados. São esses setores integrados entre si que permitem a produção e a comercialização do leite/mercadoria. É preciso observar, ainda, que o ciclo do leite pressupõe uma **divisão social do trabalho**, a presença do trabalho concreto e, sobretudo, do trabalho social/abstrato, pois o leite/mercadoria é resultado da **produção social capitalista**, na qual cada um dos setores mencionados mantém-se integrados e vinculados a partir da mediação da troca. Nota-se, então, que o ciclo do leite faz parte da produção social capitalista.

---

*necessidades’, senão, unicamente, às necessidades de auto-valorização do capital”* (BELLUZO: Estudos Cebrap, nº 24, s/d.). Ver também Belluzzo (1980) e Mazzucchelli (1985).

**Quadro 1** – Esquema explicativo sobre o *Ciclo Capitalista do Leite*

**Fonte:** Quadro explicativo elaborado pelo autor da dissertação.

Como se vê, o ciclo capitalista do leite implica em um conjunto complexo de relações, nas quais podemos presenciar as diversas formas de capitais (comercial, industrial, financeiro) no interior de cada um dos setores e nas relações estabelecidas entre eles. Isso significa dizer que ele é permeado por relações conflituosas e contraditórias, uma vez que está sob os ditames do capital. Podemos perceber, por exemplo, que os conflitos no interior do CCL acontecem fundamentalmente de duas formas: uma refere-se à disputa entre os capitais, ou seja, cada um dos setores está em disputas para ver qual deles consegue se apropriar de uma fatia maior da mais-valia social (lucro, juros e/ou renda da terra); já o outro conflito, geralmente é travado no interior de cada setor (unidade produtiva) por meio da relação entre capital e trabalho, em que o capitalista explora o trabalhador para extrair sobretrabalho (mais-valia), nota-se, aí, uma relação antagônica.

Como se viu, essas relações conflituosas estabelecidas no CCL não aparecem quando concebemos o leite apenas como alimento. Em outras palavras, é preciso estranhar o leite enquanto alimento. É preciso questionar quais são as relações que movem a produção de leite ou CCL. No estudo que realizamos sobre os pequenos produtores de Ibiporã e do assentamento Dorcelina Folador, veremos que a produção de leite é movida fundamentalmente como forma de obtenção de renda.

No próximo tópico, apresentamos dados sobre a produção de leite no Brasil e a tendência ao desaparecimento do pequeno produtor.

## 1.2 A PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E A REDUÇÃO DO NÚMERO DE PRODUTORES

O objetivo deste tópico não é fazer uma (re)constituição do desenvolvimento da produção de leite no Brasil, até porque temos alguns trabalhos – por exemplo, Farina (1983), Fleury (1983), Wilkinson (1993), Gomes (2000), Meireles (2000 e 2004), Coradini (2009), Fredericq (1980 e 2009) e outros - que já se dedicaram a esse tema. Assim sendo, o nosso objetivo é situar o leitor sobre o crescimento da produção de leite no Brasil nos últimos 30 anos, destacando que esse movimento aconteceu de forma excludente, visto que o número de produtores, particularmente o pequeno, tem diminuído com os anos.

Para termos noção do tamanho da produção brasileira de leite, dados publicados, em 2010, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostraram que a produção de leite no país corresponde a 5,3% do total de leite produzido no mundo, ou seja, ocupamos no ranking a quinta posição entre os países que mais produzem leite no mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos da América (14,6%), da Índia (8,4%), da China (6,0%) e da Rússia (5,3%). Como se viu, o Brasil é um dos países que mais produz leite no mundo.

Quando analisamos a produção de leite no Brasil, entre o período de 1975 a 2010, podemos constatar que em um período de 35 anos a produção de leite no país quase que quadruplicou, pois, em 1975, a produção era de praticamente 8 bilhões de litros, ao passo que em 2010 a produção foi de aproximadamente 31 bilhões de litros. Nesse mesmo período, é possível constatar que a produtividade por animal mais do que dobrou, pois em 1975 a produtividade por animal era de 646 litros/ano, enquanto que em 2010 a média era 1.340 litros/ano (ver a tabela 1).

**Tabela 1** – Produção de leite no Brasil e produtividade média por animal – 1975 a 2010

ANO	Produção de leite (mil litros)	Produtividade litros/vaca/ano
1975	7.947.382	646
1980	11.162.245	676
1985	12.078.398	715
1990	14.484.414	759
1995	16.474.365	801
2000	19.767.206	1.105
2005	24.620.859	1.194
2010	30.715.460	1.340

**Fonte:** IBGE/Censo Agropecuário e Pesquisa da Pecuária Municipal – Disponível no site da Embrapa Gado de Leite.

Como se vê na tabela 1, é nítido o crescimento da produção de leite no país durante o período de 1975 a 2010. Mas vale destacar que esse crescimento pode ser entendido principalmente pelo processo de modernização da pecuária leiteira, que se intensificou, sobretudo, a partir da década de 1990, quando ocorreu o fim da *política de controle do preço do leite pelo Estado*<sup>5</sup> e a abertura do mercado nacional, estimulando as importações de leite e derivados. Essas mudanças fizeram com que aumentasse a concorrência no setor leiteiro, forçando a pecuária leiteira e as indústrias de laticínios a se modernizarem. Segundo Gomes (2000, p.19):

A abertura comercial que o Brasil vem ampliando, nos últimos anos, tem efeitos significativos em todos os elos da cadeia do leite, que é uma das mais sensíveis entre todas do setor agropecuário. O consumidor, ao ser exposto à experiência de produtos importados, muitas vezes mais baratos e de melhor qualidade, torna-se mais exigente. Além do preço e da qualidade, o consumidor começa a exigir aparência e comodidade. [...] O principal efeito da abertura comercial na indústria é o aumento da concorrência e, por conseqüência, a redução de margens de lucro. A indústria laticinista brasileira tem enfrentado forte concorrência com o mercado internacional, tanto de preço quanto de qualidade. Entretanto, não se pode deixar de registrar a antiga, e sempre atual, crítica que, muitas vezes, tal concorrência é desleal, em razão dos vultosos subsídios dos países de origem. Para enfrentar a concorrência internacional e atender ao consumidor doméstico, cada vez mais exigente, a indústria tem atuado em duas frentes: ofertando novos derivados de leite e reduzindo custos. Para alcançar tais objetivos, a premiação pela qualidade da matéria-prima e a concentração industrial são procedimentos prioritários.

Os efeitos da maior abertura comercial sobre o produtor também são traduzidos pela maior concorrência. Aliás, tais efeitos podem ser entendidos como o prolongamento da concorrência enfrentada pela indústria, visto que o mercado internacional é feito de derivados lácteos. **Aumentos de**

<sup>5</sup> Na parte do apêndice da dissertação, escrevemos um pequeno artigo em que explicamos como se processou o desenvolvimento do Ciclo Capitalista do Leite (CCL), de 1945 a 1990.

**produtividade e de produção, redução de custos médios e melhoria de qualidade são conceitos exigidos do produtor de leite, diante da nova ordem econômica.**

O encaminhamento de soluções parece simples, mas, na prática, não é, em razão dos ajustamentos necessários e, mais ainda, das enormes implicações econômicas e sociais de tais ajustamentos. [...] Os ajustamentos que devem acontecer na produção de leite do Brasil são magnificados pela atual estrutura produtiva, **na qual muitos produzem pouco e poucos produzem muito. Assim como já aconteceu em outros países onde tais ajustamentos já foram realizados, aqui também eles devem implicar a saída de muitos produtores do mercado.**

Conforme explicou Gomes (2000), a partir dos anos de 1990, com a abertura comercial e o fim da política de tabelamento do preço do leite, ocorreu uma reestruturação produtiva em todos os setores que compõem o CCL. No caso das indústrias de laticínios, as mudanças são facilmente perceptíveis, pois aqueles laticínios que não se modernizaram, que ficaram limitados somente na produção de leite pasteurizado (no “leite de saquinho”), acabaram, por sua vez, entrando em crise econômica; uma vez que já não conseguiam mais competir com o leite longa<sup>6</sup> vida (UHT) – leite de caixinha -, que passou a dominar<sup>7</sup> o mercado. Nota-se, ainda, que esse movimento resultou em duas tendências: 1º) foi aquisição de vários laticínios (de médio e de pequeno porte) pelas principais empresas lácteas, que já dominavam o mercado de leite no país; 2º) que alguns laticínios começaram a realizar o processo de fusão para tentarem continuar sobrevivendo no mercado. Percebe-se, então, que a modernização e a competição intensificaram o processo de centralização e de concentração de capitais<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> “O leite longa vida utiliza a nova tecnologia de ultrapasteurização (processo UHT – Ultra High Temperature) A ultrapasteurização (UHT) apresenta vantagens tecnológicas em relação ao processo de pasteurização e esterilização, porque amplia o prazo de validade do produto, também sem necessidade de refrigeração, mas sem significativas alterações nas características essenciais do leite ou de sabor. O processo de ultrapasteurização, utilizado na produção de leite longa vida, consiste basicamente no seu tratamento a uma temperatura de 130° a 150° C, por 2 a 4 segundos, após o que o produto é resfriado a uma temperatura inferior a 32° C e envasado em embalagem cartonada asséptica” (Meireles, 2000, p. 69).

<sup>7</sup> Dados publicados, no site da Embrapa Gado de Leite, sobre a participação do leite longa vida no mercado brasileiro, entre o período de 1990 a 2006, mostrou que esse tipo de leite tinha uma participação de 4,4%, em 1990, no mercado de leite no país; ao passo que, em 2006, o leite longa vida teve uma participação de 75,8% no mercado de leite. Vale destacar, que o leite longa vida ultrapassou o leite pasteurizado (leite de saquinho), no mercado, no ano de 1997, quando atingiu uma participação no mercado de 51,9%. Essa tabela está disponibilizada no anexo desse trabalho.

<sup>8</sup> A esse respeito destacou Wilkinson (1993, p. 40): “não é de surpreender que o complexo leiteiro se encontre em meio a um profundo processo de reestruturação, cujo aspecto mais visível é a expansão das multinacionais Nestlé e Parmalat, comprando usinas, empresas nacionais, postos de recebimento e até cooperativas (...). A Nestlé já comprou quatro fábricas de leite em pó, manteiga e queijo, além de 31 postos de resfriamento de leite da empresa nacional SPAM, localizada no Rio de Janeiro, e ainda uma fábrica de leite em pó da CCPL, também do Rio de Janeiro. Se as investidas da Nestlé apenas consolidam sua posição em mercados que já domina, a estratégia de crescimento da Parmalat é mais fulminante e ousada. De um faturamento de US\$ 120 milhões e fora da lista das dez maiores do setor em 1990, a empresa já saltou para o terceiro lugar na captação de leite e conseguiu triplicar seu faturamento. Além de consolidar seu mercado principal - Longa Vida - a

Outra mudança que também se constatou, a partir dos anos de 1990, foi a intensificação do processo de subordinação dos produtores de leite - em especial dos pequenos - aos ditames das grandes indústrias lácteas, haja vista que elas passaram a pressionar os produtores a modernizar a sua produção, exigindo um volume maior de leite (matéria-prima) juntamente com um produto de melhor qualidade. Observa-se, então, que a pressão das indústrias sobre os produtores de leite se intensificou com a criação e a expansão de “programas de bonificação pela qualidade e pelo volume da produção de leite”, ou seja, as empresas lácteas começaram a pagar preços diferenciados pelo litro do leite aos produtores; geralmente, remunerando melhor o produtor que tem um volume maior de produção e que produz um leite de melhor qualidade. Em outras palavras, essas medidas criadas pelas empresas, de certo modo, forçaram os produtores a modernizarem a sua produção, pois aquele que não se enquadrava nos quesitos mínimos exigidos pelos “programas de qualidade e de volume de produção”, deixava de pertencer ao grupo de fornecedores das indústrias de laticínios.

É importante ainda destacar que as pressões das indústrias lácteas sobre os produtores de leite não se limitaram na criação dos denominados “programas de bonificação”, muito pelo contrário, elas fizeram lobby para que o governo federal criasse mecanismos de modernização no setor leiteiro. Como destacou Meireles (2004), em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou a Portaria nº 166, criando um grupo de trabalho para analisar e propor um programa que tivesse medidas visando aumentar a competitividade e a modernização do setor de leite no Brasil. Na época, a comissão foi formada por técnicos do governo e representantes de diversos setores ligados à produção de leite, que elaboraram o documento intitulado de “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite” (PNMQL), o qual previa propostas de modernização para o setor. Em razão desse documento, o MAPA, em 1999, publicou a Portaria nº 56, que submetia o PNMQL à consulta pública para que fossem feitas propostas de alteração do programa. Feitas as alterações no PNMQL, o MAPA publicou, em setembro de 2002, a Instrução Normativa nº 51 (IN 51), que prevê uma série de mudanças no setor leiteiro.

Segundo Meireles (2004, p. 73), a IN 51 “regulamenta a produção, identidade, qualidade, coleta e transporte do leite A, B, C, pasteurizado e cru refrigerado. Esta

---

nível nacional com aquisições como a da Alimba na Bahia e Lacesa no Rio Grande do Sul, a Parmalat parece decidida a diversificar para o conjunto dos mercados de derivados. A Lacesa comercializa iogurte sob a marca Yoplait da cooperativa francesa SODIAAL (que também enfrenta dificuldades no seu país) e ocupa 30% do mercado do Sul. A Planalto, outra empresa comprada pela Parmalat, é uma importante produtora de queijos para o mercado do Rio de Janeiro. O eixo da estratégia da Parmalat porém permanece o leite fluido e, além do Longa Vida”.

norma entrará em vigor no dia 1º de julho de 2005 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e nas regiões Norte e Nordeste entrará em 1º de julho de 2007". Vale observar que esses prazos para vigência da IN 51 foram prorrogados e passou a valer em 1 de janeiro de 2012. Mas o que nos interessa elucidar sobre a IN 51 são as mudanças previstas, vejamos as principais:

- O processo de ordenha deve ser realizado na sala de ordenha, que prevê um local seco e limpo, com a presença de energia elétrica, de água corrente, o chão deve ter piso antiderrapante e o local deve ter paredes e ser coberto. Observa-se que essa medida proíbe a ordenha no pasto, currais rústicos, etc.;
- Ao ser coletado pela indústria, o leite deve passar por exames<sup>9</sup> para verificar a sua qualidade. Além desse procedimento, os produtores deverão enviar, mensalmente, amostras de leite aos laboratórios credenciados na Rede Brasileira de Laboratórios de Controle de Qualidade do Leite (RBQL) para certificar a qualidade<sup>10</sup> do mesmo. Nota-se que essa medida vai de encontro aos “programas de bonificação de qualidade do leite”, que já era promovido pelas grandes indústrias lácteas;
- Com relação à forma de armazenamento e refrigeração do leite após a ordenha, a IN 51 estabeleceu que o leite deve ser condicionado a tanque de expansão ou imersão. No tanque de expansão, a refrigeração do leite deve ter uma temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius) no tempo máximo de 3 horas após o término da ordenha. Já com relação ao tanque de imersão, o procedimento é igual ao tanque de expansão, o que muda é que o leite precisa ter uma temperatura de 7°C (sete graus Celsius) no tempo máximo de 3 horas após o término da ordenha. Vale também mencionar que o uso coletivo de tanques de refrigeração a granel ("tanques comunitários") é permitido entre os produtores de leite desde que seja tanque de expansão. Enfim, como se vê, a normativa proíbe que o leite fique exposto à temperatura ambiente ou sem refrigeração adequada até o momento da coleta do mesmo pelo laticínio;
- A outra medida refere-se à forma de coleta do leite pelos laticínios. Segundo a IN 51, o leite deve ser coletado de forma a granel, por caminhão-tanque, ou seja, não é mais permitido o transporte de leite através de latões. Vale também destacar que o tempo transcorrido entre a ordenha inicial e seu recebimento no estabelecimento que vai beneficiá-lo (pasteurização, esterilização, etc.) deve ser no máximo de 48

---

<sup>9</sup> São vários: acidez do leite, contagem de células somáticas (CCS), contagem bacteriana total (CBT), etc.

<sup>10</sup> São feitos exames que analisam: a contagem bacteriana total (CBT); a contagem de células somáticas (CCS); além dos teores de gordura, lactose, proteína, sólidos totais, sólidos desengordurados, etc. Ver em Ernst Müller (2002).

horas; lembrando, ainda, que o tempo recomendado de armazenamento do leite, tanto na propriedade rural como no laticínio, não deve ser superior ao período de 24 horas;

- Vale também destacar que a IN 51 reforça a proibição do mercado informal do leite e de derivados, o denominado “leite de rua”. Lembrando que desde 1969 a lei nº 923 proíbe a comercialização do “leite de rua” (em que o produtor rural comercializa diretamente o leite com o consumidor).

Como se viu, a IN 51 exige mudanças na forma de realizar a ordenha, de armazenar, de refrigerar, de transportar e de comercializar o leite. Em outras palavras, todas essas exigências citadas acabam *impondo*<sup>11</sup> ao produtor rural a realização de investimentos em tecnologias para melhorar a qualidade do leite. Dentre os investimentos, podemos citar, por exemplo, a construção da sala de ordenha; a aquisição de tanque de refrigeração (expansão ou imersão); sistema mecanizado de ordenha, que objetiva diminuir a contagem bacteriana do leite; a realização periódica de vacinação do rebanho para diminuir o risco de doenças; etc. Percebe-se, então, que não tem como melhorar a qualidade do leite sem fazer os investimentos necessários na infraestrutura da propriedade rural e no uso de sistemas modernos de ordenha, de armazenamento e de transporte do leite.

Como se observou, a IN 51 e os programas de bonificação pela qualidade do leite são medidas que impõem ao produtor de leite a introdução de técnicas modernas (racionalizadas) para produzir leite. Em outras palavras, isso quer dizer que o uso da tecnologia (ciência) no processo de produção tornou-se imprescindível para aumentar o volume da produção de leite e ainda ter um produto de qualidade. Mas vale ressaltar que esse processo de modernização da produção de leite tem implicações: 1º) é preciso se atentar para o fato de que a tecnologia na sociedade capitalista é capital, ou seja, só podem fazer uso das tecnologias aqueles produtores que têm capital para adquiri-las; percebe-se, portanto, que o processo de modernização é excludente; 2º) na medida em que o produtor passa a depender da modernização da produção para auferir o lucro médio, temos configurado, aí, a intensificação da subordinação<sup>12</sup> desse produtor rural ao capital industrial (por exemplo, das indústrias de

---

<sup>11</sup> Vale destacar que o processo de modernização do campo não se trata de uma “conquista”, mas sim de uma imposição da dinâmica do desenvolvimento capitalista no campo. Sobre esse assunto, temos vários estudos que se dedicaram ao tema, por exemplo, Gnaccarini (1980 e 1988); Müller (1982a e 1989); Graziano da Silva (1980b e 1981a); Coradini e Fredericq (2009); Bertero (2000) e Lopes (s./d.).

<sup>12</sup> Como destacaram Coradini e Fredericq (2009, p. 90): “A produção agropecuária, hoje em dia, não é mais um setor isolado das demais atividades socioeconômicas. Depende, constantemente, do poder de decisão de entidades que lhe são estranhas: o agricultor precisa receber um financiamento bancário para comprar seus insumos e ampliar suas instalações. É procurado pelas firmas difusoras das tecnologias mais sofisticadas em

laticínios e das indústrias de insumos) e ao capital financeiro (pois o produtor passa a depender cada vez mais do crédito para adquirir os insumos para viabilizar a produção); 3º) quando o produtor modernizar a produção adquirindo máquinas e implementos, temos aí configurado, geralmente, o aumento da *capital constante* em relação ao *capital variável*; isso quer dizer que ocorre a elevação da composição técnica do capital, mas também do ponto de vista do valor temos o aumento da composição orgânica do capital, que, conforme explicou Marx (1984c e 1985b), tende a provocar a *queda da taxa de lucro*<sup>13</sup>, gerando crise no setor. Destaca-se, então, que o aumento da produtividade tornou-se imprescindível para que o produtor de leite consiga realizar o lucro médio (Gnaccarini, 1988).

Feitas essas observações, o xis da questão é saber se os produtores de leite – em especial os pequenos – tiveram capitais suficientes para realizar a modernização de suas respectivas produções. Conforme explicaram diversos autores, sem as transformações na produção, dificilmente o produtor rural continua exercendo suas atividades no campo. Com relação a esse assunto, passemos agora a explicitar quais as tendências que os estudos têm apontado sobre o destino dos produtores de leite no Brasil, a partir da década de 1990, com o processo de modernização.

Os estudos realizados, por exemplo, Meireles (2000 e 2004) e Gomes (2000), explicaram que o destino dos produtores de leite no Brasil tem seguido, basicamente, para três tendências: 1º) temos aqueles produtores que conseguiram modernizar a produção, aumentando o volume da produção e a qualidade do produto; 2º) existem aqueles produtores que não conseguiram modernizar a produção e acabaram se sujeitando ao mercado informal do leite (“leite de rua”) e 3º) temos uma parcela dos produtores que deixaram ou foram obrigados a abandonar a bovinocultura leiteira, principalmente por causa do processo de descapitalização a que foram submetidos com as imposições do mercado.

Com relação à primeira tendência, um número reduzido de produtores conseguiu modernizar a produção de leite. Essa pequena parcela tecnificou a produção, basicamente através da especialização do rebanho, adquirindo animais de raças leiteiras e/ou adotando a inseminação artificial para melhorar a qualidade genética das matrizes; melhorando o sistema de pastagem ou adotando ainda o sistema de confinamento; mecanizando a ordenha; incorporando o tanque de expansão para armazenamento e

---

*matéria de equipamentos. E acaba vendendo sua colheita a baixo preço, sob as pressões constantes de comerciantes e industriais garantidos por uma forte posição oligopsônica. A agricultura se encontra em contato constante com o capital agroindustrial e financeiro, e esse contato não é de igualdade: a agricultura está subordinada a esses setores por mecanismos complexos e variados”* (grifo meu).

<sup>13</sup> Além de Marx (1984c e 1985b), ver sobre o assunto em: Napoleoni (1985); Mazzucchelli (1985) e Belluzzo (1980).

refrigeração do leite, etc. Evidentemente que esse conjunto de medidas tende a proporcionar um aumento de produtividade do rebanho e conseqüentemente um aumento no volume de produção do leite (Gomes, 2000, p. 78-83).

O problema que se coloca é o seguinte: por que somente uma pequena parcela dos produtores conseguiu modernizar a produção de leite? Para responder a essa questão recorreremos ao estudo de Jank et al. (1999), que dá as seguintes explicações: 1º) há aqueles que realizaram a modernização porque dispunham de capitais para fazer os investimentos na produção; 2º) uma outra parcela de produtores tecnificou a produção graças às linhas de créditos ou financiamento contraídas junto às instituições financeiras (públicas ou privadas). Vale destacar que a parcela dos produtores que recorre ao crédito ou ao financiamento para investir em tecnologia, geralmente é daqueles produtores que possuem médias ou grandes propriedades rurais, que têm bens para hipotecar junto aos bancos. Segundo Jank et al (1999), o pequeno produtor, muitas vezes, não adere às linhas de créditos ou de financiamento porque tem medo de hipotecar a única propriedade (sítio) que possui.

A segunda tendência sobre o destino dos produtores de leite é a comercialização informal do leite. Como destacou Gomes (2000, p. 127), uma parcela dos produtores que não se ajustou às exigências do mercado formal (as imposições das indústrias lácteas), que se encontra em situação de descapitalização, tende a comercializar a sua produção no mercado informal, pois essa passa a ser a única alternativa para continuar sobrevivendo da bovinocultura leiteira. É importante também esclarecer que muitos produtores, sobretudo os pequenos, fazem valer desse tipo de comércio – do “leite de rua” -, como forma de aumentar a renda, pois sem a mediação da indústria o produtor tende a ganhar mais com a venda direta do leite para o consumidor.

Embora exista um aparato jurídico (legislação) que prevê a proibição do mercado informal do leite, isso não quer dizer que na prática esse tipo de comércio tenha desaparecido, muito pelo contrário, a informalidade (o “leite de rua”) ainda persiste no país. Só para exemplificar, recentemente, no site do MILKPOINT (2011), foi publicada uma notícia com base nos dados do IBGE, que 32% do leite produzido no Brasil, em 2010, tiveram como destino o mercado informal. Nota-se, então, que muitos produtores recorreram ao mercado informal do leite por causa do próprio processo de descapitalização a que foram submetidos, uma vez que não conseguindo modernizar a produção de leite tendem a ser excluídos do mercado formal.

A outra tendência sobre o destino dos produtores de leite refere-se à desistência ou a eliminação do mesmo na atividade leiteira. Sobre esse assunto, os trabalhos

de Meireles (2000 e 2004), de Jank et al (1999) e de Gomes (2000) mostraram que um dos motivos para o produtor desistir da bovinocultura leiteira está relacionado à pequena margem de lucro auferida por litro de leite, ou seja, para atividade operar de maneira rentável o produtor tem que ter uma produção de médio ou grande porte (geralmente acima de 400 litros/dia). Para alcançar uma produção de média ou de grande escala, são necessários investimentos em tecnologias, o que significa dizer que o produtor precisa ter um montante de capitais para realizar a modernização de sua produção. Segundo Meireles (2000, p. 83), muitas vezes o produtor que tem capital para investir na modernização da produção de leite prefere aplicar esses recursos em outras atividades econômicas, que garantem uma rentabilidade maior; pois do ponto de vista do capital, como já explicou Marx (1983), o capitalista é movido pela caça apaixonada pelo valor, isto é, sempre visa aplicar o seu dinheiro/capital naquele setor que garanta mais “ovos de ouro”<sup>14</sup>.

Além da situação mencionada, os autores citados acima mostraram que existe uma grande parte dos produtores (ver a tabela 2) que não tiveram a escolha de desistir da atividade leiteira, mas que foram eliminados pela concorrência capitalista, graças ao processo de descapitalização a que foram submetidos, uma vez foram excluídos do movimento de modernização capitalistas (Silva e Tsukamoto, 2001). O perfil desses produtores, geralmente, é constituído por possuir uma produção de leite em pequena escala (abaixo de 200 litros/dia), fazer uso do trabalho familiar, ser pequenos proprietários rurais e ter uma produção de cunho tradicional (Gomes, 2000; Meireles 2000 e 2004; Jank 1999). Nota-se, então, que os produtores de leite eliminados na concorrência capitalista, geralmente são os pequenos produtores, aqueles que possuem formalmente pequenos capitais (sítio, pequeno rebanho leiteiro, etc.) e que não conseguem valorizá-los, em razão de ficarem fora do processo de modernização capitalista, que pouco a pouco tende a descapitalizá-los, eliminando-os.

Só para exemplificar a intensidade desse processo, dados dos últimos dois Censos Agropecuários dão conta que 442 mil produtores que produzem até 200 litros de leite/dia, (considerados como pequenos produtores) foram eliminados da atividade leiteira (ver tabela 2).

---

<sup>14</sup> Ver em Marx (1983), no capítulo IV “A transformação do dinheiro em capital”.

**Tabela 2** – Redução do número de produtores de leite no Brasil

Litros/dia	Censo 1995/1996	Censo 2005/2006
	Produtores (mil)	Produtores (mil)
Até 200	1.777	1.335
Acima 200	34	14
TOTAL	1.810	1.349

**Fonte:** Censos Agropecuários 1995/96 e 2005/06 *apud* Martins (2011).

Como se vê a partir da tabela 2, há uma redução absoluta no número total de produtores de leite no Brasil, uma vez que em 1995/96 existia 1,8 milhão de produtores, ao passo que em 2005/06 essa quantidade foi reduzida para 1,3 milhão de produtores, portanto, uma redução absoluta de 461 mil produtores de leite, em um período de 10 anos. Vale destacar que desse total de produtores que foram eliminados, 442 mil produtores eram pequenos produtores de leite, que pertenciam à faixa dos que produzem até 200 litros/dia. Em outras palavras, do total de 100% (461 mil) dos produtores eliminados, no período em questão, 95,8% (442 mil) eram pequenos produtores.

Vale ainda acrescentar aos dados acima citados que em 1995/96 a produção de leite no Brasil foi de 18,52 bilhões de litros de leite, enquanto que em 2005/2006 ela passou a ser de 24,62 bilhões de litros de leite, ou seja, tivemos em um período de 10 anos, um aumento de 6,1 bilhões de litros de leite no país, mas, ao mesmo tempo, tivemos a redução de 461 mil produtores de leite. Isso quer dizer, em outras palavras, que o processo de modernização da produção de leite no Brasil vem se realizando de maneira excludente, pois, ao mesmo tempo em que se aumenta a produção de leite no país, contraditoriamente, temos a redução do número de produtores. Lembrando que o setor mais penalizado desse processo, conforme discutimos nesse capítulo, tende a ser o dos pequenos produtores de leite (aqueles que produzem até 200 litros/dia).

Para concluir esse tópico, é preciso deixar claro que o desenvolvimento da bovinocultura leiteira no Brasil tem se realizado ao longo desses anos, a partir de um processo de modernização excludente, que vem resultando na eliminação do número de produtores de leite. Lembrando que esse movimento de modernização na pecuária leiteira explica-se, fundamentalmente, pela própria dinâmica de acumulação capitalista, pois para o capital se valorizar, conforme já explicou Marx, tende a centralizar e concentrar capitais, ou seja, tende a eliminar, sobretudo, os pequenos capitais. No caso do leite, conforme elucidamos, o processo de modernização é, em síntese, o principal mecanismo que o capital recorre para realizar a sua própria valorização (a sua acumulação).

É diante desse cenário que acabamos de apresentar que se insere a nossa pesquisa empírica propriamente dita. Nos próximos dois capítulos, apresentaremos os resultados da pesquisa empírica que fizemos sobre as condições de produção e de comercialização do leite, entre os produtores do município de Ibiporã e do assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Araongas. O objetivo da nossa pesquisa foi apreender concretamente como a lógica do capital se faz presente na vida dos produtores em questão.

## CAPÍTULO 2

### OS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Neste capítulo, apresentamos o resultado da pesquisa de campo feita com os pequenos produtores de leite do município de Ibiporã, por meio de análise sob quais condições e como eles realizam a produção e a comercialização do leite. Destacamos que as situações vivenciadas por eles não é um processo natural ou meramente subjetivo, muito pelo contrário, a pesquisa nos mostrou que as condições presentes são resultados do movimento de acumulação e (re)produção do capital, tecidas historicamente e socialmente.

#### 2.1 OS PPL DE IBIPORÃ COMO “CAPITALISTAS DE SI MESMO”

Quando se fala em *pequena*<sup>15</sup> *produção rural* e/ou pequeno produtor rural no Brasil, logo se associam as ideias de agricultura familiar e/ou trabalho familiar, camponeses, pequena burguesia rural e tantas outras expressões. No caso dos *pequenos produtores de leite* (PPL) do município de Ibiporã, entendemos que as expressões ‘agricultura familiar’ e/ou ‘trabalho familiar’ não seriam os termos adequados, podendo ocultar o caráter capitalista da produção. Lembremos que o trabalho familiar<sup>16</sup>, muitas vezes, aparece como sinônimo de uma produção harmoniosa, de solidariedade entre os membros da família, coisa que não acontece na produção sob a égide do capital. Conforme veremos, a maioria dos PPL em questão emprega os membros da família na produção do leite, não no sentido de glorificação do ‘trabalho familiar’, mas sim para poupar despesas e assim ter uma maior

---

<sup>15</sup> A pequena produção tem sido tema de vários debates e controvérsias no meio acadêmico e nas políticas governamentais, pois não existe um consenso sobre o tema. Podemos dizer, em síntese, que o debate gravita basicamente em duas perspectivas, uma entende a pequena produção como externa e forma de resistência ao capital, cuja unidade de trabalho é familiar e produz basicamente para sua própria subsistência, como sinônimo de resistência ao capital, vislumbrando na pequena produção uma luta anticapitalista; a outra mostra que a tendência da pequena produção, quando não consegue valorizar os seus pequenos capitais, tende a ser eliminada no processo de modernização das forças produtivas no campo (industrialização) ou ainda ela é preservada, (re)criada sob o domínio do capital. Sobre a primeira perspectiva ver em autores como: Chayanov (1974 e 1981), Martins (1975, 1979 e 1980) e Oliveira (2001); no tocante a segunda perspectiva ver em: Marx (1983, 1984c, 1985a 2003), Lenin (1980 e 1982), Kautsky (1980), Lopes (1986), Bertero (2000 e 2006) etc.

<sup>16</sup> Lenin (1980, p.17-18) explicou que: “a expressão ‘fundada no trabalho familiar’ não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque o pequeno agricultor ‘trabalha’, seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão ‘fundada no trabalho familiar’ é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Esta expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado”.

lucratividade. Nota-se, portanto, que o trabalho familiar entre os PPL de Ibiporã visam tão somente à valorização do capital, não tendo nada de glorificado.

Outro termo inadequado para se referir a eles é o de camponês. Isso porque a maioria dos estudos<sup>17</sup> que advogam a tese de campesinato no Brasil geralmente concebe o camponês<sup>18</sup> como um produtor independente, um produtor não-capitalista, gozando de autonomia diante do capital, pois a unidade camponesa estaria alicerçada na “terra de trabalho<sup>19</sup>”, no “trabalho familiar”, na “economia de excedente e/ou de subsistência<sup>20</sup>”. No caso dos PPL de Ibiporã, veremos que eles não são camponeses, pois são produtores mercantis, produzem para o mercado e estão subsumidos na produção social capitalista. Além disso, a terra para eles é terra-capital<sup>21</sup>, não tendo nenhuma relação com a ideia de “terra de trabalho” ou “terra liberta<sup>22</sup>”.

Outra expressão utilizada nos estudos rurais para se referir aos pequenos produtores é a ideia de uma pequena burguesia rural. Entendemos que a utilização desse termo não está equivocada no que tange aos PPL de Ibiporã, uma vez que eles são proprietários dos meios de produção (instrumentos de trabalho, benfeitorias, vaca, além da terra, etc.), os quais assumem a forma de capital, cuja produção de leite tem por finalidade o mercado, visando à valorização desses pequenos capitais. No entanto, vale destacar, como veremos ao longo deste capítulo, que se trata de uma pequena burguesia em situação de empobrecimento, pois muitos deles não conseguem obter lucro e muito menos a renda da terra.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, em: Martins (1975 e 1979), Oliveira (2001).

<sup>18</sup> É interessante observar que José de Souza Martins (1975 e 1979) desenvolve o conceito de *economia de excedente* para explicar que a pequena produção (caracterizada pelas relações de produção não-capitalistas) goza de **autonomia** diante da produção social capitalista, visto que ela somente é expropriada pelo capital através da circulação, quando se comercializa o excedente da produção. O conceito de economia de excedente serviu de embrião para Martins (1984) desenvolver a ideia de campesinato no Brasil, na qual, segundo autor, o camponês seria uma forma de resistência ao capital. Ao contrário da autonomia entendida por Martins, José Graziano da Silva (1980a), apesar de admitir a existência do campesinato, no entanto, diz que o camponês não tem mais autonomia com as transformações capitalistas. Sobre essa questão, Graziano da Silva (1980a, p.63) argumenta: “a *recriação* desses novos camponeses não é mais reprodução de produtores independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa ‘recriação’ se dá com a crescente perda da ‘autonomia anterior do camponês’ no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito – inclusive do ponto de vista técnico – pelo capital que o subordina e se lhe apresenta como uma relação social hegemônica. Agora, a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc.”. Ver também os trabalhos de Bertero (2006 e 2007), que faz a crítica de Martins, tanto a ideia de camponês como a de autonomia.

<sup>19</sup> Ver em José de Souza Martins (1975 e 1979) o entendimento de “terra de trabalho”. Autores como, por exemplo, Otávio Guilherme Velho (1980), Geraldo Muller (1982a) e Bertero (2006 e 2007) divergem dessa concepção de terra do Martins.

<sup>20</sup> Ver em Martins (1975, 1979 e 1980).

<sup>21</sup> Ver Muller (1982a).

<sup>22</sup> Ver a crítica que Otávio Guilherme Velho (1980) faz à concepção de terra liberta.

Em outras palavras, podemos caracterizá-los como fazendo parte de uma pequena burguesia rural empobrecida, tendo como particularidade o fato, não raro, de serem “capitalistas de si mesmos”, pois enquanto possuidores dos meios de produção (terra, vaca, etc.) são capitalistas, como trabalhadores diretos são assalariados de si mesmos e enquanto proprietários da terra empregam a si mesmos como arrendatários da terra (Marx 1985a; 1980); os que, porventura, assalariam terceiros são pequenos capitalistas convencionais. Nota-se, então, que ao definir os PPL como “capitalistas de si mesmos”, estamos dizendo que eles *deveriam* se apropriar de parte da mais-valia social na forma de *lucro* (como proprietários dos meios de produção) e *renda da terra* (como proprietários da terra), enquanto *assalariados de si mesmos*, pagam o seu próprio salário através da autoexploração e produzem mais-valia. Essa situação, como veremos, reflete as condições a que estão submetidos, ditadas pela dinâmica capitalista. Não possuem capital suficiente para que possam desenvolver um outro tipo de empreendimento; são, ainda, dependentes dos seus próprios trabalhos e dos familiares que exploram (Gnaccarini, 1988).

## 2.2 A “ESCOLHA” PELA PRODUÇÃO DE LEITE

*“Com o leite você tem um dinheiro todo mês, pode ser pouco, mas sempre tem”*(Valdivino N. Azevedo – produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada dia 14/08/2008).

A primeira indagação que surgiu no processo de investigação era saber por que os produtores optaram pela produção de leite e quais eram os motivos para tal “escolha”<sup>23</sup>. Evidentemente que não estávamos preocupados em compreender os motivos pessoais de cada um deles, queríamos apreender, por meio das falas e das argumentações dadas nas entrevistas, os elementos econômico-sociais que influenciaram e/ou condicionaram a produção de leite. Assim o fizemos. Em todas as entrevistas, perguntamos: *“por que o senhor(a) optou pela produção de leite? Pode falar alguns motivos?”* Essa questão era aberta, os produtores poderiam mencionar quantos motivos quisessem para justificar a “escolha” pela produção de leite.

---

<sup>23</sup> A palavra “escolha” está entre aspas porque não se trata propriamente de uma escolha, uma vez que o produtor não goza de liberdade suficiente para escolher o caminho que quer seguir, pelo contrário, aquilo que chamamos de “escolha” é resultado das condições históricas que o capital impôs a ele, portanto, não é uma escolha do indivíduo, é uma opção que fica restrita às condições engendradas pelo capital.

Todas as respostas associavam a “escolha” da produção de leite a uma questão de *sobrevivência*, até aí nada de surpreendente, uma vez que o homem trabalha para suprir as próprias necessidades<sup>24</sup>. Todavia, a investigação sociológica tem que ir além daquilo que aparece a *priori* como sendo natural, ou seja, é preciso questionar, estranhar os motivos que foram apresentados pelos produtores para tal “escolha”, temos que compreender as relações que estão por detrás do discurso que associou a produção do leite como alternativa para *sobrevivência*.

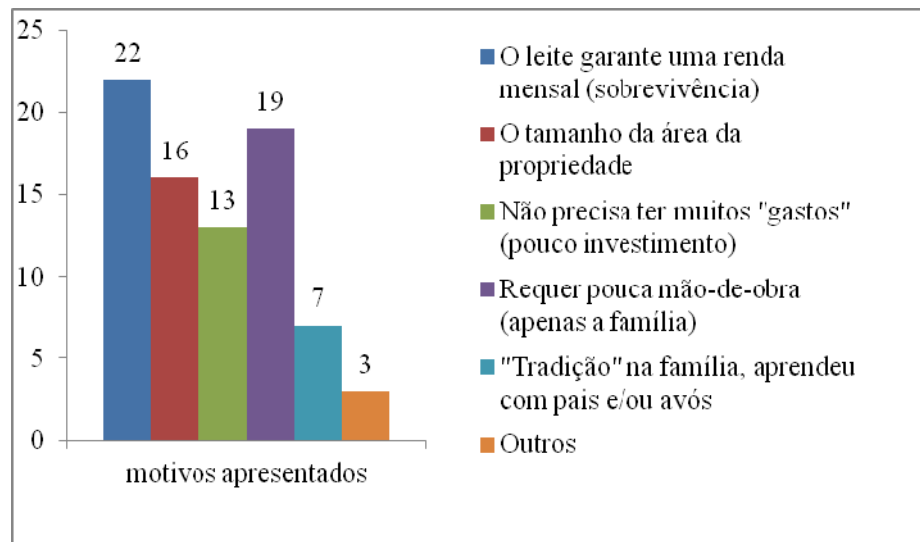
Começamos indagando sobre o termo *sobrevivência*. Nota-se que a palavra *sobrevivência* tem a premissa de garantir o próprio sustento, o que pressupõe a ideia de lutar e/ou resistir a uma determinada circunstância ou situação. No caso específico dos produtores em questão, a *sobrevivência* significa o meio encontrado para tentar resistir às imposições do próprio capital, que através de suas leis econômicas subordinou o campo. Vale observar que esse movimento de subordinação da agropecuária brasileira se fez presente, sobretudo, a partir dos anos de 1970, com a consolidação da *industrialização do campo* ou aquilo que ficou conhecido como *modernização dolorosa* (Graziano da Silva, 1982). Com relação à pequena produção agropecuária, o movimento de acumulação e (re)produção capitalista no campo tende, muitas vezes, a eliminar a pequena produção ou ainda preservar, (re)criando-a de maneira que fique subordinada diretamente ao capital. Percebe-se, então, no que tange ao PPL, que a “escolha” não é algo subjetivo, pois ela está associada à questão da *sobrevivência*, que por sua vez é resultado das próprias condições nas quais se encontram submetidos, que historicamente foram gestadas pela expansão capitalista no campo. Essas questões serão analisadas de maneira mais detalhada ao longo do texto.

Durante a tabulação das respostas dos produtores (ver gráfico 1) sobre os motivos que orientaram a “escolha” pela produção de leite, foram apontados os seguintes: “o leite garante uma renda mensal (*sobrevivência*)”; “o tamanho da área da propriedade”; “não precisa ter muitos ‘gastos’ (poucos investimentos)”, “tradição familiar” e outros. Esse conjunto de argumentos que apareceu nas respostas, implicitamente, permite dimensionar e captar alguns elementos históricos e as condições objetivas que condicionaram ou

<sup>24</sup> A respeito dessa questão, existe a crítica de Marx ao materialismo de Feuerbach, que dissocia o materialismo da história. Como explicaram Marx e Engels (2007, p.32-33): “o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda história (...) de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos”.

submeteram a “escolha” pela produção de leite. Faremos uma análise de cada um desses elementos mencionados pelos produtores.

**Gráfico 1 –** Os motivos pela “escolha” da produção de leite



**Fonte:** Pesquisa de campo – entrevista com produtores de Ibiporã

O primeiro ponto a ser destacado é que todos os PPL deixaram claro em suas respostas que a produção do leite garante a renda mensal da família. Isso significa dizer que a renda, nesse caso, está associada diretamente à comercialização do leite, ou seja, se produz leite com a finalidade de auferir determinada renda e se possível o lucro (parte da mais-valia social). Nota-se, com isso, que o leite não aparece meramente como um alimento (tendo apenas o seu valor de uso), mas sim como uma mercadoria<sup>25</sup>, produzido com objetivo da troca (valor). Fica assim afastada a ideia de pensar uma produção de subsistência e/ou camponesa, pois seria uma grande ingenuidade entender que o pequeno produtor aplicaria seu *dinheiro* (aqui como capital) na compra de uma vaca para o consumo improdutivo, até porque, dentro da lógica do custo-benefício, compensaria, por exemplo, comprar diretamente o leite no supermercado para o consumo próprio.

Em outras palavras, é praticamente impossível, nos dias atuais, alguém produzir leite somente para o consumo próprio e, mesmo que o fizesse, não estaria isolado da sociedade (da produção social), pois ele depende da divisão social do trabalho para adquirir os elementos básicos que compõem o processo de produção. Observa-se, por exemplo, que o balde para realizar a ordenha, a corda para pear (amarrar as patas traseiras do animal) a vaca, as vacinas e a medicação veterinária para ter um animal saudável, a ração etc., enfim, todos os

<sup>25</sup> Ver em Marx (1983), no livro I, os capítulos 1 a 3.

elementos que compõem o processo de produção não “caíram do céu”, pelo contrário, são manifestações concretas de como a produção imediata depende da produção social para se realizar. Conclui-se, portanto, que mesmo se a produção estivesse voltada para o consumo próprio (que não é o caso dos produtores de Ibiporã), essa produção imediata não deixaria de estar conectada à produção social<sup>26</sup>, cujas leis se subordinam, logo, seria uma *aberração ou um delírio falar em autonomia da pequena produção*.

Não obstante ao que foi apresentado, vale ainda acrescentar mais um ponto com relação à questão da *sobrevivência*, que é atribuir a “escolha” pela produção de leite como se ela fosse uma produção que não exigisse muitos “gastos” (poucos investimentos). Na “cabeça” de uma boa parte dos PPL de Ibiporã (ver gráfico 1), criou-se o imaginário que para produzir leite não é necessário grande investimento, por isso, 13 dos PPL justificaram em suas respostas a opção pela bovinocultura leiteira. No entanto, é evidente que essa justificativa não se sustenta, pelo contrário, ela acaba mistificando ainda mais a realidade na qual eles estão submetidos, haja vista que a falta de investimentos na produção é responsável, em grande medida, pela própria situação de empobrecimento e de descapitalização dos mesmos.

Conforme elucidamos na primeira parte da dissertação, as relações ligadas à produção de leite são, de modo geral, relações mercantilizadas que, graças ao desenvolvimento do capitalismo, tornaram-se cada vez mais complexas. Desse modo, é ilusório acreditar que qualquer atividade ligada ao campo, nos dias atuais, exige poucos investimentos<sup>27</sup> (capitais); pois, no caso da bovinocultura leiteira, não se sustenta a imagem bucólica de que basta ter apenas algumas vacas e um “pedaço de terra” para produzir leite. Lembremos que a terra e a vaca, na sociedade capitalista, não são simplesmente “terra-

<sup>26</sup> Como explicou Giannotti (1976, p. 164-165): “*Uma das peculiaridades, e das dificuldades, do modo de produção capitalista reside na maneira pela qual se vinculam processo de trabalho e processo produtivo. Em todas as formas anteriores, o trabalho é desde logo social. Embora um outro produto possa desaparecer de imediato no consumo individual, ao menos grande parte do resultado de sua reiteração, num determinado período, se apresenta para um terceiro. A produção se faz desde o início sob o pressuposto de uma sociabilidade originária, de um vínculo com outrem, que advém do fato do homem existir como espécie, como ser genérico incapaz de trabalhar sozinho. Isto se perde quando a produção se faz para a troca entre proprietários privados, completamente desligados de qualquer laço social prévio. É sabido que a sociabilidade é superada por uma comunidade entre as coisas, já que a forma-valor de uma mercadoria é determinada, individualizada, por outra mercadoria. Mas daí se segue **qualquer trabalho individual efetuado somente se realiza socialmente quando se subordina aos imperativos da troca, na qualidade de momento do trabalho abstrato, para o qual só a troca parece oferecer um padrão de medida universalmente válido***” (grifo meu).

<sup>27</sup> Sobre essa questão, lembremos uma explicação de Muller (1982a, p.49) a respeito das mudanças engendradas no campo pelo capital, “*vale dizer que para produzir na agricultura não basta mais ser apenas proprietário de terras, em que pese ser esse um dos pressupostos da produção; ocorre que no movimento de reposição da produção agrícola deve-se levar em conta um certo montante de bens de capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque. Neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se no capital num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital*”.

natureza” e “animal”, mas assumem a forma de “terra-capital”, enquanto mercadoria e “vaca-capital”, capital constante, nesse caso, que só podem ser obtidas mediante a troca, melhor dizendo, mediante compra. Ratificando, assim, a sociabilidade capitalista que se define na troca por meio da forma valor (ver Marx, 1983 e Giannotti 1976 e 1984).

Além da falsa concepção de que a produção de leite requer poucos investimentos, temos ainda os argumentos apresentados por eles de que a “escolha” pelo leite também se justifica por se tratar de uma mercadoria que *pode*<sup>28</sup> ser produzida e comercializada diariamente; além do argumento de que a bovinocultura leiteira pode ser desenvolvida em pequenas propriedades rurais, ao contrário da agricultura que demandaria uma área maior. Nesse caso, vale mencionar o que nos relatou, em entrevista, o Sr. Odilon Pereira, que é PPL de Ibiporã:

O leite você tira todo dia da vaca, já o milho, você semeia em outubro e se o tempo ajuda faz a colheita em abril ou maio do outro ano, nesses sete meses de espera você vive como? Já o leite, mesmo que você tira um pouco hoje e mais um pouquinho amanhã, sempre você consegue vender e ter um dinheirinho. [...] Como o sítio é pequeno, não adianta trabalhar com roça, já com esses nove alqueires, eu consigo cria algumas cabeças de vaca (Odilon Pereira, produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada dia 29/07/2009).

Na fala do Sr. Odilon Pereira, é importante destacar os argumentos apresentados como justificativa pela “escolha” da bovinocultura do leite. O primeiro deles é o fato de que a produção de leite, ao contrário de outras atividades agropecuárias (por exemplo, a lavoura do milho, da soja, do algodão, da pecuária de corte etc.), pode ser produzida e comercializada diariamente, portanto, não necessitando de um tempo de espera (prazo) para que o produto esteja em condições de ser comercializado. Isso significa dizer que o pequeno produtor rural, estando em condições de empobrecimento e de descapitalização, muito raramente conseguirá sobreviver nas atividades agropecuárias que demandam por um tempo de espera, haja vista que elas pressupõem uma capacidade de recurso (capitais) para custear as despesas (seja do sítio ou da família) até o momento da safra.

Observa-se, então, que os PPL, diante da falta de recursos e tendo que valorizar os pequenos capitais que ainda lhes restam, veem na produção do leite, por ser uma atividade diária, uma alternativa para tentar valorizar os seus pequenos capitais e continuar sobrevivendo no campo.

<sup>28</sup> Na bovinocultura do leite, a produção pode acontecer diariamente, às vezes, com mais de uma ordenha por dia, isso tudo depende do planejamento e do controle que se tem do rebanho. Para os veterinários Campos e Ferreira (2006), da Embrapa Gado de Leite, o modelo economicamente viável é aquele que garante que o maior número de vacas de um rebanho esteja em lactação diariamente.

Um segundo argumento que aparece na fala do Sr. Odilon Pereira, e nas repostas de mais 15 produtores de Ibiporã (ver gráfico 1), é a questão do tamanho da propriedade. Eles justificam a “escolha” pela bovinocultura leiteira por entender que é uma atividade econômica compatível com o pequeno estabelecimento rural. Em outras palavras, na fala do Sr. Odilon Pereira, está implícita também a premissa de que a agricultura (roça), para que seja lucrativa, tenha que ser desenvolvida extensivamente, logo, a pequena área seria um empecilho para tal atividade, por isso, a “escolha” pelo leite. Evidentemente que a leitura feita da realidade pelos entrevistados é questionável, uma vez que o xis da questão não necessariamente está relacionado com o tamanho da área do estabelecimento rural, mas sim com a falta de capitais; por isso que as outras atividades agropecuárias são excluídas por eles, visto que demandam por maior montante de capitais para se produzir, coisa que eles não possuem.

Lembremos, ainda, que a *modernização capitalista das forças produtivas no campo*<sup>29</sup>, graças ao uso e ao desenvolvimento das ciências e das tecnologias, criou um “novo<sup>30</sup>” padrão de acumulação capitalista na agropecuária, que deixou de ser orientado exclusivamente pela exploração extensiva dos recursos e passou a ter, como modelo hegemônico, a exploração intensiva dos recursos (buscando o aumento da produtividade). Isso significa dizer que a exploração intensiva com a tecnologia abriu a possibilidade para que os pequenos estabelecimentos rurais tivessem uma produtividade rentável do ponto de vista do valor. Todavia, vale ressaltar que a tecnologia é capital em nossa sociedade, ou seja, ela é adquirida como uma mercadoria-capital; assim, para modernizar as forças produtivas nas pequenas propriedades, é necessário ter capital. Logo, percebe-se que o problema real não está calcado necessariamente no tamanho do estabelecimento rural, mas sim no grau de desenvolvimento tecnológico da produção e, sobretudo, no montante de capitais que essa atividade requer para se desenvolver.

Outro argumento presente nas respostas dos PPL para justificar a “escolha” pela produção de leite está associado à premissa de que a bovinocultura leiteira não requer o emprego de muita mão-de-obra, basta somente a exploração do trabalho familiar para desenvolvê-la. Adiantando uma informação que examinarei de maneira mais detalhada nos

---

<sup>29</sup> Ver em Bertero (2000 e 2006), Elias (2003), Gnaccarini (1980), Graziano da Silva (1982), Ianni (1977), entre outros.

<sup>30</sup> Aquilo que chamamos de “novo” é o momento da subordinação real da agropecuária ao capital, quando o campo incorpora a base técnica da indústria na maneira de se produzir. No Brasil, esse processo de modernização se acentua em meados da década de 1970.

próximos tópicos desse capítulo, dos 22 PPL de Ibiporã, somente seis deles têm empregados, pois a maioria (16 produtores) utiliza exclusivamente a mão-de-obra da própria família.

Com relação à exploração da força de trabalho dos membros da própria família, isso acontece como mecanismo de reduzir os gastos (investimentos) na produção do leite. Mas vale notar que a exploração da família não se trata de uma livre escolha por parte do produtor. Pelo contrário, devido à falta de capitais e aos pequenos rendimentos que a atividade lhes propicia, os PPL praticamente são obrigados a realizar a autoexploração deles próprios e dos membros da família como alternativa para continuar sobrevivendo no campo.

Sobre o emprego dos membros da família, vale destacar os argumentos apresentados pelo Sr. Odilon Pereira:

O leite não precisa de muita gente para trabalhar, aqui no sítio só trabalha eu e a dona Maria [esposa]. [...] com o dinheiro do leite não dá para contrata ninguém, senão não sobra nada. Antigamente você contratava alguém para trabalhar, mas hoje as pessoas não querem trabalhar e quando é dispensado leva você na justiça e aí tem que vender o sítio para pagar (Odilon Pereira, produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada dia 29/07/2009).

Conforme podemos constatar na fala do Sr. Odilon Pereira, a produção de leite é pequena, assim não garante uma rentabilidade para contratação de mão-de-obra (trabalho assalariado). Desse modo, a única forma possível de valorizar os pequenos capitais que lhe restam é por meio da exploração da força de trabalho dele e de sua esposa; configura-se, portanto, que ele é um “pequeno capitalista de si mesmo”, pois como proprietário dos meios de produção (sítio e vacas) ele é capitalista, e como ele se autoexplora, ele passa a ser trabalhador de si mesmo (Marx, 1980 e 1985b). Ser “capitalista de si mesmo” é uma constante entre os PPL de Ibiporã, pois, como assinalamos acima, somente seis deles possuem empregados. Retomaremos essa discussão ao analisar no próximo tópico o processo de ordenha do leite.

Ainda sobre a fala do Sr. Odilon Pereira, vale destacar o elemento conservador que está em seu argumento, quando ele menciona que um dos motivos para não empregar o trabalho assalariado se deve à questão da legislação trabalhista no meio rural. Sobre essa questão, criou-se uma falácia que aparece constantemente nos discursos dos ruralistas e até mesmo dos pequenos produtores, atribuindo à legislação trabalhista - o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e as demais leis<sup>31</sup> a responsabilidade pelo aumento do

---

<sup>31</sup> Ver a Lei nº 5589 de 8 de junho de 1973, que estatui algumas modificações nas normas reguladoras do trabalho rural, previstas anteriormente pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

desemprego no campo. Obviamente que esse tipo de argumentação não se sustenta, pois não é a legislação trabalhista a culpada pela eliminação de vários postos de trabalho no campo, mas sim a introdução da base técnica da indústria capitalista na agropecuária; além do que o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), criados e regulamentados pelo Estado, foram mecanismos que visavam à modernização das relações de produção no campo (com o aumento<sup>32</sup> do trabalho assalariado), uma vez que inibiam as relações não-capitalistas de produção (parceria, colonato etc.). O Estatuto do Trabalhador Rural extinguiu essas relações, as quais foram restituídas pelo Estatuto da Terra<sup>33</sup>.

Nota-se, com isso, que a não contratação do trabalho assalariado entre os PPL de Ibiporã não se justifica por causa da “legislação trabalhista”, mas sim pela situação de empobrecimento (descapitalização) nas quais eles se encontram, não permitindo que modernizem a própria produção. Assim, a exploração da força de trabalho dos membros da própria família traz em si a única alternativa para tentar valorizar os meios de produção que ainda lhes restam, mas, ao mesmo tempo, é uma forma também de tentar afastar o espectro da proletarianização, que parece estar cada vez mais próximo deles.

Para concluir esse tópico, queremos lembrar que o principal objetivo foi problematizar os argumentos apresentados pelos PPL de Ibiporã (ver gráfico 1) para justificar a “escolha” pela bovinocultura leiteira. Procuramos estranhar e desnaturalizar os motivos mencionados nas entrevistas, mostrando que a “escolha” pela produção de leite não é algo natural e muito menos subjetivo, mas sim resultado das imposições do processo de acumulação e (re)produção capitalista, da qual e para qual eles produzem e fazem parte. No próximo tópico, analisaremos o processo de produção do leite, aquilo que concerne às relações de trabalho e aos demais elementos a ele vinculados.

### 2.3 TRÊS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES: MERCANTIS, PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E PEQUENA PRODUÇÃO

*“A minha produção já é pequena, se eu consumir ela não sobra nada para vender” (Odilon Pereira, produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada dia 29/07/2009).*

Durante a pesquisa de campo, três questões foram importantes para compreender a situação concreta dos PPL de Ibiporã. A primeira questão foi saber qual o

---

<sup>32</sup> Sobre o aumento do trabalho assalariado no campo ver em: Ianni (1977), Brant (1977), Gnaccarini (1980).

<sup>33</sup> Ver: Bertero (1991).

objetivo da produção, ou seja, se era uma produção voltada apenas para o consumo do produtor e de sua família ou se visava à comercialização do produto (mercado). Ao passo que a segunda questão era apreender qual a condição do produtor na terra onde explorava a atividade do leite. Já a última questão se refere ao volume da produção de leite. Essas foram três questões que permitiram caracterizar os produtores como: produtores mercantis (produção voltada para o mercado), proprietários fundiários (donos do sítio) e pequenos produtores (volume da produção de leite).

Com relação à primeira questão, na pesquisa de campo, perguntamos aos produtores o seguinte: “Qual é o principal objetivo da produção de leite?”. Para obter essa resposta, elaboramos uma questão fechada, tendo as seguintes alternativas: “1) produzir o leite para vendê-lo” ou 2) “produzir para consumo próprio”. As respostas foram unânimes entre os 22 produtores, visto que todos eles escolheram a resposta 1, ou seja, produzem leite para vender. Isso mostra que os produtores têm uma produção voltada para a comercialização, o que revela que são produtores mercantis.

É importante também destacar que o fato de eles produzirem para o mercado não necessariamente significa que a atividade seja rentável ou economicamente viável. Estudos<sup>34</sup> mostraram que para a atividade leiteira ser rentável economicamente é preciso fundamentalmente produzir em média ou grande escala, além disso, outros quesitos são necessários, como uma produção tecnificada e racionalizada; coisa que os produtores em questão não possuem. Em outras palavras, eles podem ter uma mentalidade capitalista, querendo obter o lucro, mas como veremos no próximo tópico, as condições objetivas de produção e de comercialização do leite mostraram que eles não conseguem valorizar os pequenos capitais (terra, vacas, etc.) que detêm. Dessa forma, podemos então caracterizá-los como produtores mercantis pelo fato de comercializarem a produção.

Já em relação à segunda questão, constatamos nas entrevistas que todos os produtores declaram que são proprietários dos estabelecimentos rurais (dos sítios) em que exploram a bovinocultura leiteira<sup>35</sup>. Ao fazer essa constatação, perguntei para eles como adquiriram os sítios. As respostas mostraram que 81,8% obtiveram o acesso ao sítio (terra) por meio de compra, enquanto 13,7% adquiriram a terra (sítio) a partir de uma relação “mista”, uma parte foi recebida como herança e outra parte comprada dos outros herdeiros (ver a tabela 3).

---

<sup>34</sup> Ver em IPARDES (2008 e 2009); Gomes (2000).

<sup>35</sup> Estudo feito pelo IPARDES (2008, p.31) constatou que: “86,6% dos produtores que comercializam leite e/ou derivados no Paraná são proprietários de pelo menos uma parcela da terra que exploram”.

**Tabela 3** – Modo de aquisição do sítio

<b>Aquisição do sítio (estabelecimento rural)</b>	<b>Nº de Produtor</b>	<b>%</b>
Compra	18	81,8
Herança	1	4,5
Mista: Compra e Herança	3	13,7
Ocupação	0	0
Arrendou (não é proprietário)	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo – entrevistas realizadas com os produtores.

Os dados referentes à tabela 1 mostram que todos os PPL de Ibiporã tiveram acesso à terra – direta ou indiretamente - mediante a compra, conferindo a ela a forma de mercadoria. Nota-se, então, que a terra não é um bem comum a todos, uma vez que na sociedade burguesa a terra se transformou em propriedade privada, o que quer dizer que para adquiri-la é necessária a compra, como qualquer outra mercadoria. Isso significa que a terra em questão não é *terra liberta*<sup>36</sup>, não se encontra à margem da economia burguesa, não lhe é exterior, mas muito pelo contrário, está subsumida nela na condição de mercadoria.

Vale ainda observar que sem a terra (sítio) não é possível produzir leite, visto que ela é um dos pressupostos para o desenvolvimento da bovinocultura leiteira. Nesse caso, a terra aparece como um componente para a produção de leite, configurando-se como um meio de produção. Isso também quer dizer que o fato de eles serem proprietários das terras que exploram, a pecuária leiteira pressupõe uma dupla forma de rendimentos em uma mesma pessoa, ou seja, eles deveriam extrair a mais-valia social na forma de lucro (como produtor de leite) e de renda da terra (como proprietários fundiários). Todavia, conforme veremos ao longo do capítulo, graças às condições objetivas, a produção de leite em questão, geralmente, não permite extrair nem o lucro e muito menos a renda da terra.

A outra característica presente em todos os produtores de Ibiporã é o fato de produzir um pequeno volume de leite, configurando-se a produção em pequena escala. As entrevistas realizadas revelaram que a maioria dos produtores tem uma produção pífia, do

<sup>36</sup> Sobre a questão da *terra liberta*, é válido ver o estudo do antropólogo Otávio Guilherme Velho (1980). O autor desmistifica a concepção de terra da Igreja Católica (o setor popular), mostrando que as teses dela se aproximavam de uma ofensiva populista (no seu sentido clássico), pois concebiam os pequenos produtores rurais (também conhecidos como camponeses) da região da Amazônia como produtores exteriores ao capitalismo; a Igreja argumentava que era uma luta anticapitalista, pois a autonomia acontecia pelo fato da terra ser liberta, sendo apenas terra de trabalho. No entanto, Velho mostrou que a terra para os pequenos produtores da Amazônia estava submetida ao domínio do capital comercial ou (usurário), pois eles produziam arroz como atividade capitalista, assim, o autor desmistificou a concepção de terra da Igreja, mostrando que a terra liberta era um mito, que ao invés de explicar a realidade, escamoteava ainda mais as condições de vida dos pequenos produtores.

ponto de vista do volume de leite (da quantidade de litros) produzido. Os dados tabulados, de um modo geral, elucidam que a maioria deles tem uma produção média de 40 litros de leite por dia, evidenciando, portanto, uma produção em pequena escala (ver tabela 4).

**Tabela 4** – Média da produção de leite diária por produtor

Média da produção diária de leite (litro/dia)*	Nº de produtor
Menos de 10 litros/dia	0
11 a 20 litros/dia	2
21 a 30 litros/dia	8
31 a 40 litros/dia	12
41 a 50 litros/dia	0
51 a 70 litros/dia	0
Acima de 70 litros/dia	0

\* Essa média da produção de leite refere-se ao período das águas (novembro a abril), momento que a produção cresce.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Dos 22 produtores estudados, dois relataram que no *período das águas*<sup>37</sup> (de novembro a abril) conseguem atingir uma produção diária de leite de “11 a 20 litros/dia”, ou seja, é uma produção muito pequena para quem pretende sobreviver com a atividade leiteira. Nessa situação, poderíamos imaginar um exemplo, hipotético, em que o produtor deveria comercializar 20 litros de leite/dia pelo preço bruto de R\$ 1,50, tendo uma taxa exorbitante de lucro de 50%, o que corresponderia R\$ 0,75 centavos de lucro por litro, isso garantiria a ele uma renda de R\$ 15,00 por dia ou R\$ 450,00 por mês. Evidentemente que esse exemplo está em condições melhores do que a vivenciada por eles concretamente, pois estudos<sup>38</sup> mostram que a margem de lucro por litro de leite no Brasil é em média de 20% a 30%, o que resultaria um rendimento menor do que o mencionado no exemplo. Além do que o preço do leite pago ao produtor, geralmente, é menor do que R\$1,00, portanto, muito diferente do mencionado no exemplo.

<sup>37</sup> No linguajar dos veterinários e dos produtores de leite, o período das águas corresponde aos meses de novembro a abril, momento marcado por chuvas, que propicia melhores pastagens, fazendo com que o gado tenha uma melhor alimentação, o que aumenta a produção de leite. Sobre esse tema ver: Cosér e Pereira, 2006; Gomes 2000.

<sup>38</sup> Segundo o prof. Dr. Sebastião Teixeira Gomes, da Universidade Federal de Viçosa, em seu artigo “Preço, custo e lucro do leite” (2000) o lucro médio do produtor de leite no Brasil, independente se ele é grande ou pequeno produtor, é de aproximadamente entre 15% a 20% do valor bruto pago no litro do leite. Como lembra o autor, “poucas são as atividades econômicas, na agricultura ou fora dela, que conseguem lucro de 15 a 20% do seu faturamento”. Para ele, o problema da crise do pequeno produtor não está calcado na porcentagem do lucro por litro de leite, mas sim na produção em pequena escala, pois a pequena produção de leite não garante um rendimento suficiente para sobrevivência.

Ainda sobre o exemplo, poderíamos questionar como um produtor, com uma produção de 20 litros/dia, pode sobreviver e/ou investir na modernização de sua produção com um rendimento médio mensal de aproximadamente R\$ 450,00 por mês. Em outras palavras, essa realidade mostra uma situação de pobreza e descapitalização do pequeno produtor, visto que a renda obtida com o leite é muito baixa para querer modernizar a produção e sustentar a família. Sobre isso, vale destacar que não é por acaso que 46,7% da população<sup>39</sup> que vive na condição de *extrema pobreza* no Brasil está localizada na zona rural.

A tabela 04 também mostrou<sup>40</sup> que 20 dos PPL de Ibiporã (a maioria deles, 91%) têm uma produção de leite, entre “21 a 40 litros/dia”, o que significa uma pequena produção. Essa condição não está distante dos outros dois produtores mencionados, confirmando a tese de que todos eles, graças à produção em pequena escala, estão fadados a ter baixos rendimentos. Nesse sentido, vale mencionar a tese defendida pelo prof. Sebastião Teixeira Gomes (2000), a qual explica que o fardo do pequeno produtor de leite é a produção em pequena escala; pois, para ele, quando se fala no preço do litro do leite, estamos falando em centavos de reais, o que significa dizer que para ter uma sigla expressiva no volume total de lucro é preciso ter uma produção em média ou grande escala. Para exemplificar essa questão, pensemos que um produtor receba R\$0,80 por litro e tenha 30% de lucro por litro, isso representaria R\$0,24 de lucro por litro. Contudo, se este produtor produzir 100 litros diários, lucrará apenas R\$24,00/dia ou R\$720,00 mensais, o que é muito pouco, quando comparado ao capital investido; ao passo que se tivesse uma produção de 500 litros de leite por dia, com a mesma porcentagem de lucro, o seu volume total de lucro por dia seria R\$120,00, ou R\$3.600,00 por mês.

Entendemos que a produção de leite em pequena escala, como confirmou o estudo feito por Gomes (2000), faz parte dos problemas enfrentados pelos produtores, em especial os de Ibiporã; entretanto, ao que parece, o xis do problema não está simplesmente no volume da produção, mas sim nas relações sociais capitalistas que determinam a eles a condição de uma produção em pequena escala. Isso significa dizer que a condição de pequeno produtor ou de uma produção em pequena escala não é uma escolha subjetiva do produtor,

---

<sup>39</sup> No documento intitulado: “Perfil da extrema pobreza no Brasil”, publicado em 2011 pelo governo federal destaca que no Brasil: “*o contingente de pessoas em extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população – 84,4%*” (2011, p. 03 – grifo nosso). Ver também o depoimento de Dom Tomás Balduino (2001, p.20), que elucidou que “81% dos agricultores que detêm um estabelecimento de (até) 50 hectares estão ganhando menos que o salário mínimo”.

<sup>40</sup> Os 20 produtores mencionados são a soma daqueles que estão no grupo de “21 a 30 litros/dia” com os do grupo de “31 a 40 litros/dia”, conforme constou na tabela 04.

mas sim uma determinação do próprio capital. Nota-se, então, que o importante é explicar como o capital, ou falta dele, determinou as condições de produção e de trabalho dos produtores de Ibiporã.

No próximo tópico, explicaremos quais são os elementos da produção e sob quais circunstâncias eles influenciam no volume da produção de leite.

#### 2.4 A PEQUENA PRODUÇÃO DE LEITE E OS FATORES DE INFLUÊNCIA

Durante a pesquisa de campo, tive a oportunidade de entrevistar vários técnicos da Emater e do IAPAR sobre a produção de leite. Um deles foi o zootecnista Antônio Carlos Ulbrich, que trabalha na Emater de Ibiporã há mais de 15 anos e que acompanha cotidianamente a realidade e as dificuldades vivenciadas pelos PPL do município. Na entrevista realizada com ele, três questões foram importantes: 1º) “Que avaliação o senhor faz das condições de produção de leite dos produtores de Ibiporã?”; 2º) “Quais são os motivos que explicam a baixa produção de leite?”; 3º) “O que fazer para melhorar e aumentar a produção de leite?”.

Com relação às questões, as respostas do zootecnista foram as seguintes:

Aqui em Ibiporã os problemas da produção de leite são praticamente iguais em todos os sítios, é certo que tem alguns sítios com melhores condições do que outros, mas a maioria deles tem grandes dificuldades. [...] No geral temos uma pequena produção de leite, entorno de 30 litros por dia no período de seca e de 40 a 45 litros na época de chuva. Isso ocorre por causa de várias coisas, uma é o pequeno número de cabeças no rebanho, entorno de 15 a 25 vacas, com baixa produtividade por animal, chegando a uma média de 2 a 4 litros por vaca. Essa baixa produtividade é por causa da procedência genética dos animais, são feitos muitos cruzamentos, fazendo que a maioria do rebanho seja de animais sem raça definida. Outro problema é alimentação. Pois os pastos quase sempre estão em péssimas condições de pastagem, o que atrapalha na produção. [...] O tamanho da propriedade não dá condição para trabalhar com um sistema de pastagem rotativo, que é o mais adequado, isso deixaria o pasto em um tempo maior de descanso, melhorando a pastagem. Outro problema freqüente, é que poucos são os produtores que dão suplementos alimentares para o rebanho durante o ano, muitos utilizam somente no período de estiagem. Isso tudo dificulta bastante na melhoria da produção de leite. Outra coisa que influencia na baixa produção é o jeito que se faz a ordenha, quase todos só tiram leite uma vez por dia e a maioria deles manualmente. [...] Analisando todos eles, acho que esses são os principais pontos que podem ser melhorado nas propriedades. Mas para que isso mude, eles precisam ter mais incentivos por parte do governo e receber mais pelo preço do leite. [...] A falta de dinheiro e de crédito explicam a pequena produção do leite; esse quadro poderia mudar com investimentos pesados na pequena produção. (Antonio C. Ulbrich, entrevista realizada em 22/07/2009, em Ibiporã).

A fala do zootecnista da Emater é preciosa porque traz elementos que colaboram para compreender os motivos que condicionam e explicam a produção de leite em pequena escala entre os PPL de Ibiporã. Como está explicitado na fala, o número de vacas e a raça dos animais que compõem o rebanho leiteiro, com a questão da pastagem e da alimentação, juntamente com as práticas de ordenhas (o número de ordenha dia e a questão da mecanização) são fatores que certamente influenciam na quantidade de leite produzida pelos produtores de Ibiporã. Em razão disso, passaremos agora a analisar como cada um desses fatores mencionados influencia na produção do leite em questão.

O primeiro item analisado foi a maneira como se realiza a alimentação do rebanho, ou seja, procuramos conhecer qual o sistema de alimentação utilizado pelos PPL de Ibiporã e como isso influencia na condição da produção em pequena escala. Vale ainda esclarecer que o sistema de alimentação pode ser de dois tipos: o confinamento<sup>41</sup> ou a pasto<sup>42</sup> (com ou sem suplemento alimentar). No que se refere aos PPL, a pesquisa de campo revelou que todos os produtores fazem uso do sistema a pasto com suplementação alimentar (ver tabela 5).

**Tabela 5** – Sistema de alimentação utilizado pelos produtores em Ibiporã

Sistema de alimentação:	Nº de produtores
Confinamento	0
Pasto (sem suplementos)	0
Pasto (com suplementos)	22
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

<sup>41</sup> “O modelo de confinamento total das vacas possibilita elevados índices de produtividade da terra e da mão-de-obra. Entretanto, com o confinamento haverá aumento considerável nos custos de alimentação e certamente de outros itens, bem como necessidade de investimento em instalações, máquinas e equipamentos. Por isto, o custo médio (custo/litro de leite) do modelo de confinamento total é elevado. Embora ele possibilite altas produções em pequenas áreas, sua viabilidade depende de elevadas produções por vaca, alta escala de produção e venda de animais para servirem como reprodutores e matrizes. [...]No Brasil, o confinamento tem um forte concorrente que é o modelo de produção a pasto, visto que, aproximadamente, 80% do seu território está na faixa tropical, com possibilidade de produção forrageira durante todo o ano. As espécies forrageiras tropicais prevalentes possuem alta eficiência fotossintética. Não havendo restrição de temperatura, as espécies tropicais crescem a uma velocidade muito maior que as espécies que predominam nas regiões de clima temperado e subtropical” (Gomes, 2000, p. 57).

<sup>42</sup> “A expressão ‘produção de leite a pasto’ refere-se a todas as situações em que mais de 50% da matéria seca da dieta animal é obtida por meio de pastejo. Os modelos de produção a pasto podem ser agrupados de acordo com a intensidade de uso de suplementos, variando desde o sistema exclusivamente a pasto até o que recebe, no máximo, 50% da matéria seca da dieta via suplementação, com volumosos e concentrados. Do ponto de vista de alternativas de intensificação, o que interessa são os modelos que utilizam pasto adubado, com elevadas produções por hectare” (Ibid., 2000, p. 57).

No que se refere ao sistema de alimentação, é importante esclarecer que o sistema de confinamento é uma prática moderna e racionalizada (de exploração intensiva), uma vez que é possível ter um expressivo número de animais em uma pequena área, sem que isso prejudique a quantidade (volume) de leite produzido; no entanto, vale observar que esse tipo de manejo requer altos investimentos, uma vez que a alimentação do rebanho é praticamente feita por rações e sais minerais, aumentando assim o custo de produção do leite (Embrapa Gado de Leite, 2006). Já o *sistema a pasto*, quando comparado ao sistema de confinamento, implica em menores investimentos, pois o principal alimento é o pasto, o que reduz os custos com ração e suplementos alimentares; por isso, ele é o tipo de manejo mais frequente na atividade leiteira (Embrapa, 2006 e IPARDES, 2008).

No caso dos PPL de Ibiporã, o sistema a pasto é feito com o acréscimo de suplementos alimentares (volumoso e concentrado), uma vez que a área destinada para a pastagem, geralmente, é pequena e insuficiente para o pastejo do rebanho, o que provocaria uma redução no volume da produção do leite. Sobre o sistema a pasto, vale destacar as explicações do Sr. Valdivino (produtor de leite de Ibiporã) para a sua utilização:

Todas [vacas] se alimentam a pasto, é difícil eu dá pra elas ração ou sal, porque o preço que você vende o leite não compensa. Ia subir muito as despesas. O que eu faço na época de estiagem, quando não tem tanto capim, eu preparo um volumoso de cana ou napier e dou pra elas (Valdivino N. Azevedo, entrevista realizada no dia 11/03/2009).

Na fala do Sr. Valdivino N. Azevedo, fica explícita a dificuldade de utilizar ração e/ou sal mineral na alimentação do rebanho, uma vez que isso encareceria o custo de produção do leite e demandaria em uma quantia maior de investimentos; por isso a opção pelo sistema a pasto. Outra observação que merece destaque é que muitos produtores, como seu Valdivino, utilizam como suplemento alimentar o “volumoso” feito a base de cana-de-açúcar ou a napier, visto que esse tipo de suplemento não requer grandes investimentos e contribui para a alimentação em períodos de estiagem.

A partir do que foi elucidado, podemos dizer que os PPL de Ibiporã, ao utilizarem o sistema a pasto como principal forma de alimentação, estão conferindo a sua produção de leite uma característica tipicamente da produção tradicional (não racionalizada), o que por sua vez contribui para a manutenção da produção em pequena escala. Caso eles tivessem recursos (capitais) suficientes para modernizar a própria produção, provavelmente, teriam um rebanho com melhor qualidade genética e fariam uso do sistema de confinamento.

Outro fator, além do sistema a pasto, que influencia na produção do leite é o tamanho da área ocupada pelos sítios (área de pastagem); pois, objetivamente, quanto maior a área destinada para a pastagem, maior poderá ser o número de animais no rebanho, criando assim as condições para aumento da produção de leite. Em contrapartida, quanto menor for a área de pastagem, menor será o número de animais produzindo leite, ocasionando uma produção em pequena escala. Nas entrevistas com os produtores, constatamos que os sítios explorados para a bovinocultura leiteira não ocupam mais do que 40 hectares (ver tabela 06). Essas informações significam que as áreas<sup>43</sup> destinadas para a pastagem são pequenas, não permitindo um rebanho com muitos animais, o que conseqüentemente influencia no volume da produção.

**Tabela 6 – Área dos estabelecimentos rurais**

<b>Grupo de área (ha)</b>	<b>Nº de produtores (sítios)</b>	<b>(%)</b>
Até 10	4	18
De 11 a 20	11	50
De 21 a 30	5	23
De 31 a 40	2	9
De 41 a 100	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Observando a tabela 4, podemos ainda verificar que dos 22 sítios pesquisados, 18% ocupam uma área com até 10 hectares ou menor do que 3,7 alqueires<sup>44</sup>, ao passo que 50% deles (a maioria) têm de 11 a 20 hectares, enquanto que 23% estão no grupo de 21 a 30 hectares e os 9% restantes fazem parte do grupo de 31 a 40 hectares. Nota-se, então, que as áreas<sup>45</sup> utilizadas dos sítios para a bovinocultura do leite são áreas pequenas, não ocupando mais do que 40 hectares ou 15 alqueires.

<sup>43</sup> Estudos feitos pelo IPARDES (2008, p.31-32; 2009, p.11-12) a respeito da produção de leite no Paraná, revelam que: “86% dos produtores de leite são proprietários das terras, as quais têm área média de 32,3 hectares.(...) A área média ocupada com pastagens nas propriedades leiteiras do Paraná é de 16,6 hectares” (2009, p.11).

<sup>44</sup> A tabela de medidas agrárias, utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mostra que 1 alqueire no Estado do Paraná corresponde a 2,72 hectares. Essa tabela consta em Anexo, ver a linha 3 da mesma.

<sup>45</sup> Vale destacar que as áreas dos sítios declaradas pelos produtores nas entrevistas são áreas brutas, ou seja, não foram subtraídas as áreas ocupadas, por exemplo, pela casa do produtor, pela sala de ordenha (estábulo) e outras benfeitorias. O que significa dizer que a área real destinada para a pastagem do rebanho, geralmente, é um pouco menor da área total do sítio.

Em razão do que foi apresentado, poderíamos fazer a seguinte indagação: por que os produtores não aumentam o tamanho dos sítios (da área de pastagem), visto que tal ação poderia potencializar a produção de leite? Em primeiro lugar, porque as coisas não são tão simples como parecem ser, uma vez que para aumentar a área de pastagem demandaria investimento na compra ou no arrendamento de novas terras. Eles não adquirem novas terras pela falta de capitais. Sobre esse ponto, vale destacar a resposta do Sr. Sergio Espanhol, ao ser indagado se tem vontade de comprar ou arrendar novas terras para aumentar a produção de leite.

Vontade de compra um sítio maior ou arrendar terras, nós temos. O problema é a falta de dinheiro para fazer esse tipo de aquisição. Você sabe né, agente não tem dinheiro pra isso, se fosse até ao banco fazer um empréstimo, eles iam querer o meu sítio como garantia ou então eles iam negar o dinheiro, falando que o sítio é muito pequeno para ficar empenhorado. E não é só isso. O preço do leite é muito arriscado pra dar o sítio como garantia. (Sergio Espanhol, produtor de leite em Ibiporã, entrevista realizada dia 19/05/2009).

Na fala do Sr. Sergio Espanhol, ficou evidente que a falta de capital torna-se um empecilho para aquisição de novas terras, de novas áreas para pastagem. Ele explicou que o crédito poderia ser a solução para o problema da descapitalização e da falta de investimentos, entretanto, frisa que o banco, caso concedesse o recurso, provavelmente, solicitaria o sítio, o seu único bem, como garantia do empréstimo; ou ainda o crédito poderia ser indeferido devido ao pequeno patrimônio que têm, não servindo como garantia de penhora. Vale destacar que o pequeno proprietário rural tende a ser conservador com relação ao crédito, visto que muitos deles temem o endividamento, pois caso não consiga quitá-lo, terá que se desfazer do seu único patrimônio (do sítio), seja entregando ao banco em troca da dívida ou tendo que vendê-lo. Lembremos que a perda do sítio, provavelmente resultaria na proletarização do produtor. Nota-se, então, que as dificuldades enfrentadas pelo Sr. Sergio para investir na melhoria da produção explicam-se principalmente pela ausência de capital; destacando-se que o problema da descapitalização não é exclusividade apenas dele, mas sim uma constante<sup>46</sup> entre os pequenos produtores rurais no país.

---

<sup>46</sup> Ver em: Cardoso, 1985 e Dias 2006.

**Imagem 1** – Entrevista feita com Sr. Sergio Espanhol em Ibiporã



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor. Tirada em 19/05/2009

Outro fator relacionado diretamente com o volume da produção de leite refere-se às características do rebanho<sup>47</sup>, ou seja, a qualidade genética (raça) das vacas, o número de animais e a forma como eles são gerenciados (manejados) influenciam diretamente no volume da produção de leite. Sobre esses pontos, veremos que as situações da maioria dos rebanhos pertencentes aos PPL de Ibiporã é algo insustentável para quem pretende sobreviver da produção do leite. Examinaremos, agora, cada um dos pontos mencionados.

O primeiro ponto que destacamos é a quantidade total de vacas<sup>48</sup> que compõe os rebanhos leiteiros em questão, independentemente do número de vacas em lactação ou secas. Analisando a situação dos PPL de Ibiporã, os dados obtidos com a pesquisa de campo mostraram que dos 22 produtores nenhum possui um rebanho com mais de 30 animais; portanto, trata-se de pequenos rebanhos leiteiros (ver tabela 07).

<sup>47</sup> Estudo feito pelo IPARDES (2008, p.41) mostra que no ano de 2007 o rebanho leiteiro no Paraná era de 2.852.264 vacas, destacando que os pequenos produtores de leite (aqueles que produzem até 50 litros/dia) são proprietários de 32,1% do rebanho leiteiro no Estado, o que equivale 916.011 vacas.

<sup>48</sup> Consideramos como vaca aquele animal que já teve o primeiro parto, portanto, que está em condições biológicas para produzir leite. Vale ressaltar que a novilha se transforma em vaca, geralmente, com 15 a 16 meses de idade, momento que ocorre o primeiro cio, possibilitando a primeira monta ou inseminação; o período de gestão são 9 meses. Nota-se, então, que a vaca, geralmente, dá a primeira cria com 24 meses de idade, momento que entra em lactação. Sobre isso, ver em: Faria e Corsi (1988); Pegoraro e Coscioni (2009).

**Tabela 7** – Número total de vacas por produtor – Ibiporã

Nº de vacas*	Nº de produtores	(%)
Até 5	0	0
De 6 a 10	3	13,5
De 11 a 15	14	64
De 16 a 20	4	18
De 21 a 30	1	4,5
De 31 a 40	0	0
Mais de 41	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

\* Consideramos vacas em lactação e/ou secas.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Analisando a tabela 7, podemos constatar que 64% dos produtores (a maioria deles) têm um rebanho médio composto “De 11 a 15 vacas”, ao passo que 18% tem “De 16 a 20 vacas”, outros 13% encontram-se na situação “De 6 a 10 vacas” e somente 1 produtor tem “De 21 a 30 vacas”. Essas informações mostram que os rebanhos leiteiros são considerados de pequeno porte, pois não chegam a ter 50 vacas.

Com relação ao número de animais no rebanho, precisamos também observar que nem sempre um rebanho pequeno é sinônimo de uma pequena produção de leite, pois o que determina a produção é a produtividade por animal. Só para exemplificar, pensemos em uma situação que a produtividade por animal seja de 15 litros por dia, logo um rebanho com 50 vacas em lactação representaria uma produção total de 750 litros/dia; portanto, nesse exemplo, temos uma grande produção de leite com um pequeno rebanho. Todavia, é preciso esclarecer que para uma vaca ter a exorbitante produtividade de 15litros/dia, ela precisa ter uma ótima qualidade genética (exemplo: uma vaca holandesa) e um excelente sistema de alimentação, o que demanda em investimentos (ver: Gomes 2000; Embrapa Gado de Leite 2006 e IPARDES 2008).

No caso dos PPL de Ibiporã, a realidade é diferente do exemplo citado acima, visto que os pequenos rebanhos leiteiros, nesse caso, são sinônimos de uma pequena produção, uma vez que a produtividade de leite por animal é baixa, em média 2 a 3 litros por vaca (ver tabela 08). Constatamos essa baixa produtividade por animal por meio das declarações dadas pelos produtores nas entrevistas. Foi realizada a seguinte pergunta aos produtores: “Qual a média da produção de leite por vaca?”, tendo como respostas as seguintes alternativas: “a) até 2 litros/dia/ por animal”, b) “2 a 3 litros/dia/por animal”, c) “3 a 5

litros/dia/por animal”, d) “acima de 5 litros/dia/por animal”. A partir das repostas dadas pelos produtores, obtivemos os seguintes resultados: 68,2% dos produtores declaram que a produtividade média das vacas em lactação é de 2 a 3 l/dia/ por animal, ao passo que 27,3% disseram que a produtividade média das vacas em lactação é de até 2 l/dia/ por animal.

**Tabela 8** – Produtividade média diária das vacas em lactação dos PPL de Ibiporã

<b>Produtividade média das vacas em lactação (l/dia/vaca)</b>	<b>Nº de produtores</b>	<b>(%)</b>
Até 2 litros/dia/por animal	6	27,3
2 a 3 litros/dia/por animal	15	68,2
3 a 5 litros/dia/por animal	1	4,5
Acima de 5 litros/dia/por animal	0	0
Não souberam responder	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Conforme mostrou a tabela 8, o que predomina no rebanho são animais com baixa produtividade<sup>49</sup>, o que agrava ainda mais o problema com um pequeno rebanho leiteiro. Nota-se, então, que a baixa produtividade por animal somado ao número reduzido de animais no rebanho (ver tabela 7) são fatores que contribuem para explicar a presença da produção em pequena escala entre os produtores de Ibiporã.

Ainda sobre a pequena produtividade por animal, podemos explicá-la pela questão da raça dos animais que compõe os rebanhos leiteiros em questão. Como explicou o zootecnista da Emater de Ibiporã:

Pelo que venho acompanhando, a média por animal é de no máximo 4 litros por dia. É muito pouco, quando comparamos com as vacas holandesas que produzem em média 10 até 20 litros por dia. O problema que vejo é que os produtores têm um rebanho pequeno associado com vacas sem raças definidas, por causa dos cruzamentos, isto faz com que a produtividade por animal seja baixa. (Antonio Carlos Ulbrich, entrevista realizada em 22/07/2009, em Ibiporã).

<sup>49</sup> Vale destacar, que a produtividade por vaca entre os PPL de Ibiporã é menor do que a média do Estado do Paraná, pois estudo feito pelo IPARDES (2008, p. 76) mostrou que os produtores com uma produção de até 50 litros de leite por dia, têm rebanhos com média de produtividade de 6,3 l/dia/ por animal.

Na fala do zootecnista da Emater de Ibiporã, fica explícito que a baixa produtividade de leite por vaca se explica pela qualidade genética (raça) do rebanho. Antes de prosseguir na análise sobre as raças dos rebanhos leiteiros de Ibiporã, talvez seja conveniente fazer uma síntese das principais raças e suas características. Para Embrapa Gado de Leite (2003):

Existem várias opções de raças e cruzamentos para produção de leite. As principais são: raça européia pura, especialmente selecionada para produção de leite, como a Holandesa, a Pardo-Suíça ou Schwyz, a Jersey, a Guernsey e a Ayrshire. Dessas a mais conhecida e difundida é a Holandesa; raça européia de dupla-aptidão (produção de leite e de carne), como a Simental, Dinamarquesa, Red Poll. Dessas a mais conhecida é a Simental; raças Zebu Leiteiras (Gir; Guzerá; Sindi etc.) e vacas mestiças, derivadas do cruzamento de raça européia com uma raça zebuína, em vários graus de sangue.

A Embrapa Gado de Leite (2003) mostrou que as principais raças para a produção de leite são as européias, tendo como destaque a raça Holandesa, por ter um melhor índice de produtividade. Depois delas, destacam-se, em termos de produtividade, as raças zebus leiteiras, tendo como principal raça o Gir. Vale ressaltar que o estudo da Embrapa Gado de Leite (2003) revelou que 70% da produção de leite no Brasil advém de vacas mestiças, sobretudo, do cruzamento entre as raças Holandês com o Gir, dando origem ao denominado Girolando. Além dessas raças, no linguajar dos produtores de leite e de alguns técnicos existe a expressão (SRD), que significa *sem raça definida*, isso acontece graças aos vários cruzamentos, não permitindo caracterizar uma raça para o animal. Evidentemente que animais SRD não são aconselhados para a produção de leite (Embrapa Gado de Leite, 2003).

Feitas essas observações, passemos a analisar a raça dos rebanhos em Ibiporã. Na pesquisa de campo, perguntamos aos produtores: “qual é a raça das vacas que **predomina** (o maior número de animais) no seu rebanho leiteiro?”, tendo como alternativas as seguintes respostas: a) Holandesa, b) Gir, c) Jersey, d) Nelore, e) Girolanda, d) Mestiças, f) Sem raça definida (SRD), g) outras raças. Dos 22 produtores em questão, 14 produtores (a maioria) disseram que há predominância de animais “sem raça definida” no rebanho, ao passo que três produtores confirmaram a predominância da “raça girolanda”, dois produtores declararam a raça nelore como predominante, e apenas três produtores disseram que a predominância no rebanho é de gado mestiço (ver tabela 9).

**Tabela 9** – Predominância da raça no rebanho leiteiro de Ibiporã

Raça das vacas	Nº de Produtor
Holandesa	0
Gir	0
Jersey	0
Nelore	2
Girolanda	3
Mestiças	3
Sem raça definida	14
Outras raças	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Como podemos observar na tabela 9, as vacas *sem raça definida* (SRD) predominam nos rebanhos dos PPL de Ibiporã, evidenciando a falta de um rebanho especializado na bovinocultura leiteira. Podemos também constatar que a raça Girolanda (mistura do Holandês com o Gir) é predominante nos rebanhos de apenas três produtores, confirmando, portanto, a carência de animais especializados. Outra informação que contribui para explicação da produção em pequena escala é falta de rebanhos com a predominância de raças europeias (como, por exemplo, a holandesa).

Conforme elucidamos, rebanhos em que predominam as raças de animais não especializados tendem a ser uma variável para explicar a presença de vacas com baixa produtividade e conseqüentemente uma produção em pequena escala (Gomes, 2000; Embrapa Gado de Leite, 2003), como são os casos dos PPL de Ibiporã. Ainda sobre essa questão, é importante frisar que as vacas não são simplesmente “animais” na sociedade capitalista, uma vez que elas são transformadas em vaca-capital (constante, diga-se) na produção de leite, e são adquiridas para fins de valorização do capital nelas empregado. O que equivale a dizer que as vacas com melhores raças e que indicam maior produtividade tendem a ser mais valorizadas no mercado, como se fossem máquinas modernas.

Vale ainda destacar que o produtor pode interferir na escolha da raça dos animais, quando faz uso da inseminação artificial, podendo selecionar o padrão genético através do histórico familiar do animal. O problema da inseminação artificial é o seu custo, pois se trata de uma técnica de reprodução que requer altos investimentos, por isso ela é pouco utilizada entre os pequenos produtores no país<sup>50</sup>. No caso de Ibiporã, constatamos que nenhum produtor utiliza a inseminação para reprodução do rebanho, ela é feita

<sup>50</sup> Ver em: IPARDES, 2008, p.75-76.

exclusivamente através da monta natural. Nota-se, com isso, que o sistema de reprodução do rebanho é o modelo tradicional, fato que explica também a precária qualidade genética do rebanho e a baixa produtividade por animal.

Não obstante a tudo isso, podemos questionar o seguinte: por que os produtores não adquirem animais com raças especializadas no leite? Ora, lembremos que os animais de raças especializadas são mais caros que aqueles não especializados. Logo, um rebanho especializado requer mais investimentos<sup>51</sup> (capitais) do que o rebanho não especializado, daí o fato de a maioria dos PPL de Ibiporã possuir rebanhos não especializados. Percebe-se, então, que a ausência de rebanhos especializados no leite é indício de uma atividade descapitalizada.

Feitas todas essas observações sobre os fatores que influenciam e explicam a produção de leite em pequena escala, podemos, então, concluir que a falta de capital (descapitalização) é o principal problema enfrentado pelos PPL de Ibiporã, pois sem o capital eles não conseguem melhorar a pastagem, nem modernizar o sistema de alimentação do rebanho, nem sequer aumentar o número de animais com raças especializadas no rebanho; todos esses fatores, quando não modernizados, tendem agir diretamente no volume de leite produzido, tornando a atividade inviável economicamente<sup>52</sup>. Ela se torna inviável porque a produtividade em questão é muito baixa, ficando aquém do necessário para se obter o *lucro médio*<sup>53</sup>, daí que se explica o processo de descapitalização dos produtores.

No próximo tópico, analisaremos o processo de ordenha do leite e a presença do trabalho familiar.

## 2.5 PROCESSO DE ORDENHA E SUAS RELAÇÕES

Neste tópico, analisamos o processo de ordenha realizado pelos PPL de Ibiporã. Quando utilizamos o termo “processo de ordenha” estamos nos referindo ao conjunto de situações e de relações, que envolvem, por exemplo, as formas de trabalho, o local e as

---

<sup>51</sup> Uma matriz de uma vaca holandesa, com histórico de boa produtividade, pode custar, por exemplo, uma média de R\$ 10 mil reais.

<sup>52</sup> Gomes (2000) defende a tese de que o problema do produtor de leite não é o lucro médio por litro do produto, mas sim o volume (a quantidade) de leite produzido. Como ele explicou em sua tese: “dos países considerados, o produtor do Brasil é o que tem o maior lucro médio, 3,0 centavos de dólares por litro; porém é o de menor lucro por ano, com apenas 648 dólares. Isto porque a produção média do Brasil (60 litros/dia) é 17 vezes menor que a da Argentina e 30 vezes menor que a dos Estados Unidos. No leite, tamanho (leia-se volume de produção) é documento” (Gomes, 2000, p. 25).

<sup>53</sup> Ver em: Marx (1983, 1984c e 1985a); Belluzzo (1980); Muller, (1982a).

condições em que se realiza a ordenha e o seu grau de tecnificação. Começamos a análise pelo tipo de mão-de-obra que é utilizado no processo de produção do leite.

Na pesquisa de campo, constatamos que as atividades realizadas nos sítios, em especial aquelas ligadas ao leite, como, por exemplo, apartar as vacas, colocar suplementos alimentares e água no cocho para os animais, fazer a ordenha (tirar o leite) e armazenar o produto no freezer são executadas, na maioria dos sítios, pelo produtor e por membros de sua família. Constatamos que, dos 22 sítios estudados, somente seis produtores declaram ter trabalhadores assalariados em suas propriedades; enquanto que nos outros 16 sítios as tarefas são executadas pelo produtor e/ou por membros da família (ver tabela 10).

**Tabela 10** – Tipos de trabalho

<b>Tipos de trabalho</b>	<b>Nº de sítio</b>	<b>%</b>
Trabalho familiar	16	72,7
Trabalho assalariado (contratado) e trabalho familiar	6	27,3
Trabalho assalariado	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Como se vê na tabela 10, o trabalho familiar<sup>54</sup> é predominante na produção de leite. Ele está presente em todos os sítios pesquisados, com a ressalva que, em 72,2% das propriedades leiteiras, o trabalho familiar aparece como o único tipo de mão-de-obra, ao passo que em 27,3% dos sítios ele aparece junto ao trabalho assalariado (contratado). Além disso, é importante esclarecer que, nos seis sítios onde há presença do trabalho assalariado, os trabalhadores são permanentes (não são temporários) e residem no local de trabalho (no sítio). A pesquisa de campo também revelou que os trabalhadores contratados recebem, em todos os casos, o equivalente a um salário mínimo, com o direito de morar no sítio sem pagar aluguel e energia. Vale ainda acrescentar que cada um dos produtores emprega apenas um trabalhador assalariado, que exerce a função de caseiro e ajuda nas tarefas do sítio.

<sup>54</sup> Estudo do IPARDES (2008, p. 38-39) feito sobre os produtores de leite no Paraná revelou que: “São poucos os produtores que utilizam mão-de-obra contratada para desenvolver as atividades da produção de leite. A grande maioria utiliza somente mão-de-obra familiar. O percentual é menor apenas no estrato de maior produção de leite, em que se verifica maior combinação entre trabalho familiar e contratado. O pequeno volume de produção, no caso da maioria dos produtores, propicia que a produção de leite, pelas suas características de manejo, se adapte bem à mão-de-obra familiar”. Esse mesmo estudo mostrou, que no Estado do Paraná, a mão-de-obra familiar está presente em 92,7% dos produtores de leite que tem uma produção de até 50 litros por dia (IPARDES, 2008, p. 39).

A respeito do trabalho assalariado, vale reproduzir a resposta do Sr. Texeira, quando questionado o porquê da contratação.

O seu Crespim trabalha para mim, há mais de 10 anos. Ele mora aqui, não paga aluguel e tem carteira assinada. Eu contratei ele, porque é só eu e dona Teresa [esposa], e tem muito trabalho pra fazer, sozinho a gente não dá conta. Os filhos antes ajudavam na lida, mas hoje eles estão tudo criados e moram na cidade, tem as suas obrigações e não podem vim aqui trabalha comigo, por isso eu contratei o seu Crespim (Israel Texeira, produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada em 28/11/2008).

Como está explicitado na fala do Sr. Israel, o uso do trabalho assalariado se faz presente devido à ausência dos filhos, que antes trabalhavam no sítio e depois migraram para zona urbana, ocasionado o excesso de atividades para ele e a esposa. Por isso, a compra da força de trabalho tornou-se necessária. Percebe-se, com isso, que a primeira opção é a exploração da mão-de-obra familiar, mas quando essa não é suficiente para exercer as atividades do sítio, aí sim se recorre ao trabalho assalariado (contratado).

A situação que ocorreu com Sr. Israel Texeira também acontece com os outros cinco produtores, pois, conforme mostrou a tabela 8, os seis sítios que empregam o trabalho assalariado, utilizam-no juntamente com a presença do trabalho familiar. Conclui-se, então, que o trabalho assalariado, quando se faz presente entre os PPL de Ibiporã, é um acréscimo ao trabalho familiar (ver tabela 10).

Embora já tenhamos explicitado no segundo tópico desse capítulo, é preciso frisar que o emprego da força de trabalho dos membros da família acontece não no sentido de glorificar a comunhão familiar, mas sim como forma de poupar despesas na contratação de empregados. Conforme vimos, a produção de leite é pequena e, muitas vezes, a renda obtida com o leite mal dá para saldar as despesas do sítio; daí o porquê de os produtores recorrerem à autoexploração dele e dos membros de sua família. Em outras palavras, essa situação de autoexploração se caracteriza como aquilo que Marx (1985a, p.310) definiu como “capitalista de si mesmo<sup>55</sup>”. Conclui-se, assim, que a autoexploração, ou ser capitalista de si mesmo,

---

<sup>55</sup> Marx (1985a, p.310 – grifo meu): “*Se um trabalhador independente – consideremos um pequenos camponês, pois aqui podem ser aplicadas todas as três formas de rendimento – trabalha para si mesmo e vende seu próprio produto, então ele é primeiro considerado como seu próprio empregador (capitalista), que emprega a si mesmo como trabalhador e como seu próprio proprietário da terra, que emprega a si mesmo como seu arrendatário. Como trabalhador assalariado, ele paga seu próprio salário, como capitalista reivindica lucro para si, como proprietário de terra ele se paga renda. Pressupondo o modo de produção capitalista e as correspondentes relações como base social geral, essa analogia é correta na medida em que não é graças a seu trabalho, mas à posse dos meios de produção – que assumiram de modo geral a forma de capital -, que ele esteja em condições de se apropriar de sua própria mais-valia*”.

confirma a tese da descapitalização desses produtores e uma condição de empobrecimento; que o impede de libertar-se do seu próprio trabalho e de seus familiares.

Outra questão investigada na pesquisa de campo refere-se às formas de trabalho no processo de produção do leite, ou seja, procuramos compreender de que forma as atividades eram realizadas, se eram manuais ou mecanizadas. Para compreender melhor essa situação, dividimos as atividades em duas situações: a primeira delas denominamos como trabalhos “secundários à ordenha”, ou seja, são aquelas tarefas ligadas ao tratamento do animal (o manejo na alimentação, no preparo do volumoso, etc.); ao passo que a segunda situação refere-se exclusivamente à ordenha.

Quando analisamos as formas de trabalho secundárias no processo de ordenha, verificamos a predominância de trabalhos exercidos manualmente, com exceção no preparo do volumoso. O manejo com as vacas, como, por exemplo, de apartá-las do restante do rebanho, conduzindo-as a entrarem no curral, acontece sempre de forma manual, através de assovios do tratador, ou batendo palmas e chamando-as pelo nome, sem a utilização de qualquer tipo de máquina ou instrumento. O trabalho do tratador, geralmente acontece de maneira serena para não provocar nenhum tipo de estresse<sup>56</sup> nas vacas, pois isso poderia prejudicar a ordenha, visto que o animal agitado não produz o volume de leite em condições normais.

Outras atividades realizadas manualmente pelo tratador são o momento de colocar comida (volumoso ou concentrado) e água no cocho para os animais, e a retirada de dejetos do curral. Esses trabalhos, na maioria das vezes, são exercidos com os seguintes instrumentos: balde, carriola e pá. Nota-se, então, que são trabalhos exclusivamente manuais. Vale ainda destacar que a única atividade secundária à ordenha, em que se constatou a presença de máquina, foi na preparação do volumoso (suplemento alimentar) para o rebanho. A máquina que se utiliza para fazer o volumoso é o triturador, pois ele pica a cana ou a napier que servirá de suplemento alimentar para o animal (ver imagem 2).

---

<sup>56</sup> Sobre o estresse da vaca e a relação com a produção de leite, ver em: Rosa et al. (2009, p.32).

**Imagem 2** – Triturador e a fabricação de volumoso a base de napier



**Fonte:** Fotos do arquivo pessoal do autor. Tirada em 13/07/2009, no sítio em Ibiporã.

Como se vê nas fotos acima, o triturador serve para picotar o napier. Nota-se que esse trabalho é mecanizado, uma vez que se realiza por meio de uma máquina. Ainda sobre essa questão, é preciso destacar que dos 22 sítios estudados, 17 deles têm trituradores; portanto, a maioria das propriedades. Todavia, é preciso observar, ainda, que os trituradores em questão são antigos, com mais de 10 anos de uso, revelando assim um estágio avançado de depreciação. Conclui-se, então, que nas formas de trabalho “secundárias à ordenha” a presença do trabalho mecanizado ocorre somente na preparação do volumoso, ao passo que a maioria das outras atividades é executada manualmente.

Já com relação à ordenha, constatamos entre os PPL de Ibiporã a existência predominante da “ordenha *manual* e com bezerro ao pé”. Existem basicamente duas formas de se realizar a ordenha<sup>57</sup>, uma é a manual (tradicional) a outra é a mecânica<sup>58</sup> (moderna), ambas podem ser realizadas “com ou sem bezerro ao pé”. A expressão “bezerro ao pé” significa que, no momento da ordenha, o bezerro fica próximo da vaca, estimulando o animal a produzir mais leite, ao passo que “sem bezerro ao pé” a ordenha é feita sem a presença do bezerro. Estudos mostraram que a “ordenha com bezerro ao pé” é mais utilizada pelos

<sup>57</sup> O estudo do IPARDES (2008, p. 72), esclarece que a ordenha: “*mecânica representa um expressivo avanço tecnológico para os produtores que a adotam, pois o manejo correto possibilita agregar significativo aumento na produtividade do trabalho, proporcionando maior velocidade e higiene. Os resultados da pesquisa de campo permitem estimar que 35,8% do total dos produtores do Paraná adotam a ordenha mecânica — proporção considerada baixa, pois significa que quase dois terços dos produtores ainda permanecem à margem desse progresso técnico, utilizando a ordenha manual*”.

<sup>58</sup> “*Pode-se observar dois sistemas mecanizados de ordenha: a) por tubulação (canalizado); ou b) balde ao pé. No sistema de balde ao pé, o leite é retirado em latões e levado para os tanques de refrigeração. Enquanto, no canalizado, o leite sai do úbere, percorre as tubulações e é levado diretamente para o tanque de refrigeração. O investimento em maior mecanização está relacionado com o tamanho e o tipo de rebanho. Do total de produtores do Estado, 33,2% possui ordenhadeira balde ao pé e somente 2,8% ordenhadeira mecânica canalizada*” (IPARDES, 2008, p. 37 – grifo meu).

produtores de leite, pois esse tipo de ordenha propicia uma maior produtividade de leite (Embrapa Gado de Leite, 2003; Gomes, 2000; Santos, 2007; IPARDES, 2008).

Quanto à relação aos tipos de ordenha, dos 22 sítios pesquisados, 20 realizam a ordenha manual e com “bezerro ao pé”, enquanto que apenas dois fazem uso da ordenhadeira mecânica e com o “bezerro ao pé” (ver tabela 11). Essas informações evidenciam que as formas de trabalho no momento da ordenha acontecem quase que exclusivamente de modo manual entre os PPL de Ibiporã.

**Tabela 11** – Tipos de ordenha e “com ou sem bezerro ao pé”

Nº de sítios	Ordenha manual		Ordenha mecânica	
	20		2	
	Com bezerro	Sem bezerro	Com bezerro	Sem bezerro
20	0	2	0	

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Conforme se vê na tabela 11, a ordenha manual (ver imagem 3) predomina entre os PPL de Ibiporã, o que revela o caráter manufatureiro da produção de leite, caracterizando como uma produção tradicional. Vale também destacar que a maioria deles não possui a ordenhadeira mecânica por dois motivos: o primeiro é pela falta de recursos (capital) para adquiri-las e o outro porque seria uma contradição fazer uso de uma tecnologia avançada em um rebanho que geralmente é pequeno e não especializado.

**Imagem 3** – Ordenha manual (com “bezerro ao pé”) e ordenha mecânica



**Fonte:** Fotos do arquivo pessoal do autor. Tiradas em dois sítios diferentes em Ibiporã, no ano de 2009.

Feitas as considerações sobre as formas de trabalho na ordenha, passamos agora a analisar as condições dos locais onde elas se realizam, ou seja, aquele espaço

denominado como curral, sala de ordenha, etc. Sobre esse assunto, vale ressaltar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Instrução Normativa<sup>59</sup> (IN) nº 51, determinou, no que se refere às condições higiênicas e sanitárias, que o local da ordenha deve ser realizado em “edificações com área coberta, piso, paredes ou equivalentes, relativas à prevenção de contaminações” (IN nº51). Tendo, então, como referência a IN nº51, constatamos, por meio da pesquisa de campo, que nenhum produtor em questão está adequado às suas exigências<sup>60</sup>, visto que todos eles realizam as ordenhas em currais rústicos ou estábulos, contrariando, portanto, o que determina a normativa 51, que estabelece a sala de ordenha como único local adequado.

As situações dos currais são ainda mais preocupantes quando constatamos que dos 22 sítios pesquisados, 20 apresentam currais com o “chão de terra”, somente dois sítios têm currais com o chão cimentado (ver tabela 12). Vale observar que o chão de terra (não cimentado) aumenta as chances de contaminação do leite no momento da ordenha (Embrapa Gado de Leite, 2003 e 2006).

**Tabela 12** – Descrição do local da ordenha - Ibiporã

Curral (descrição)	Sim	Não
O chão é cimentado?	2	20
O chão tem piso?	0	22
O chão é de terra?	20	2
Tem cobertura?	18	4

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

Ainda sobre a tabela 12, observa-se que 18 sítios de Ibiporã (a maioria deles) estão relativamente “adequados” à IN nº51 no que tange à exigência de cobertura do

<sup>59</sup> “No que se refere às políticas de regularização do setor, observa-se a busca, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), desde meados da década de 1990, de alternativas para melhorar a qualidade do leite produzido no país. Ao longo dos anos elaborou-se um conjunto de medidas visando ao aumento da competitividade e à modernização da atividade leiteira no Brasil, que resultou no Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL). Esse programa foi lançado em 1998 e regulamentado pela Instrução Normativa (IN) n.o 51, de setembro de 2002. Com a entrada em vigor da IN 51, em julho de 2007, parâmetros de qualidade referentes à higiene, manejo sanitário, armazenagem e transporte do leite, passaram a ser exigidos para todo o leite produzido no Brasil”(IPARDES, 2008, p. 8).

<sup>60</sup> “Considerando que a ordenha é a uma das principais etapas para a produção de leite com qualidade, é fundamental que ela ocorra em um lugar adequado, limpo e com boas condições de higiene. Em função disso, a recomendação técnica é de que a ordenha seja realizada em salas específicas para essa finalidade, indicadas tanto para ordenha manual como mecânica. Os resultados sobre local de ordenha, **mostram que apenas 15,6% do total dos produtores paranaense que vendem leite estão tecnicamente corretos**, pois realizam essa tarefa em **salas de ordenha**. Pode-se observar que ainda é **elevada a proporção dos produtores (76,1%) que utilizam o curral rústico como local de ordenha, condição considerada imprópria**” (IPARDES, 2008, p.70 – grifo meu).

local da ordenha. Todavia, tem que ficar claro que não basta apenas ter a cobertura no local da ordenha, pois a IN nº51 prevê que todo o espaço deve estar adequado às condições higiênicas e sanitárias. Lembrando que o produtor que estiver fora dos padrões da normativa, praticamente estará impedido de comercializar o seu leite no mercado formal (Ferrari et al, 2005).

Outro elemento relacionado ao processo de ordenha é a maneira como se faz a estocagem do leite após a ordenha. Sobre esse assunto, a IN nº 51 estabelece que após a ordenha o leite *“deve ser coado em recipiente apropriado de aço inoxidável, náilon, alumínio ou plástico atóxico e refrigerado até a temperatura de 7°C”*. É importante destacar que a refrigeração do leite no sítio pode ser feita de três maneiras: em tanque de expansão, em tanque de imersão ou freezer comum. O tanque de expansão é a tecnologia mais avançada para a refrigeração, depois vem o tanque de imersão e por último o freezer. No caso dos PPL de Ibiporã<sup>61</sup>, verificamos que a refrigeração do leite após a ordenha é feita em freezer comum, o que revela o baixo grau de tecnologia no processo de refrigeração do produto. Elucidamos, ainda, que o freezer requer menos investimentos do que os tanques de expansão ou de imersão, daí o porquê da opção pelo freezer. Essa condição também revela o grau de descapitalização dos produtores, ao adotarem equipamentos menos modernos.

Para finalizar esse tópico, é importante deixar claro que a maioria dos PPL de Ibiporã não modernizou o processo de ordenha (como prevê a IN nº51) não por uma escolha subjetiva, mas sim pela condição de descapitalização em que se encontram. Lembrando que essa condição não é um processo natural e sim capitalista; cujo movimento de acumulação do capital, ao se realizar por meio da concorrência e da disputa entre os capitais tende a imputar aos pequenos capitalistas a condição de descapitalizados, ou seja, ao se concentrar e centralizar capitais, os grandes capitais tendem contraditoriamente a destruir ou preservar os pequenos capitais, mas de maneira que eles possam ficar enfraquecidos ou empobrecidos, sem ter o “poder de fogo” para competir no mercado (ver: Belluzzo, 1980; Marx, 1984a; e Mazzucchelli, 1985). Nota-se, então, que o predomínio do trabalho familiar com formas de trabalhos manuais, acrescido a técnicas de produção e equipamentos atrasados tecnologicamente, acabam revelando o grau de empobrecimento e de descapitalização dos

---

<sup>61</sup> “As recomendações técnicas que constam da IN 51 estabelecem que após a ordenha o leite seja filtrado, armazenado e refrigerado em temperatura adequada até ser entregue para as indústrias de processamento. Os resultados sobre o local de estocagem do leite revelam que a maioria dos produtores de leite do Estado (88,1%) entregam o leite resfriado para os laticínios. Entre os equipamentos mais utilizados para a estocagem do leite, aparecem os resfriadores. **O resfriador de expansão, considerado tecnicamente o mais eficiente, é utilizado por 25,3% do total dos produtores do Estado, e o de imersão, por 21,5%. Em seguida, aparece o freezer comum, com 30,1% das indicações**” (IPARDES, 2008, p.71).

PPL de Ibiporã. Podemos então dizer que existe uma subordinação formal do processo de ordenha ao capital, uma vez que a produção de leite é praticamente realizada de forma manual.

Na próxima seção, analisaremos a comercialização do leite e o porquê de sua informalidade.

## 2.6 A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE E OS MOTIVOS DA INFORMALIDADE

*“Não tem como vender para a Confepar, eles pagam pouco e o leite que tenho é pouco. Vendendo na rua, eu ganho mais um pouquinho”* (Valdivino – produtor de leite de Ibiporã, entrevista realizada dia 14/08/2008).

Já vimos nesse capítulo que os produtores de Ibiporã produzem para o mercado<sup>62</sup>, pois a produção do leite tem como objetivo principal a comercialização do produto. Entretanto, falta elucidar a maneira como eles comercializam o leite. Para compreender melhor essa relação, perguntamos nas entrevistas como eles comercializam o leite. As respostas revelaram que a maioria deles (20 produtores) vende o leite diretamente para o consumidor, o denominado “leite de rua”, assim, o próprio produtor assume a figura do “leiteiro” (ver tabela 13).

**Tabela 13** – Formas de comercialização do leite em Ibiporã

Comercialização do leite	Nº de produtor	%
Vende para laticínio	2	9
Vende para terceiro (leiteiro)	0	0
Vende diretamente para o consumidor	20	91
Relação mista: laticínio e consumidor	0	0
Relação mista: terceiros e consumidor	0	0
Outras formas	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite de Ibiporã, no período de 2008 a 2010.

<sup>62</sup> Nas entrevistas feitas com 22 produtores em questão, todos declararam que o objetivo principal da produção de leite é a comercialização e não para o consumo próprio. Isso revela o caráter mercantil da produção e, ao mesmo tempo, afasta as premissas de uma produção de subsistência ou exterior ao mercado.

Como se vê na tabela 13, dos 22 produtores, 91% deles comercializam o leite diretamente para o consumidor (no varejo), ou seja, eles vendem o produto de forma informal, uma vez que o leite não passa por nenhum tipo de inspeção sanitária (seja federal, estadual ou municipal) e desrespeita o Decreto-Lei n. 923, de 10 de outubro de 1969, que proíbe a comercialização do leite cru diretamente para o consumidor. Percebe-se, então, que o leite é comercializado predominantemente de maneira ilegal e/ou informal.

É importante esclarecer que o fato de eles venderem o leite na informalidade não exime o caráter capitalista da comercialização do produto. A questão de ser uma comercialização formal ou informal é uma leitura do ponto de vista jurídico, não isentando a natureza capitalista da relação, muito pelo contrário, a venda do produto na informalidade tende a ser uma forma de obter uma renda maior com a mercadoria, por meio da sonegação de impostos; o que, por sua vez, corrobora ainda mais com a finalidade capitalista da comercialização. Vale destacar, ainda, que o mercado, embora informal, é igualmente regulado pela forma valor, pois as transações nele realizadas são mediadas pela dita forma (elemento econômico e determinante), ao passo que o elemento jurídico, a questão da (in)formalidade é um fator secundário (sobredeterminado) na lógica do mercado capitalista.

Quando perguntamos aos produtores o porquê de eles venderem o leite diretamente ao consumidor e não para o laticínio, as respostas mostraram que o xis do problema não é a questão propriamente da formalidade ou da informalidade, mas sim o lucro que eles poderiam obter. A esse respeito, vale destacar a fala do seu Valdivino:

**Eu vendo o leite na rua porque eu ganho mais.** Enquanto a Confepar quer pagar no litro de leite R\$0,30, eu vendo ele na rua por R\$ 1,30. Parece pouco a diferença, mas pra gente é muita coisa. **Se o laticínio pagasse um preço bom, é lógico que eu ia vender pra eles, porque não teria o trabalho de ir na cidade todo dia entrega o leite, ainda mais quando tá chovendo que é um barro só.** Muita gente fala que estamos vendendo o leite fora da lei, mas o governo não vê a mixaria que os laticínios estão pagando. **Ninguém que ficar fora da lei, mas quero um preço justo** (Valdivino – produtor de leite de Ibioporã, entrevista realizada dia 14/08/2008 – grifo meu).

Os elementos que aparecem na fala do Sr. Valdino são uma constante entre os PPL. Eles vendem o “leite na rua”, assumem o papel de leiteiro, porque é uma maneira de obter uma renda maior com essa forma de comercialização. Isso quer dizer que o problema, para eles, não está centrado no fato de ser um comércio legal ou ilegal, pois o que move a comercialização é a obtenção de melhores preços, ou seja, quem determina para quem eles vão vender é aquele que pagará melhor pelo leite, seja formal ou informal. Nota-se, então, que

é a lógica do capital que determina para quem os produtores vão comercializar o leite. Fazem de suas consciências e vontades a consciência e a vontade<sup>63</sup> do capital, ainda que sejam capitalistas de si mesmo. Mesmo assim, procedem segundo os ditames do capital, seja por analogia ou idealmente (Marx, 1983).

Vale ainda frisar que a comercialização informal do leite não acontece apenas com os PPL de Ibiporã, haja vista que essa é uma tendência geral entre os pequenos produtores de leite no país. Recentemente, o jornal *Folha de São Paulo*, em seu caderno “Mercado”, publicou uma reportagem intitulada “**De cada 10 litros de leite, 3 não são inspecionados**”, na qual mostrou que:

A cada 10 litros produzidos, 3 não passam por inspeção. Os últimos dados anuais fechados revelam que 9,5 bilhões de litros produzidos em 2009 (33% do total) não passaram pelas autoridades sanitárias, segundo o IBGE. [...] O leite informal e ilegal vem geralmente do pequeno produtor, que não conseguiu bom preço na cooperativa e decide vender no varejo. “Sempre vai haver esse leite informal se a inspeção dos governos não tomar uma atitude e passar a fiscalizar e multar”, afirma Jorge Rubez, presidente da Leite Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Leite). Vendido em garrafas pet ou transformado em queijo, esse leite não inspecionado é levado diretamente ao consumidor ou é entregue em feiras livres, quitandas e outros comércios. O preço atrai: o litro vendido ao laticínio rende ao produtor de R\$ 0,60 a R\$ 0,65, segundo pecuaristas ouvidos pela **Folha**. Na garrafa pet, sai por até R\$ 1,30. [...] A vantagem econômica afastou do laticínio Wilson Couto Rosa Júnior, 57, produtor de leite há 40 anos no interior paulista. Em 2002, ele decidiu deixar a cooperativa e assumiu a “clientela” de um vizinho. Hoje são 40 fregueses. Ele vende até 50 litros de leite por dia (a R\$ 1,25 cada) e ainda faz 20 queijos por semana, que rendem R\$ 200. Se, como cooperado, sobrava renda de R\$ 1.000 por mês, como autônomo Wilson obtém o dobro. Todos os dias, ele sai de casa antes das 7h para entregar as garrafas. O horário cedo é devido à perecibilidade do produto, mas também para evitar fiscais. “É inviável vender para laticínio. A gente faz isso para a sobrevivência.” Outros produtores usam o leite informal como complemento. Um deles em Ribeirão Preto, que pediu para não ser identificado, entrega de 100 a 120 litros por dia ao laticínio, a R\$ 0,60. O que sobra (de 30 a 40 litros) vende na rua, a até R\$ 1,30 (Publicada pela Folha de São Paulo, no dia 06/02/2011).

<sup>63</sup> Como elucidou Marx (1983, p.129-130): “Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação”.

Como mostrou a reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, a prática da comercialização informal do leite acontece, sobretudo, por proporcionar uma margem maior de lucro. No caso de Ibiporã, também precisamos frisar que um dos fatores que facilita a comercialização informal do leite é a localização dos sítios e a falta de fiscalização no município. Dos 20 produtores que vendem o “leite na rua”, todos têm seus sítios localizados<sup>64</sup> próximos do perímetro urbano de Ibiporã, geralmente, uma média de três a cinco quilômetros da zona urbana, o que facilita o transporte do produto. O outro elemento que contribui para a comercialização informal do leite é a falta de fiscais da vigilância sanitária no município, pois o comércio é feito livremente na rua.

Ainda sobre o “leite de rua”, é importante esclarecer que o leite não inspecionado pode trazer danos à saúde do consumidor, tendo em vista que o transporte do produto e a refrigeração do mesmo, geralmente, não acontecem de forma adequada (muito aquém dos padrões estabelecidos pela IN nº 51). Vale destacar que a maioria dos produtores comercializa o leite na rua por meio de garrafas pets, o que não é permitido, pois o risco de contaminação de bactérias no leite aumenta. Além do fato de que muitas vezes as garrafas pets nem sequer são higienizadas adequadamente (ver imagem 4). O leite cru, quando não inspecionado, aumenta bastante as chances de o consumidor estar ingerindo um produto contaminado. Dentre as doenças que podem ser contraídas estão a tuberculose, a brucelose, listeriose, carbúnculo, além das intoxicações alimentares (Riva et al, 2000).

---

<sup>64</sup> Dos 20 sítios em questão, sete ficam localizados à margem da Estrada Esmeralda, onze ficam à margem da Estrada do Barreirão e dois próximos à estrada engenho de ferro.

**Imagem 4** – O transporte e o armazenamento do leite em garrafas pets



**Fonte:** Fotos do arquivo pessoal do autor. Tiradas em Ibiporã, no ano de 2009

Sobre a questão da comercialização informal do leite, é importante também frisar que existe uma tendência de mudanças<sup>65</sup> no hábito do consumidor, pois o mito do leite cru como sinônimo de leite saudável e puro tende a ser cada vez mais desmistificado, fazendo com que as pessoas consumam cada vez mais<sup>66</sup> o leite longa vida (“leite de caixinha”), deixando de consumir o “leite de rua” ou “leite de saquinho”. Observa-se, então, que essa tendência forçará os pequenos produtores a se modernizarem para se adequarem às exigências sanitárias previstas na IN nº51 e para produzirem um volume maior de leite, pois, sem essas condições, dificilmente conseguirão comercializar o seu produto junto aos laticínios e sobreviver com a pequena produção, ou, ainda, aqueles que não se modernizarem serão forçados a deixar a atividade leiteira e, talvez, tenham que se proletarizar (Gomes, 2000; IPARDES, 2008).

Para terminar esse tópico, vale ainda explicar que os únicos dois produtores que comercializam o leite junto ao laticínio (ver a tabela 11, já mencionada) fazem pela falta de opção, visto que seus sítios estão localizados aproximadamente a 17 quilômetros da zona urbana de Ibiporã, o que torna inviável vender o “leite na rua” por causa dos gastos com

<sup>65</sup> Essas mudanças de hábitos no consumidor foram moldadas pela indústria de laticínios, conforme mostrou o estudo feito por: Coradini e Fredericq, 2009.

<sup>66</sup> Dados da Embrapa Gado de Leite mostraram que em 1990 o consumo de leite longa vida (UHT) foi de 0.184 (milhões de litros), ao passo que em 2004 o consumo foi de 4.403 (milhões de litros). É o leite mais consumido no Brasil. Essas informações estão disponíveis no site da Embrapa < <http://www.cnpqgl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/consumo/tabela0704.php>>.

transporte. Daí a razão de eles venderem o leite para o laticínio de Sertanópolis. Destacando que esses dois sítios ficam às margens da rodovia PR – 090, localizada entre Ibiporã e Sertanópolis, ao passo que os outros 20 sítios pesquisados estão localizados na região do Barreirão e do Engenho de Ferro em Ibiporã, sendo mais próximos da zona urbana, facilitando a prática do “leite de rua”.

## CAPÍTULO 3

### OS PRODUTORES DE LEITE DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR

Neste capítulo, apresentaremos o resultado da pesquisa de campo feita com os pequenos produtores de leite do assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Arapongas. O objetivo foi analisar sob quais circunstâncias os assentados realizam a produção e a comercialização do leite. Destacamos que as situações vivenciadas por eles não tem nada de anticapitalista, muito pelo contrário, as leis econômicas do capital estão presentes no cotidiano da produção de leite desses produtores.

#### 3.1 DESCRIÇÃO DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR

Nesta seção, apresentaremos as características gerais do assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Arapongas, no estado do Paraná. As informações aqui mencionadas são referentes à pesquisa de campo que realizei no assentamento no período de março de 2009 a dezembro de 2010, momento em que participei do “Projeto Leite Bom” e do programa “Universidade Sem Fronteiras”.

O primeiro ponto a ser destacado é o fato de o assentamento Dorcelina Folador<sup>67</sup> ser resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária. Sem a pressão do movimento, provavelmente não teríamos o assentamento em questão. Conforme elucidaram vários estudos<sup>68</sup> sobre o MST, uma das ações encontrada pelo movimento para pressionar<sup>69</sup> o governo a fazer a reforma agrária é através de

---

<sup>67</sup> Trabalhos feitos sobre o assentamento Dorcelina Folador: Asari, A. Y. (org.) (2005); Francis (2005); Negri (2005).

<sup>68</sup> Ver em: Oliveira (2001); Fernandes (2000); Mauro (1999) e outros.

<sup>69</sup> “O MST usa as mais diferentes formas de luta, que vão desde caminhadas, passeatas, longas marchas, manifestações na cidade, audiências coletivas, ocupações de terra e de prédios públicos. Não temos uma única forma de luta, pois desde que sejam massivas podem ter eficácia. O que temos notado é que as formas mais eficazes têm sido as ocupações de latifúndios e dos prédios do Incra, quando a burocracia interna do órgão emperra as desapropriações ou a liberação de dinheiro. Tanto que só vem a público que eles não estão liberando o dinheiro, ou que tal desapropriação está parada, quando ocupamos o Incra. Evidentemente, pagamos um preço alto por isso. A direita e a grande imprensa fazem campanha contra nós, tentando descaracterizar essas ações como se fossem vandalismo. Pagamos um preço, mas não temos outro caminho. Acontece que tratamos com problemas reais, pois o pessoal precisa de dinheiro para fazer a plantação. Então, temos que utilizar todas as formas de pressão para garantir que o governo de fato acelere essas medidas. Contudo, não é linha política do MST usar formas de luta para agradar a opinião pública. Nunca fizemos ações para a mídia, mas para resolver problemas concretos” (Stédile, 1997, p. 88).

ocupações de latifúndios<sup>70</sup>, que geralmente são constituídos por terras improdutivas, griladas, que têm dívidas com o governo ou que apresentam denúncias de trabalho escravo. Observa-se, então, que as terras ocupadas, quase sempre, não estão cumprindo com sua função social, o que permite a desapropriação<sup>71</sup> para fins de reforma agrária.

No caso específico de Arapongas, as terras ocupadas pertenciam à fazenda São Carlos, que tinha uma área correspondente a 765 hectares, localizada a seis quilômetros da rodovia Melo Peixoto, uma das principais rodovias do norte do Paraná. A ocupação pelo MST aconteceu no dia 9 de setembro de 1999, depois que o MST teve conhecimento que a fazenda estava em vias de ser leiloada pelo Banco do Brasil, para quitação de dívidas.

Depois de nove meses acampados na fazenda, as famílias que vieram de várias localidades do sul do Brasil conseguiram ter a posse das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Logo, os 765 hectares foram divididos e demarcados pelo INCRA em 94 lotes, cada lote corresponde a seis hectares, além disso foram destinados 153 hectares (20%) como reserva legal (para mata nativa e ciliar) e 48 hectares como área coletiva do assentamento. Vale destacar que o assentamento foi batizado com o nome de “Dorcelina Folador<sup>72</sup>” para homenagear a militante do MST, que era prefeita do município de Mundo Novo (MS) e que foi assassinada com 10 tiros em outubro de 1999.

Feita a descrição geral sobre o assentamento, passamos a analisar, no próximo tópico, o caráter da produção de leite.

---

<sup>70</sup> O coordenador do MST João Pedro Stédile (1997) deixa claro que o movimento não ocupa terras produtivas, mesmo que sejam latifúndios. Para ele, a terra para reforma agrária é aquela que não cumpre com sua função social, como ele mesmo explicou (1997, p. 83): “A Constituição diz o seguinte: a propriedade tem que cumprir sua função social, que é a de garantir trabalho, de não ter trabalho escravo e seguir critérios de produtividade que o Incra vai estabelecer por região”.

<sup>71</sup> Ver a Constituição Federal de 1988, principalmente, nos artigos 184 a 186.

<sup>72</sup> Dorcelina de Oliveira Folador nasceu em 27 de julho de 1963, em Guaporema no Paraná. Mudou para o município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul em 1976 com a família. Iniciou sua militância na Pastoral da Juventude em 1980. Em 1987, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores em Mundo Novo. Entrou para o MST em 1989, ocupando cargo na direção estadual do movimento e atuando como repórter no Jornal do MST. Quando foi assassinada em outubro de 1999 ocupava o cargo de prefeita em Mundo Novo.

### 3.2 QUEBRANDO A MÍSTICA: A PRODUÇÃO VOLTADA PARA O MERCADO

*“O leite que eu produzo é todo vendido para o laticínio de Califórnia”* (Braun, produtor de leite no Dorcelina Folador, 13/08/2009).

É quase que uma constante encontrar na literatura sobre o MST trabalhos<sup>73</sup> defendendo a premissa de que os assentamentos seriam um modelo de produção anticapitalista, que estariam fora da economia de mercado e que resistiriam, portanto, à subordinação do capital. Para defender tal concepção, geralmente os trabalhos recorrem às premissas de uma produção de subsistência e/ou de uma produção de excedente<sup>74</sup>. Alguns ainda exaltam que os assentamentos do MST resistem à subordinação do capital, porque as produções, geralmente, estão assentadas no trabalho familiar e têm por objetivo produzir alimentos. Defendem que esse modelo de produção é forma de oposição ao “agronegócio<sup>75</sup>” e ao capital. Esse cenário a que me refiro aparece explicitamente em documentos publicados pelo movimento, em especial, na “Carta do 5º Congresso Nacional do MST<sup>76</sup>” em 2007.

Contrariando o cenário da produção anticapitalista, o que pude constatar no assentamento “Dorcelina Folador”, por meio da pesquisa de campo, é a presença de assentados que produzem leite para o mercado. Dos 54 assentados<sup>77</sup> que produzem leite, realizei a seguinte pergunta nas entrevistas: “O (A) senhor (a) produz leite e qual é o principal destino da sua produção?”. Para responder a essa questão, eles tinham quatro alternativas como opção de resposta: a) “para o consumo da família”; b) “para vender (comercializar) e assim obter uma renda”; c) “para o consumo da família, vendendo somente o leite excedente do consumo”; d) “outros motivos”.

Nas respostas, 47 produtores declararam que o destino principal da produção é a comercialização (o mercado), ao passo que apenas sete produtores responderam

<sup>73</sup> Entre os teóricos, ver em: Oliveira (2001); Fernandes (2000); Martins (1980 e 1997); etc.

<sup>74</sup> Ver em: José de Souza Martins (1975 e 1979).

<sup>75</sup> “Nós queremos a agricultura como um espaço de sociabilidade, uma agricultura com camponeses que enfrente o êxodo rural. Uma agricultura apta a produzir alimentos saudáveis, contrariando o agronegócio que quer unicamente para a produção de *commodities* e com a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos. Uma agricultura que assegure a preservação das águas, do solo, da biodiversidade, procurando conter e reverter a depredação ambiental causada pelo agronegócio” (Secretária Nacional do MST, 2010).

<sup>76</sup> Documento disponível no site do MST.

<sup>77</sup> Embora existam 94 famílias assentadas, somente 54 delas produzem leite. As outras quarenta famílias se dedicam à produção, por exemplo, de bicho-da-seda, feijão, cana-de-açúcar, café, etc. Nota-se, então, que a maioria desses produtos são produzidos para o mercado, haja vista que ninguém cria bicho-da-seda ou cana-de-açúcar para o consumo próprio.

que comercializam somente o leite excedente do consumo familiar e nenhum assentado declarou que a produção estava voltada apenas para o consumo da família (ver tabela 14).

**Tabela 14** - O principal destino da produção de leite entre os assentados

O principal destino da produção de leite:	Nº de produtor	%
Para o consumo da família	0	0
Para vender (comercializar) e assim obter renda	47	87
Para o consumo da família, vendendo somente o leite excedente do consumo	7	13
Outros motivos	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite do assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

Como podemos observar na tabela 14, para 87% dos assentados a produção de leite está diretamente voltada para o mercado, enquanto que apenas 13% deles declararam que a produção primeiramente atende ao consumo da família e apenas o leite excedente é comercializado. Percebe-se que nas duas situações o leite é transformado em mercadoria, visto que a produção ou parte dela tem como destino final o mercado. Isso quer dizer que as produções são mercantilizadas, o que revela os vínculos com a produção social capitalista. Nota-se, com isso, que eles não estão fora da lógica do capital, pois produzem mercadorias (leite) para o mercado. Tais condições negam a premissa de autonomia ou de exterioridade ao capital.

Sobre essa questão do mercado, vale resgatar parte da entrevista publicada na Revista Estudos Avançados da USP, feita pelo professor Alfredo Bosi e os jornalistas Marco Antônio Coelho e Dario Luis Borelli com João Pedro Stédile (o principal coordenador do MST). Uma das perguntas feitas a Stédile foi a seguinte: “Qual seu balanço sobre os assentamentos já consolidados pelo MST? A informação que temos é que alguns prosperam e outros não. Que fatores determinam essa diversidade nos resultados?” (1997, p. 73). Vale, aqui, reproduzir parte da resposta dada pelo coordenador do MST:

Alguns continuam pobres, outros remediados e alguns são um sucesso. **De certa forma eles reproduzem o que acontece na agricultura em geral.** Porque, apesar de os lavradores receberem terra do governo, imediatamente **se transformam em pequenos produtores rurais e passam a enfrentar todas as contradições que têm os outros pequenos produtores.** Existe, em termos gerais, a seguinte diferenciação: nos primeiros dois anos de assentamento, em geral, as famílias se preocupam em resolver seu problema de comida. Eles passam a produzir apenas para comer. Aceitamos isso, porque é praticamente uma fome histórica. De maneira que não temos nenhum assentamento em que haja fome, todo mundo come bem, o que já seria uma grande conquista numa sociedade que tem 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias. Mas, passada essa etapa, o assentado pobre quer construir sua casinha e ter escola para seus filhos. O MST faz então um trabalho de conscientização e de organização para mostrar que só produzir para comer não resolve, **que o agricultor precisa ter renda e para ter renda ele tem de produzir para o mercado. Nosso trabalho é identificar quais são as culturas que têm mercado e estimular que o agricultor produza para o mercado.** Aí já começa a haver **uma diferenciação: quem consegue entrar para o mercado local aumenta a renda, começa a se diferenciar daquele que só ficou produzindo para comer.** Passados quatro, cinco, seis anos, conseguimos fazer com que eles percebam que, **na realidade da agricultura de hoje, não basta também produzir só para o mercado local, e que os mercados mais organizados exigem agroindústria.** Hoje a maioria dos produtos que vêm para a mesa do trabalhador passam por um processo de agroindústria. **Portanto, se o agricultor quiser aumentar sua renda e participar de um processo de desenvolvimento na sua região tem de se casar com a agroindústria.** Aí ele tem dois caminhos. Ou se associa à agroindústria que já está instalada, às grandes empresas oligopolizadas - como Sadia e Perdigão na área de avicultura; ou Souza Cruz, Philip Morris, no fumo; na área de leite, Parmalat, Nestlé, enfim todos os setores que estão mais ou menos oligopolizados. Ou, o que é um das linhas que estamos adotando, também **começa a botar pequenas agroindústrias nos assentamentos. Quem não consegue produzir grande quantidade para o mercado não tem influência no mercado, mas isso tem grande importância para ele, porque aumenta muito a renda na medida em que industrializa o produto. O caso do leite é típico, as empresas compradoras de leite pagam hoje em torno de 0,16 ou 0,17 centavos o litro. Tiram manteiga, fazem iogurte, botam um pouquinho de água e vendem ao consumidor a 0,60 ou 0,80 centavos o litro, além de todos aqueles benefícios. Nós, instalando um pequeno laticínio que pasteuriza o leite, sem fazer nenhum subproduto, conseguimos vender direto na cidade por 0,55, praticamente sem nenhum custo a mais, porque o plástico é baratíssimo e o equipamento do laticínio de uma pequena agroindústria é barato. Com 10 ou 15 mil dólares é possível pasteurizar mil, cinco mil litros de leite por dia. De maneira que o pequeno agricultor só com esta máquina lá no assentamento consegue aumentar o preço do leite dele de 0,16 centavos para 0,55, triplicando sua renda. Esse é o nosso esforço** (Stédile, 1997, p. 74).

Como se vê na fala do Stédile, os assentamentos tendem gradualmente a produzirem para o mercado, pois, sem a comercialização, os assentados não conseguem ter renda. Além disso, o coordenador do MST elucidou o seguinte: “**Nosso trabalho é**

**identificar quais são as culturas que têm mercado e estimular que o agricultor produza para o mercado”**. Percebe-se, claramente, que a escolha dos produtos a serem cultivados é definido pelo mercado (leia-se capital) e não pelo fato de o produto ser um alimento. Em outras palavras, o que determina a produção não é o valor de uso da mercadoria (sua qualidade como alimento), mas o seu valor de troca. Daí que se explica o fato de o movimento identificar quais são as culturas que são mais atrativas no mercado, estimulando os assentados a produzirem de acordo com o mercado (capital).

Ainda sobre a fala de Stédile, vale destacar que o modelo ideal de produção para o MST é a agroindústria. Ele explica que a produção agroindustrial permite agregar mais valor ao produto, o que garante uma renda maior ao produtor. Cita como exemplo a produção agroindustrial do leite, que permite triplicar a renda do produtor. Sobre esse assunto, é importante fazer algumas observações: quando falamos em agroindústria, entende-se que o produto agrícola será industrializado, isso quer dizer que o assentamento precisará adquirir máquinas e outros insumos industrializados. Nota-se, então, que a própria ideia de agroindústria pressupõe vínculos com o mercado de insumos (de máquinas e de embalagens). Essa condição remete novamente à afirmação de que os assentados, ao depender do mercado, (seja para comercializar os produtos ou adquirirem insumos), passam a ter uma produção subsumida no capital, o que impossibilita advogar a ideia de uma produção anticapitalista.

Além da produção voltada para o mercado, é válido analisar a questão da terra. Ao contrário daqueles que advogam as terras dos assentamentos como “terra de trabalho”, no Dorcelina Folador constatei que a terra assume a forma de terra-capital. Chegamos a essa conclusão por vários motivos. O primeiro deles é que as terras (os lotes) são exploradas como meio de produção para a produção de leite, destacando que a produção em questão, em sua maioria, é destinada para o mercado (ver tabela 14). Nesse sentido, a terra não é utilizada para uma produção de subsistência, mas sim para fins capitalistas. Por isso, ela assume a condição de terra-capital.

Outra confusão que se faz é acerca da renda da terra. Legalmente, os lotes da reforma agrária são concedidos aos assentados via contrato de concessão de uso. Isso quer dizer que juridicamente o assentado não pode comercializar (vender, comprar ou arrendar) o lote como uma mercadoria (ver imagem 5), o que impede de obter uma renda formal da terra. Todavia, a leitura que temos sobre a renda da terra não se restringe à perspectiva jurídica, pois o fato de o assentado ter a posse econômica da terra (do lote) e poder explorá-la pressupõe que ele consiga, por meio do lote, ter duas formas de rendimentos: o lucro com a produção do leite e a renda da terra pela posse econômica do lote. Caso ele não tivesse a posse econômica

do lote, provavelmente, teria que arrendar terras de terceiros para produzir leite, tendo que pagar pelo uso da terra. Isso não acontece porque ele tem a posse econômica do lote. Nota-se, então, que esse seria o segundo motivo para atribuir a terra (lote) como terra-capital.

**Imagem 5** – Placa com a mensagem de que é proibida a comercialização de lote



**Fonte:** Foto do arquivo pessoal do autor. Tirada no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2010.

Para concluir esse tópico, quero ressaltar as duas características que marcaram a produção de leite no assentamento Dorcelina Folador. A primeira é o fato de os assentados produzirem para o mercado, o que os caracteriza como produtores de mercadorias. E a outra é que a terra assume a condição de terra-capital. Nota-se, portanto, que essas características são fundamentais para entender que os assentados não estão à margem da produção social capitalista, que a produção está longe de gozar de autonomia com relação à economia capitalista.

No próximo tópico, analisaremos o porquê de os assentados optarem pela produção de leite, ao invés de outras atividades agropecuárias.

### 3.3 OS MOTIVOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE

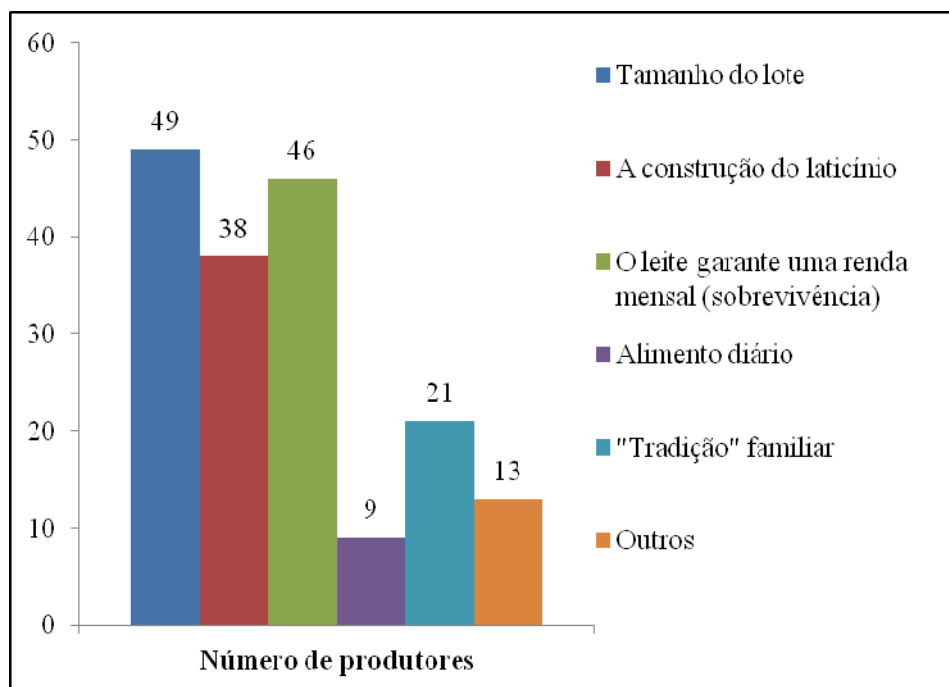
*“O nosso sonho é ver o laticínio de pé, funcionando e dando renda e emprego pra todos companheiros”*  
(Braun, produtor de leite no Dorcelina Folador, 13/08/2009).

Um dos itens investigados na pesquisa de campo foi saber por que os 54 assentados optaram por produzir leite, ao invés de trabalhar com outras atividades

agropecuárias, visto que no assentamento temos outras linhas de produções, como, por exemplo, o bicho-da-seda (sericicultura), frango, café e outros produtos. Para compreender os motivos que levaram a produção de leite, realizamos, nas entrevistas, a seguinte pergunta: “Por que o senhor(a) optou pela produção de leite? Pode falar alguns motivos?”. A questão era aberta, podendo mencionar vários motivos para explicar a opção pela produção de leite.

Analisando as respostas, os produtores mencionavam os seguintes motivos: “tamanho do lote”; “a construção do laticínio”; “o leite garante uma renda mensal (sobrevivência)”; “alimento diário”; “tradição familiar”; “outros motivos” (ver gráfico 2). Passemos agora a analisar cada um dos motivos apresentados.

**Gráfico 2** – Motivos pela opção em produzir leite



**Fonte:** Pesquisa de campo – entrevista com produtores do Dorcelina Folador.

Como podemos observar no gráfico 2, o tamanho do lote foi um dos argumentos apresentados por 49 produtores para justificar a opção pela produção de leite. Conforme já citado, cada lote corresponde a seis hectares, o que dificulta, por exemplo, o desenvolvimento de algumas culturas agrícolas que dependem de médias ou grandes áreas para serem cultivadas e serem economicamente viáveis (exemplo: soja, trigo, etc.). Daí que se explica por que muitos deles tenham optado pela produção de leite ao invés da agricultura. Na perspectiva de muitos assentados, a bovinocultura leiteira oferece um melhor desempenho econômico do que o cultivo da agricultura em pequenas áreas. Vale observar que essa leitura

da realidade também é compartilhada pelos produtores de leite de Ibiporã. Em ambos os casos, entendem que a bovinocultura leiteira é mais rentável em pequenas áreas do que a agricultura.

Outro argumento explicitado por 46 produtores para justificar a opção pelo leite está relacionado ao fato de que a produção e a comercialização do leite acontecem diariamente, o que garante uma renda mensal para família. Como os produtores argumentaram nas entrevistas, com o leite a renda é imediata, ao passo que na agricultura, dependendo da cultura, os produtos só poderão ser comercializados depois de três a cinco meses do plantio. Daí que se explica o fato de a maioria dos assentados preferirem produzir leite ao invés da agricultura.

Além desses argumentos, 9 produtores citaram, em suas respostas, que produzem leite porque é um alimento consumido diariamente pela família. Outros 21 produtores declararam que a opção pelo leite está ligada a uma “tradição” familiar, ou seja, quando ainda moravam com os pais (antes de entrar no movimento) aprenderam a lidar com atividade leiteira, por isso escolheram esse tipo de atividade. Como se vê, esses dois últimos motivos apresentados são de caráter secundário e subjetivo, pois, ao que parece, o principal motivo pela produção de leite está vinculado a uma questão econômica, como foi mencionado nas outras respostas.

Outro argumento encontrado nas respostas dos produtores foi a construção do laticínio. Dos 54 produtores, 38 declararam que a opção pelo leite estava ligada à construção de um laticínio e à formação de uma cooperativa no assentamento. Em razão desses argumentos, investiguei se procediam as informações da existência dos projetos do laticínio e da cooperativa. Realmente existem os projetos, e eles estão em curso. O projeto tem por objetivo construir um laticínio dentro do assentamento, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A proposta do laticínio é industrializar a produção de leite do Dorcelina Folador e de outros assentamentos da região.

Vale destacar que o objetivo do projeto é construir um laticínio nos moldes da Cooperoeste (Terra Viva) de Santa Catarina, que é o modelo de referência do MST. Destacando que a Cooperoeste, atualmente, produz leite longa vida (em embalagens Tetrapark), queijos, bebidas lácteas, creme de leite, etc (ver imagem 6). Esses produtos (“Terra Viva”) são encontrados nas gôndolas de grandes redes varejistas<sup>78</sup> de supermercado, sobretudo, na região sul do país. Percebe-se, então, que a Cooperoeste funciona como uma

---

<sup>78</sup> Encontramos, por exemplo, leite “Terra Viva” na rede Supermuffato, Mercadorama (que pertence ao Wall-Mart), no Assaí, no Carrefour, etc.

grande empresa capitalista<sup>79</sup>, que tem por finalidade gerar lucro aos assentados cooperados. Daí que se explica o fato de 38 produtores terem explicitado, em suas respostas, que a escolha pela produção de leite estava associada à construção do laticínio.

**Imagem 06** – Leite “Terra Viva”, produzido pela Cooperoeste (MST)



**Fonte:** Foto do arquivo do Inca - <http://www.inca.gov.br/porta1>

Quando os assentados do Dorcelina Folador escolhem a produção de leite vislumbrando o futuro, a construção de um laticínio parecido ao da Cooperoeste (“Terra Viva”), isso quer dizer que eles têm por objetivo transformar a sua pequena atividade em um grande empreendimento capitalista, como é o exemplo da Cooperoeste (ver imagem 6).

Para concluir esse tópico, queremos frisar que os motivos apresentados pelos assentados para justificar a escolha pela produção de leite, geralmente está relacionada à

<sup>79</sup> “Criada em 1996 por 120 assentados da Reforma Agrária, a Cooperoeste (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda) é hoje uma das grandes produtoras de leite da região sul do país. Sediada em São Miguel do Oeste (SC), **ela produz e comercializa cerca de 330 mil litros de leite diariamente**. No mês em que completa dez anos, a Cooperoeste planeja expandir seus produtos. [...] Nós estamos trabalhando com 330 mil litros de leite por dia, sendo que a maior parte desse leite é longa-vida. Cerca de 200 mil litros são da marca Terra Viva, em que trabalham Sem Terra ligados ao MST, e 130 mil litros são prestação de serviços para outras duas empresas. Atendemos hoje 2.171 agricultores integrados na Cooperoeste e também compramos leite de várias outras empresas. No total, nosso leite vem de seis mil famílias para ser industrializado na cooperativa. Temos também outros produtos, como bebida láctea e iogurte. Ainda nesse ano pretendemos lançar outros produtos, como o creme de leite em caixinha e o leite achocolatado” (MST, entrevista com Nelson Foss, presidente da cooperoeste, 2006). Sobre a história da Cooperoeste ver no site: <http://www.terravivasc.com.br/historia> ou no site do MST: <http://www.mst.org.br/node/1964>.

questão da renda, ou seja, eles escolheram atividade leiteira basicamente por três motivos: 1º) porque a bovinocultura leiteira pode ser desenvolvida em uma pequena área de forma rentável; 2º) porque o leite é produzido e comercializado diariamente, o que permite uma renda mensal e 3º) porque existe a possibilidade de ampliar os rendimentos com a construção do laticínio. Conclui-se, então, que a escolha pela produção do leite não se explica pelo fato de o leite ser um alimento, mas sim porque o leite é uma mercadoria rentável. Percebe-se, daí, que o valor de troca sobressai ao valor de uso, ou seja, é o valor que determina a produção, é ele que define o que vai ser produzido e de que maneira produzir. Embora o produtor, ainda que formalmente, tenha a posse de concessão da terra (do lote), perde, de fato, toda a sua autonomia decisória, pois passa a produzir a mercadoria que é mais rentável, conforme as imposições do capital. Em outras palavras, isso acaba por evidenciar o processo de subordinação do pequeno produtor à lógica do capital.

No tópico seguinte, analisaremos o volume da produção de leite e os elementos que influenciam para/na produção.

### 3.4 VOLUME DA PRODUÇÃO DE LEITE E OS ELEMENTOS INFLUENCIADORES

*“Eu produzo 100 litros por dia, quando ficar pronto o laticínio quero chegar a média de 300 litros por dia. A média da produção hoje, por lote, é de 60 litros, mas estamos trabalhando para chegar a 150 a 200 litros”* (Braun, produtor de leite no Dorcelina Folador, 13/08/2009).

A fala acima é do assentado Vanderlei Braun, ele é o que mais produz leite no assentamento, além dessa condição, ele também é o responsável pela linha da produção do leite, que tem a função de organizar as reuniões entre os produtores, auxiliando em como melhorar a produção e organizá-los para que comercializem o leite coletivamente<sup>80</sup> junto aos laticínios. Além disso, é interessante notar na fala de Braun que os assentados têm como proposta dobrar ou triplicar a quantidade de leite produzido, isso acontece graças ao projeto do laticínio. Eles sabem que para o laticínio funcionar de maneira rentável precisará aumentar o volume de leite produzido no assentamento.

Não distante às questões que apareceram na fala do Sr. Braun, tratamos de analisar, neste tópico, a quantidade de leite produzido pelos assentados e quais são os fatores

<sup>80</sup> Quando os assentados comercializam a produção em conjunto (coletivo) para um determinado laticínio, eles conseguem obter um preço melhor pelo leite, haja vista que é mais fácil negociar 1000 litros do produto, ao invés de 50 litros de leite.

que influenciam e ajudam a explicar esta realidade. Para isso, analisamos questões referentes à área de pastagem, o sistema de alimentação, a raça das vacas e quantidade de animais que compõem o rebanho.

Com relação à quantidade de leite produzido, verificamos, através das entrevistas, que a maioria dos produtores (83,4 %) tem uma produção média de até 50 litros de leite por dia, o que revela a predominância da produção em pequena escala. Ao passo que apenas 16,6 % dos assentados têm uma produção média acima de 50 litros por dia, o que permite caracterizá-los como produtores em “transição”, ou seja, estão entre a condição de pequeno e de médio produtor (ver tabela 15).

**Tabela 15** – Média da produção de leite diária por produtor

<b>Média da produção diária de leite (litro/dia)*</b>	<b>Nº de produtor</b>	<b>%</b>
Menos de 10 litros/dia	0	0
11 a 20 litros/dia	1	1,8
21 a 30 litros/dia	8	14,8
31 a 40 litros/dia	17	31,5
41 a 50 litros/dia	19	35,3
51 a 70 litros/dia	6	11,1
71 a 100 litros/dia	3	5,5
101 a 120 litros/dia	0	0
121 a 150 litros/dia	0	0
Acima de 150 litros/dia	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Essa média da produção de leite refere-se ao período das águas (novembro a abril), momento que a produção cresce.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite do assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

Como se observa na tabela acima, nenhum assentado declarou ter uma produção de leite acima de 100 litros por dia. Em outras palavras, isso significa que não temos no assentamento a presença de médios<sup>81</sup> ou de grandes produtores de leite. No entanto, vale destacar que, apesar desse cenário, os produtores revelaram nas entrevistas que têm como objetivo aumentar a produção de leite para que futuramente possam atender às demandas que surgiram com a instalação do laticínio no assentamento. Como destacou a produtora Marta Pillatti:

<sup>81</sup> A Embrapa Gado de Leite (2003) classifica como médio produtor aquele que produz entre 200 a 500 litros de leite por dia, e o grande produtor com uma produção acima de 500 litros por dia.

Nas reuniões já acontece o trabalho de conscientização dos companheiros para que cada um melhore e aumente a produção. Sabemos que quando o laticínio ficar pronto vamos precisar de muito leite, aí cada um vai ter que se esforçar para dobrar a produção (Pillatti, entrevista realizada no dia 14/08/2009).

A fala de Pillati confirma as informações dadas pelos demais produtores, as quais afirmam que existe no assentamento um trabalho de conscientização para que cada produtor tente dobrar ou triplicar a sua produção. Eles acreditam que isso pode ser possível por meio de investimentos no rebanho, no sistema de alimentação, na mecanização da ordenha e aumentando para duas vezes ao dia o número de ordenha (na época da pesquisa, 52 produtores<sup>82</sup> realizavam apenas uma ordenha ao dia). Conforme mencionado, isso é uma projeção para o futuro. O importante agora é explicar quais são os fatores que condicionam e/ou interferem na produção de leite.

Como explicitamos, a produção de leite em pequena escala é predominante entre os assentados. Um dos fatores que está relacionado a essa condição é o tamanho da área ocupada para pastagem. Lembremos que cada assentado tem a posse de um lote correspondente a seis hectares. Logo, percebe-se que área ocupada pela pastagem será menor do que área total de cada lote. Essas informações ficaram explícitas nas entrevistas, pois, dos 54 produtores, 27 deles declararam que destinam entre “4 a 5 hectares” para pastagem, enquanto que 19 produtores afirmaram ocupar de “3 a menos de 4 hectares” para pastos (ver tabela 16). Como se vê, são pequenas áreas de pastagem, o que impede, por exemplo, o desenvolvimento da bovinocultura extensiva.

**Tabela 16 – Área de pastagem por lote**

<b>Tamanho da área de pastagem (ha)</b>	<b>Nº de Produtor</b>	<b>%</b>
Menos de 1 hectare	0	0
1 a menos de 2 hectares	1	1,8
2 a menos de 3 hectares	6	11,1
3 a menos de 4 hectares	19	35,3
4 a 5 hectares	27	50
Acima de 5 hectares	1	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada com os produtores de leite do assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

<sup>82</sup> Informação extraída por meio das entrevistas (aplicação do questionário).

Como podemos observar na tabela acima, os produtores detêm pequenas áreas de pastos para desenvolver a bovinocultura leiteira. Essa condição torna-se um obstáculo para a criação de rebanhos de médio e de grande porte, o que propicia, por sua vez, uma produção de leite em pequena escala. Para superar esses problemas (da pequena área de pastagem e da pequena produção), a solução para o produtor é investir em animais com raças especializadas no leite, que tenham um histórico de boa produtividade, além da utilização do sistema de confinamento. Essas medidas servem como alternativas para aumentar a quantidade de leite produzido a partir de pequenas áreas (Gomes, 2000, p.111). Vale destacar que a exploração intensiva da bovinocultura leiteira requer mais investimentos de capital de custeio do que o modelo de exploração extensiva (Gomes, 2000, p.113).

Além da área de pastagem, outro elemento que influencia no volume da produção é o sistema de alimentação do rebanho. Como mostraram vários estudos (Embrapa Gado de Leite, 2006; IPARDES, 2008), quando os animais não se alimentam de forma suficiente e adequada, a tendência é baixar a produtividade por animal, o que gera prejuízo para produtor. Em razão disso, a alimentação tem que ser complementada com suplementos alimentares.

Sobre esse assunto, a pesquisa de campo mostrou que todos os produtores utilizam o sistema a pasto com suplementação alimentar (modelo tradicional). Em outras palavras, isso quer dizer que os produtores não fazem uso do sistema de confinamento (de uma técnica moderna), não exploram intensivamente as pequenas áreas que detêm. A opção pelo sistema a pasto com suplementação alimentar, ao invés do confinamento, geralmente se explica pela falta de capital, uma vez que o confinamento requer investimentos com rações, mão-de-obra, energia, etc.

Nas entrevistas, os produtores explicaram que o sistema a pasto com suplementação é mais econômico (requer menos capital), visto que eles produzem os suplementos alimentares para o rebanho; além do que não ficariam “presos” ao mercado de rações (como é o caso do confinamento). No que se refere à produção de suplementos, a pesquisa mostrou que a cana, por exemplo, é utilizada por 52 produtores, o napier por 49 produtores e aveia por 28 produtores. Como podemos observar, as matérias-primas (cana, napier e aveia) utilizadas para a fabricação de suplementos são cultivadas nos próprios lotes.

Ainda sobre suplemento alimentar, é importante frisar que o fato de os produtores não comprarem rações industrializadas não significa ausência de vínculos com o mercado de insumos. Vale destacar que para preparar o suplemento alimentar e abastecer os

cochos, eles dependem dos seguintes instrumentos: do triturado<sup>83</sup> (para cana e o a napier), de carriola, de balde e pá. Percebe-se, então, que para adquirir esses instrumentos, o produtor tem que estabelecer vínculos com o mercado de insumos.

Outro elemento que influencia diretamente no volume da produção de leite é a questão do rebanho, ou seja, o número de animais, a raça, a produtividade, etc. Com relação ao número de vacas, constatamos que dos 54 assentados, 31 deles declaram ter um rebanho composto de “6 a 10 vacas”, ao passo que 13 produtores afirmaram ter no máximo 5 vacas, enquanto que 9 deles têm entre 11 a 15 vacas e apenas 1 produtor tem entre 16 a 20 vacas (ver tabela 17).

**Tabela 17** – Número total de vacas por produtor

Nº de vacas	Nº de produtor	%
Até 5	13	24,1
De 6 a 10	31	57,4
De 11 a 15	9	16,7
De 16 a 20	1	1,8
De 21 a 30	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

Como se vê na tabela 17, trata-se de rebanhos leiteiros de pequeno porte, com um número reduzido de animais. Explica-se essa condição basicamente por dois motivos: o primeiro porque os produtores possuem uma pequena área (lote de 6 hectares), o que não permite um grande rebanho; o segundo é que, para ampliar o rebanho, eles teriam que adotar um sistema de confinamento à base de ração, o que aumentaria os investimentos em custeio, ou, ainda, poderiam ampliar o rebanho com aquisição de novas terras, o que demandaria também em investimentos.

Para que o tamanho do rebanho não interfira de forma contundente no volume da produção, a solução é ter animais com bons índices de produtividade e um sistema adequado de alimentação. Só para exemplificar essa questão, pensemos, por exemplo, dois rebanhos, cada um contendo 10 vacas em lactação, entretanto, um rebanho tem índice de produtividade de 5 litros/vaca/dia, o que corresponderia a uma produção total de 50 litros, ao passo que, no outro, a produtividade é de 10 litros/vaca/dia, o que resultaria em uma produção de 100 litros. Nota-se, então, que a produtividade por animal pode interferir no volume final

<sup>83</sup> Nas entrevistas, 46 produtores declaram possuir um triturador.

da produção. Por isso, é necessário ter animais com raças especializadas (exemplo: Holandesa, Jersey, etc.).

Com relação à produtividade dos animais, o “Projeto Leite Bom” realizou um estudo<sup>84</sup> com os rebanhos em questão e constatou que a média<sup>85</sup> de produtividade por animal é de 8,7 litros/vaca/dia. Esse índice está acima da média do Estado do Paraná, que é de 7,1 litros/vaca/dia (IPARDES, 2008, p.76). Apesar dessas informações, é preciso destacar que ela refere-se à média geral (considerando todos os rebanhos), o que pode ocultar as particularidades de cada produtor. No Dorcelina Folador, por exemplo, há produtores com 5 vacas em lactação que produz 60 litros/dia, o que corresponde a uma produtividade média de 12 litros/vaca/dia, portanto, acima da média geral do assentamento. Enfim, a produtividade por animal pode variar conforme a raça e o sistema de alimentação adotado.

Para saber quais raças de vacas predominantes nos rebanhos, realizei a seguinte pergunta aos produtores: “qual é a raça das vacas que **predomina** (o maior número de animais) no seu rebanho leiteiro?”, tendo como alternativas as seguintes respostas: a) Holandesa, b) Gir, c) Jersey, d) Nelore, e) Girolanda, d) Mestiças, f) Sem raça definida (SRD), g) outras raças. Dos 54 produtores, 9 declararam que a raça Holandesa é predominante, 1 assentado respondeu a Gir, 13 disseram que é a raça Jersey, 28 deles (a maioria) falou que a Girolanda e 3 produtores responderam que a Mestiça predomina o rebanho (ver tabela 18).

**Tabela 18** – Predominância da raça no rebanho leiteiro

Raça das vacas	Nº de Produtores
Holandesa	9
Gir	1
Jersey	13
Nelore	0
Girolanda	28
Mestiças	3
Sem raça definida	0
Outras raças	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

<sup>84</sup> Ver relatório do Projeto Leite Bom (2010, p.89).

<sup>85</sup> É importante esclarecer que eles utilizam apenas as vacas em lactações.

Percebe-se, pela tabela 18, que as raças Girolanda e Jersey predominam nos rebanhos em questão, o que mostra a presença de produtores especializados no leite. Conforme mostrou a Embrapa Gado de Leite (2003 e 2006), as raças Girolanda e Jersey são animais que se destacam na produção de leite no Brasil, pois apresentam bons índices de produtividade no leite e são resistentes às doenças. Além dessas duas raças, vale destacar que 9 produtores têm rebanhos com predominância de vacas Holandesas, o que mostra o grau de especialização, pois esse tipo de raça é considerado o melhor em termos de produtividade no leite (Gomes 2000, Embrapa Gado de Leite, 2003).

Sobre a questão das raças, é importante observar que quanto maior o grau de especialização na atividade leiteira elas tendem a ser mais valorizadas no mercado. Isso quer dizer que para comprar animais das raças Holandesa e Jersey, os produtores tiveram que investir certa quantia de capitais para adquiri-las. Lembremos que as vacas na sociedade capitalista não são simplesmente animais, mas são também vaca-capital e vaca-mercadoria. Assim, para adquiri-las (seja através da compra ou pela inseminação<sup>86</sup> artificial), é preciso de capitais. No caso dos produtores, é importante fazer a ressalva que todos eles só conseguiram formar seus pequenos rebanhos graças à linha de financiamento<sup>87</sup> do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Nacional (PRONAF), que permitiu comprar as matrizes do rebanho.

Para concluir esse tópico, é preciso deixar claro que a produção de leite em pequena escala é uma realidade vivenciada pelos produtores em questão, mas isso não quer dizer que a produção permanecerá estagnada. Conforme elucidamos, os produtores têm por objetivo aumentar a renda, mas, para que isso aconteça, eles têm que aumentar a quantidade de leite produzido (volume da produção), o que requer investimentos. No que tange aos investimentos, as entrevistas mostraram que eles estão acontecendo gradualmente na produção, via recursos do Estado, através do PRONAF. Todos eles disseram ter investido na produção de leite nos últimos anos. Sobre esse assunto, vale reproduzir a fala do médico veterinário da Emater, Shiguedy Katto, que acompanha o assentamento há mais de 10 anos:

---

<sup>86</sup> Nas entrevistas, somente 13 produtores declararam fazer o uso da inseminação artificial para melhorar a qualidade genética do rebanho. Os outros produtores declararam que a reprodução do rebanho é feita através da monta. Em outras palavras, essas informações revelaram o baixo grau de modernização no quesito da reprodução do rebanho.

<sup>87</sup> Vale destacar que todo assentado tem direito de participar do PRONAF. No caso do Dorcelina Folador, por serem assentados e caracterizados como agricultores familiares, eles participam do PRONAF, na linha de financiamento do “grupo A”. Acerca do PRONAF, ver em: Abramovay e Veiga (1999); Guanzioli (2007) e o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou Secretária da Agricultura Familiar.

Quando comecei a trabalhar com os assentados, a maioria deles tinha vacas magras, sem raça definida, não era um rebanho especializado. A renda com o leite era muito baixa. Hoje, graças ao PRONAF, a grande maioria conseguiu melhorar o rebanho, compraram vacas especializadas, estão investindo na modernização dos lotes. Aos poucos eles estão progredindo. Tenho a certeza que quando o laticínio ficar pronto, a tendência é melhorar cada vez mais a produção de leite (Katto, entrevista realizada em Rolândia, 26/11/2009).

Como se observa, a produção de leite está aos poucos melhorando no assentamento, mas isso só é possível através de recursos do PRONAF, que permite investir na modernização da produção. Como elucidou Muller (1982a), não basta ter terras para produzir no campo, é preciso ter capital para produzir. Nota-se, então, que o crédito é uma forma de tentar viabilizar a produção, de tornar a produção mais eficiente do ponto de vista da rentabilidade.

Sobre o crédito, vale fazer algumas observações: 1º) que o produtor, ao realizar o financiamento, está estabelecendo vínculos com o capital financeiro (nega, portanto, a ideia de autonomia e/ou exterioridade ao capital); 2º) o produtor recorre ao crédito porque sabe que sem modernizar a produção não consegue competir no mercado, por isso a busca por recursos (Muller, 1982a; Graziano da Silva, 1981b; Bertero, 2000). Percebe-se, com isso, que o capital, de certa maneira, impõe ao produtor o processo de modernização da produção (para continuar competindo e sobrevivendo). Isso significa dizer que acontece um processo de subordinação do produtor (da sua produção) ao capital.

No próximo tópico, analisaremos o processo de ordenha e as relações que as envolvem.

### 3.5 PROCESSO DE ORDENHA

Analisaremos, neste tópico, o processo de ordenha entre os produtores de leite do assentamento Dorcelina Folador. O termo “processo de ordenha”, utilizado aqui, refere-se ao conjunto de situações e de relações que envolvem as formas de trabalho, o local e as condições em que se realizam a ordenha e o seu grau de tecnificação. Para compreender melhor o processo de ordenha, começamos a exposição pelo tipo de mão-de-obra utilizado na produção do leite.

Nas entrevistas com os produtores e nas observações feitas a campo, procuramos saber quais eram as formas de trabalho presentes no processo de ordenha. Para isso, estabelecemos três tipos de formas de trabalho: trabalho familiar; trabalho familiar junto

com o trabalho assalariado (permanente ou temporário); e somente o trabalho assalariado. Os dados obtidos mostraram que em 52 lotes as atividades são exercidas somente pelos membros da família do produtor (trabalho familiar), ao passo que apenas 2 produtores declararam fazer uso do trabalho assalariado junto ao trabalho familiar (ver tabela 19).

**Tabela 19** - Tipos de trabalho no processo de ordenha

<b>Tipos de trabalho</b>	<b>Nº de lote</b>	<b>%</b>
Trabalho familiar	52	96,2
Trabalho assalariado (contratado) e trabalho familiar	2	3,8
Trabalho assalariado	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

Como mostrou a tabela 19, o trabalho familiar está presente entre todos os produtores de leite. Com a observação que em apenas dois lotes existe a contratação de trabalhadores (trabalho assalariado). Nesses dois lotes que fazem o uso do trabalho assalariado, os produtores explicaram que recorreram à contratação de um trabalhador, um porque a esposa trabalha uma parte do dia no comércio em Arapongas e não se dedica em tempo integral às atividades do campo, ao passo que o segundo informou que ele e a esposa não conseguem, sozinhos, realizar todas as atividades, porque ambos têm problemas de saúde.

Já com relação ao trabalho familiar, é preciso destacar que os produtores utilizam a força de trabalho dos membros da família não na perspectiva da glorificação ou da comunhão familiar. Eles exploram o trabalho familiar porque não têm capital para investir na contratação de empregados e porque a renda obtida com leite não é tão grande assim. Daí que se explica o fato de eles recorrerem à autoexploração como uma alternativa de poupar “gastos” com o pagamento de salário. Na verdade, essa autoexploração significa uma forma de extrair um sobretrabalho do próprio produtor e de sua família. Nota-se que esse processo de autoexploração do trabalho familiar não tem nada de glorificado ou de progressivo. Essa condição é imposta pelo *capital*<sup>88</sup>, não tendo nenhuma associação à ideia que se faz do trabalho familiar como sinônimo de autonomia.

<sup>88</sup> Quando falamos no capital, estamos nos referindo ao capital de cunho industrial e financeiro, visto que ele tem o domínio das atividades agropecuárias (Ver: Muller 1982a; Bertero 2000; Coradini e Fredericq, 2009; Sorj, 1980). Lembremos que a modernização das forças produtivas na agropecuária (industrialização) impõe um novo patamar de produtividade ao produtor, no qual aquele que não alcança-la, provavelmente, não conquistará o lucro médio e tende a ser destruído pela dinâmica do capital (lei do valor – ver em: Belluzzo,

Ainda sobre a questão do trabalho, vale fazer a ressalva de que nas entrevistas indaguei aos produtores se eles, ou algum membro da família, exerciam algum tipo de trabalho remunerado fora do lote. Os resultados foram o seguinte: 13 produtores confirmaram que exercem atividades remuneradas fora do lote e 41 produtores negaram trabalhar fora do lote. Já com relação aos integrantes da família, 17 produtores afirmaram a existência de atividades fora do lote e 37 produtores negaram que membros da família estabelecem atividades fora do lote (ver tabela 20).

**Tabela 20** – Trabalhos fora do lote

Questões:	Sim	Não	TOTAL
Além das atividades com o leite, o (a) senhor (a) exerce algum tipo de trabalho remunerado fora do lote?	13	41	<b>54</b>
Algum integrante da família, que mora e trabalha no lote, também exerce algum tipo de trabalho remunerado fora do lote?	17	37	<b>54</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

A partir das informações da tabela 20, constatamos que a maioria dos produtores se dedica às atividades exclusivamente ligadas ao seu lote, ou seja, não precisa vender a sua força de trabalho. Entretanto, temos que fazer a ressalva que 13 produtores declararam que, além de exercerem atividades em seu lote, acabam tendo que vender a própria força de trabalho a terceiros. Em outras palavras, isso quer dizer que esses 13 produtores encontram-se na condição de *semi-assalariados*<sup>89</sup>, pois parte do dia se dedicam ao seu lote (a ideia de proprietário) e a outra parte do dia vendem a própria força de trabalho (assalariado), como forma de complementar a renda. Vale ainda notar que essas informações permitem dizer que existe uma *diferenciação interna* entre os produtores assentados, uma vez que não são todos os produtores que conseguem sobreviver exclusivamente com atividade leiteira, pois 13 deles são semi-assalariados.

---

1980 e s./d.; Mazzucchelli, 1985). Nota-se, então, que o produtor rural depende do capital industrial para modernizar a sua produção e do capital financeiro (exemplo: crédito) para adquiri-la, daí a subordinação ao capital industrial e financeiro. Vale observar que o produtor, quando não modernizar a sua produção, não a torna em um empreendimento tipicamente capitalista (explorar o trabalho assalariado), ele tende a se autoexplorar e explorar a força de trabalho dos membros da própria família.

<sup>89</sup> Utilizei o termo semi-assalariado, ao invés de semi-proletário, porque ele é mais abrangente, engloba o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.

Ainda sobre as informações da tabela 20, verificamos que os integrantes da família de 37 produtores se dedicam exclusivamente às atividades ligadas ao lote. Ao passo que 17 produtores declararam que existe integrante da família que, além de trabalhar no lote, também exerce atividade remunerada fora do sítio; nesse caso, temos a configuração do semi-assalariado. Nota-se, de maneira geral, que apesar de a maioria dos assentados se dedicarem às atividades exclusivamente do lote, isso não significa que o processo de semi-assalariamento esteja distante do assentamento. Vale ainda observar que a condição de semi-assalariado se faz presente, geralmente, como forma de complementação da renda familiar.

Outra questão referente ao trabalho dos produtores era saber de que forma as atividades eram realizadas, se eram manuais ou mecanizadas. Para compreender melhor esse processo, dividimos os trabalhos executados na produção de leite em duas situações: a primeira delas denominamos como trabalhos “secundários à ordenha”, ou seja, são aquelas tarefas ligadas ao tratamento do animal (o manejo na alimentação, no preparo do volumoso, etc.); ao passo que a segunda situação refere-se exclusivamente à ordenha.

No que tange às formas de trabalho secundárias no processo de ordenha, constatamos a predominância de trabalhos manuais, com exceção da atividade ligada ao preparo de suplementos alimentares, a qual é executada com o uso do triturador (máquina). Dentre os trabalhos manuais, o que se destaca é o momento de apartar (separar) as vacas do restante do rebanho e conduzi-las à sala de ordenha ou do curral, o que quase sempre é executado através de chamamentos pelo produtor, por meio dos nomes dos animais ou por palmas e assovios. Nota-se que esse trabalho não conta com nenhum tipo de máquina, o único instrumento utilizado são as cordas vocais dos produtores.

Outras atividades executadas manualmente pelo produtor são o momento de colocar comida (suplemento alimentar) e água no cocho para os animais, e atividade de limpar o curral, na qual são retirados os dejetos dos animais. Esses trabalhos, na maioria das vezes, são executados com os seguintes instrumentos: balde, carriola e pá. Como se observa, trata-se de ferramentas e não de máquinas. Por isso, podemos caracterizá-las como trabalhos manuais.

A única atividade secundária à ordenha em que se constatou a presença de máquina foi na preparação do suplemento alimentar para o rebanho. Para executar esse trabalho, o produtor recorre ao uso do triturador (máquina) para poder picar a cana e/ou a napier, os quais servem de matérias-primas para a fabricação dos suplementos alimentares. Fora essa tarefa, as demais são realizadas manualmente, inclusive a cana e o napier que são colhidos.

Já com relação aos trabalhos executados na ordenha, constatamos a predominância de trabalhos manuais, uma vez que a maioria dos produtores realiza “ordenha manual e com bezerro ao pé”. Conforme mencionado no capítulo anterior, existem basicamente duas formas de se realizar a ordenha, uma é a manual (tradicional) a outra é a mecânica (moderna), ambas podem ser realizadas “com ou sem bezerro ao pé<sup>90</sup>”.

Nas entrevistas, 46 produtores declararam que realizam a ordenha de forma manual com bezerro ao pé, enquanto que apenas 08 produtores confirmaram que a ordenha é mecanizada e feita com bezerro ao pé (ver tabela 21). Em outras palavras, essas informações revelaram a predominância do trabalho manual no momento da ordenha, entre os produtores em questão.

**Tabela 21** – Tipos de ordenha

Nº de lotes	Ordenha manual		Ordenha mecânica	
	46		8	
	Com bezerro	Sem bezerro	Com bezerro	Sem bezerro
46	0	8	0	

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada no assentamento Dorcelina Folador, no período de 2009 a 2010.

Como se vê na tabela acima, o uso da ordenhadeira mecânica era uma realidade distante da maioria dos produtores em questão. Essa condição, geralmente, explica-se pela falta de recursos do produtor em adquiri-la e porque muitos deles alegavam que não compensava o investimento na mecanização, visto que o preço (valor) do litro de leite pago pelo laticínio era muito baixo, o que desestimulava o investimento em modernização. Só para exemplificar essa questão, na época das entrevistas, a ordenhadeira mecânica de modelo simples<sup>91</sup> custava em média três mil reais. Mas, quando levamos em consideração que a maior parte dos produtores não produzia mais do que 70 litros de leite ao dia e que o laticínio pagava, na época, R\$ 0,38 centavos por litro, nota-se, daí, que essas condições desestimulavam o investimento na mecanização da ordenha.

Apesar desses argumentos, vale observar que a mecanização da ordenha é um avanço tecnológico, uma vez que ela simplifica o trabalho do produtor (retireiro) e tende a tornar a produção mais eficiente e racionalizada, visto que estimula a vaca a produzir mais

<sup>90</sup> Estudos mostraram que a “ordenha com bezerro ao pé” é mais utilizada pelos produtores de leite, pois esse tipo de ordenha propicia uma maior produtividade de leite, visto que o bezerro, ficando próximo da vaca, estimula o animal a produzir mais leite (Embrapa Gado de Leite, 2003; Gomes, 2000; Santos 2007; IPARDES, 2008).

<sup>91</sup> O modelo de ordenhadeira mais simples, geralmente, é composto pela ordenhadeira (tetos mecânicos), motor elétrico e latão de leite.

leite e permite ordenhar um maior número de vacas em um tempo menor. O problema da ordenhadeira mecânica é o fato de ela ser “mercadoria-capital”, o que faz com que muitos produtores não tenham acesso a ela.

Além das considerações sobre as formas de trabalho na ordenha, passamos agora a analisar as condições dos locais onde elas se realizam, ou seja, aquele espaço denominado como curral, sala de ordenha, etc. Conforme elucidado no capítulo anterior, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Instrução Normativa (IN) nº 51, determina que a *sala de ordenha*<sup>92</sup> é o único local adequado para fazer a ordenha das vacas, ou seja, currais, estábulos e outros locais são inadequados para tal prática e são proibidos. Logo, tendo como referência a IN nº 51, procuramos verificar se os produtores estão realizando a ordenha em locais adequados, dentro daquilo que prevê a normativa em questão.

Dos 54 lotes pesquisados, apenas 08 produtores têm a sala de ordenha adequada à IN nº 51, ao passo que 46 produtores declararam realizar a ordenha em curral ou estábulos. Como podemos notar, poucos produtores investiram na construção da sala de ordenha. Vale também ressaltar que esses produtores que têm a sala de ordenha são os mesmos que realizam a ordenha mecanizada (ver imagem 7).

**Imagem 7** – Sala de ordenha com sistema de ordenha mecanizado



**Fonte:** Foto do arquivo pessoal do autor. Tirada no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2010, quando fiz um trabalho de campo com os meus alunos de Serviço Social da FECEA.

<sup>92</sup> A sala de ordenha deve ter as seguintes características: “edificações com área coberta, piso, paredes ou equivalentes, relativas à prevenção de contaminações” (IN nº 51).

Como podemos observar na imagem 7, a sala de ordenha está bem estruturada, conta com o sistema de ordenhadeira mecanizada e instalações adequadas com a IN nº 51. Essa realidade da imagem 7 não foi a mesma que encontramos nos outros 48 lotes pesquisados, pois os currais ou estábulos estão distantes das instalações adequadas para a realização da ordenha. A maioria dos currais é construído de madeira, o chão é de terra, o que dificulta as condições higiênicas do local e aumentam as chances de contaminação do leite. Vale destacar que no período de chuvas os currais se transformam em um verdadeiro lamaçal, aumentando a probabilidade de contaminação do leite (ver imagem 08).

**Imagem 8** – Chão do curral



**Fonte:** Foto do arquivo pessoal do autor. Tirada no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2009, a médica veterinária Yeda, do Projeto Leite Bom, fazendo dipping no teto da vaca no curral.

Como se vê na imagem acima, o chão do curral encontra-se em péssimas condições para realizar adequadamente a ordenha. Quando comparamos as instalações da sala de ordenha (imagem 7) com o chão do curral (imagem 8), são notórias as diferenças dos dois ambientes, pois a sala de ordenha representa uma tecnificação (modernização) na ordenha, enquanto que o curral é sinônimo de um processo de ordenha tradicional. Essas diferenças dos locais onde se realizam a ordenha também são indícios de que no assentamento existe uma *diferenciação interna* entre os produtores de leite, pois alguns (minoría) têm a produção mais tecnificada do que os outros, visto que tem sala de ordenha, utilizam a ordenhadeira mecanizada, etc.

Outro ponto relacionado ao processo de ordenha é a maneira como se faz a estocagem do leite após a ordenha. Conforme elucidado no capítulo anterior, a IN nº 51 estabelece que, após a ordenha, o leite “*deve ser coado em recipiente apropriado de aço*

*inoxidável, náilon, alumínio ou plástico atóxico e refrigerado até a temperatura de 7°C*". Em outras palavras, isso quer dizer que a refrigeração do leite após a ordenha deve ser feita em tanque de expansão, em tanque de imersão ou freezer comum. Dessas três opções, o tanque de expansão é a que apresenta a tecnologia mais avançada para a refrigeração do leite. No caso dos produtores em questão, verificamos que a refrigeração do leite após a ordenha é feita em tanque de expansão, o que representa um avanço no que tange a questões do armazenamento e refrigeração do produto.

Sobre o tanque de expansão, é importante observar que, embora os 54 produtores façam uso dessa tecnologia, apenas 2 produtores são proprietários do seu próprio tanque de expansão, pois os outros 52 produtores armazenam o leite em tanques coletivos. No assentamento, existe um total de 06 tanques de expansão, dos quais 2 são privados e 6 são coletivos. Os tanques coletivos não são propriedade privada de nenhum assentado, pois não foram comprados, mas sim recebidos como concessão do governo estadual por meio da Emater. Vale destacar que esses tanques estavam parados na Emater, não eram utilizados, visto que eram oriundos do antigo programa do governo estadual em parceria com o Banco Mundial, que ficou denominado como "Paraná 12 meses"<sup>93</sup>, e que foi encerrado em 2006. Sabendo que os tanques estavam parados, o assentamento solicitou ao governo a doação dos equipamentos, daí a explicação da origem dos tanques.

Cada tanque de expansão coletivo tem capacidade de armazenar até 2 mil litros de leite (ver imagem 9). Os tanques ficam instalados em pontos estratégicos no assentamento, geralmente à margem das estradas que ficam dentro do assentamento, pois o objetivo é facilitar o transporte do produto, do lote até o tanque. Cada tanque armazena diariamente a produção de leite de 10 produtores. Vale também mencionar que a custo com a energia elétrica do tanque é dividida entre os produtores.

---

<sup>93</sup> Sobre o programa "Paraná 12 meses", ver em IPARDES (2006).

**Imagem 9** – Tanque de expansão coletivo



**Fonte:** Foto do arquivo pessoal do autor. Tirada no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2009.

Ainda sobre o tanque de expansão, vale destacar que embora todos os produtores utilizem esse tipo de equipamento isso não significa que todos tenham recursos para comprar o seu próprio tanque. O recomendado é que cada produtor tenha o seu próprio tanque de expansão, pois o uso coletivo faz com que as várias produções de leite se misturem, o que pode ocasionar, em determinadas situações, prejuízo para o produtor. Só para exemplificar essa questão, é importante esclarecer que o laticínio paga uma bonificação pela qualidade do leite (não tendo acidez, baixo índice de células somáticas, bactérias, etc.). Quando se misturam as produções em um mesmo tanque, o laticínio faz o exame do leite (coletivo) que está contido no tanque, não havendo uma distinção do leite por produtor. Logo, aquele leite de má qualidade, quando misturado com leite de boa qualidade, faz com que aquele assentado que produz um leite de qualidade tenha prejuízo. Temos relatos de produtores explicando que já aconteceu de um produtor ter armazenado o leite com alto grau de acidez no tanque (coletivo), fazendo com que o laticínio recusasse a comprar o leite que estava armazenado nele. Nota-se, então, que o ideal é cada produtor ter o seu próprio tanque de expansão. Eles não adquirem esse tipo de equipamento, individualmente, devido à falta de recursos.

Os 2 produtores que declararam ter o próprio de tanque expansão informaram que adquiriram o equipamento através de financiamento pelo Banco do Brasil. Um deles informou que pagou R\$ 4 mil reais pelo tanque novo, com capacidade de 1200 litros de leite. Como se vê, é um equipamento que demanda uma quantia considerável de capital.

Para finalizar esse tópico, quero ressaltar que embora os produtores produzam leite em pequena escala e todos estejam subordinados à lógica do capital, isso não significa dizer que todos encontram-se no mesmo patamar de tecnificação (de modernização) no que se refere ao processo de ordenha. Conforme mostramos, a maioria dos produtores está ligada a um processo de ordenha de cunho tradicional (utilizam o curral e a ordenha manual), enquanto que alguns deles (poucos) fazem uso de técnicas mais racionalizadas e modernas (exemplo: sala de ordenha, ordenha mecanizada, uso individual do tanque de expansão). Nota-se, então, que existe uma *diferenciação interna entre os produtores de leite assentados*, pelo menos no que tange ao processo de ordenha.

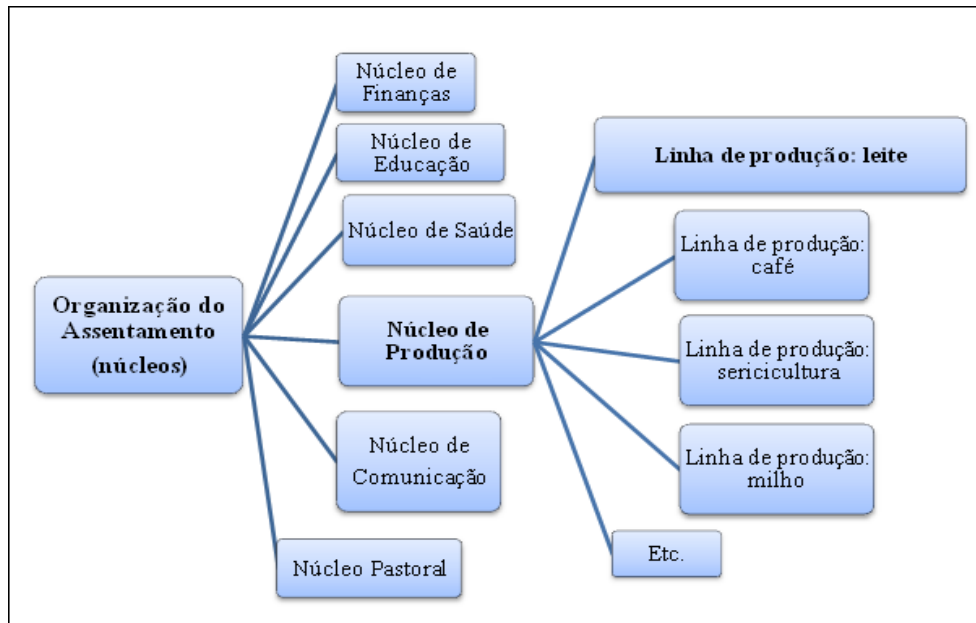
No próximo tópico, analisaremos como os assentados comercializam o leite e o projeto do laticínio.

### 3.6 A COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA E O PROJETO DO LATICÍNIO

Conforme explicitado neste capítulo, 47 produtores declararam nas entrevistas que produzem leite para a comercialização, enquanto apenas 7 produtores disseram que a produção visa atender ao consumo da família e somente o leite excedente é comercializado (transformado em mercadoria). Essas informações mostraram que, de maneira geral, a maioria dos assentados produz leite para obter renda, tendo por objetivo se apropriar de parte da mais-valia social nas formas de lucro (com a venda do leite-mercadoria) e de renda da terra (na medida em que tem a posse da terra).

Depois de ter elucidado que a produção do leite é uma produção de mercadoria que tem por objetivo o mercado capitalista, passemos neste tópico a analisar como os assentados comercializam a sua produção de leite, ou seja, quais são os vínculos que eles estabelecem com a indústria processadora do leite (laticínio) e como negociam a produção. Enfim, esses são alguns pontos que analisaremos neste tópico.

O primeiro ponto a ser elucidado é a comercialização coletiva do leite. Para compreender melhor esse assunto, temos que antes entender como funciona a organização do assentamento. No Dorcelina Folador, o assentamento está organizado em “núcleos” e dentre eles temos o “núcleo de produção”, no qual temos várias “linhas de produções”, sendo que uma delas é a da produção de leite (ver Quadro 2).

**Quadro 2** – Organização do assentamento: núcleos e linhas de produções

**Fonte:** Organograma criado pelo autor. Informações da pesquisa de campo.

A linha da produção de leite é formada por todos os assentados que produzem leite. O objetivo é reunir os produtores para que eles possam trocar experiências, discutir problemas acerca da atividade que estão inseridos e, sobretudo, para que possam comercializar o produto coletivamente. No caso específico do leite, cada produtor é responsável pela sua produção (individual), entretanto, os produtores se reúnem para negociar (comercializar) a produção conjuntamente, haja vista que se o produtor negociar (individualmente) a sua pequena produção diretamente com o laticínio, ele será prejudicado, uma vez que não terá força (volume de produção) para negociar um melhor preço para o produto. Daí que se explica o fato de eles comercializarem o leite coletivamente.

Vanderlei Braun, responsável pela linha de produção de leite, explicou que a produção total do assentamento é uma média de 2.200 (dois mil e duzentos) litros de leite/dia. Esse volume representa uma produção de grande porte, o que interessa às indústrias processadoras de leite, pois é mais lucrativo para elas comprarem uma grande quantidade de leite em um mesmo local (de um mesmo produtor), do que ter que comprar uma pequena quantidade do produto com vários produtores, visto que isso faz a *linha do leite*<sup>94</sup> ficar mais extensa, aumentando as despesas com combustível e mão-de-obra.

<sup>94</sup> A expressão “linha do leite” significa o trajeto que o caminhão do laticínio tem que percorrer para coletar o leite. Quando há, por exemplo, uma linha de leite de 15 mil litros, que é abastecida por 100 produtores, possivelmente, ela implicará em maiores custos para o laticínio do que uma linha com a mesma produção (15 mil litros), porém abastecida por 10 produtores. Nota-se que na primeira situação a despesa com transporte

Outro argumento utilizado pelos laticínios para preferirem adquirir leite de médios e de grandes produtores é pelo fato de que esse tipo de produtor, geralmente, tem uma produção estável, o que garante matéria-prima (leite) para a indústria o ano inteiro, ao passo que o pequeno produtor é caracterizado por uma produção instável, que nem sempre garante uma mesma média diária de produção de leite. Ainda sobre essa questão, vale destacar que as indústrias processadoras do leite, geralmente, adotam uma política de bonificação pelo produto, sendo um dos quesitos o volume da produção.

Só para exemplificar, o laticínio para o qual os produtores vendem o leite paga R\$ 0,01 centavo a mais por litro de leite quando a produção ultrapassa a marca de 1.500 (mil e quinhentos) litros de leite, caso ela ultrapasse 4 mil litros o valor sobe para R\$ 0,02 centavos (ver tabela 22). Nota-se, então, que compensa para os assentados comercializarem o leite coletivamente, pois vendendo de forma individual, além de não conseguirem um bom preço pelo leite, não teriam como receber uma porcentagem pela bonificação no quesito volume.

**Tabela 22** – Bonificação por volume de produção

De	Até	R\$/litro
1	1.500	0
1.501	4.000	0,01
4.001	6.500	0,02

**Fonte:** Pesquisa de campo, informações fornecida pelos produtores.

Ainda sobre a comercialização coletiva do leite, é importante ressaltar que cada produtor recebia individualmente pelo volume de sua produção. No caso da bonificação, o valor recebido era repassado para todos os produtores de forma igualitária. Conforme mostramos, vale fazer a ressalva que a comercialização coletiva era uma forma de tentar aumentar a renda do produtor, o que revela também que a ideia de coletividade nasce como uma necessidade de sobrevivência frente às imposições postas pelo capital industrial aos produtores.

Não distante às questões apresentadas, procurei saber com Sr. Braun, através da entrevista, qual era o laticínio que comprava o leite e como era definido o preço do litro do produto. Ele informou que a produção era vendida para um laticínio localizado no município de Califórnia, no Estado do Paraná. Segundo as informações de Braun, esse

---

(combustível) será maior do que o segundo exemplo, daí que se explica o fato de os laticínios preferirem adquirir (comprar) o leite do médio e do grande produtor, ao invés do pequeno.

laticínio é forte no segmento da fabricação de queijo. Perguntei a ele por que esse laticínio e não outros da região. O Sr. Braun explicou que antes eles vendiam a produção de leite para um grande laticínio da região, porém a empresa queria comprar a produção individual de cada produtor, coisa que eles não aceitaram; além disso, o produtor alegou que a empresa queria pagar o preço abaixo do estabelecido pelo CONSELEITE. Daí o motivo de eles não comercializarem mais a produção com o antigo laticínio.

O Sr. Braun explicou que a opção pelo laticínio de Califórnia se deve primeiramente pelo preço pago por litro do leite, que sempre ficava um pouco acima do valor estabelecido pelo CONSELEITE. Outro motivo apresentado é que a empresa era mais fácil de negociar, aceitava dialogar quanto à forma de pagamento e à política de bonificação. Mas vale frisar que os produtores reclamavam pelo preço do leite, pois, na época das entrevistas, o valor variava entre R\$ 0,32 centavos por litro até R\$ 0,42 centavos, isso mudava conforme a escassez do produto no mercado e o período de chuva ou seca.

Um ponto interessante a destacar é que os produtores não aceitam vender o leite abaixo do valor de referência projetado pela CONSELEITE. Sobre a entidade, vale destacar o seguinte:

CONSELEITE-PARANÁ é uma associação civil, que reúne representantes de produtores rurais de leite do Estado e de indústrias de laticínios que processam a matéria-prima (leite) no Estado do Paraná. O Conselho é paritário, ou seja, o número de representantes dos produtores rurais é igual ao número de representantes das indústrias. Representantes dos produtores rurais (em número de 11 titulares e igual número de suplentes) indicados pela FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná – e representantes das indústrias de laticínios, indicados pelo SINDILEITE – Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Paraná, também em número de 11 titulares com igual número de suplentes. O Conselho tem um presidente e um vice-presidente, sendo um representante dos produtores e um dos industriais, alternando-se anualmente na presidência e vice. Ambos são eleitos para um mandato de dois anos dentre os membros titulares do Conselho. Há ainda um secretário escolhido pelo Conselho que o assessora administrativamente. Em âmbito técnico o Conselho é assessorado por uma Câmara Técnica e Econômica – CAMATEC – a qual é coordenada por dois professores da UFPR – Universidade Federal do Paraná. Esta câmara consultiva é composta por 8 membros titulares e igual número de suplentes, sendo que metade são indicados pela FAEP e metade pelo SINDILEITE. A necessidade de se estabelecer, através de entendimento entre produtores rurais e indústrias, formas alternativas para a remuneração da matéria-prima (leite) ao produtor paranaense que pudessem reduzir os conflitos que se estabeleceram entre estes e as indústrias após a desregulamentação do setor no país iniciada na década de 90. Até o final de 2002 criou uma metodologia para o cálculo de preços de referência para a matéria-prima (leite) a partir dos preços médios de comercialização dos derivados pelas indústrias. Isso implica que os

preços da matéria-prima (leite) variam no mesmo sentido dos preços dos derivados praticados pelas indústrias participantes do conselho. Dar maior transparência ao mercado lácteo paranaense através da permanente divulgação de preços médios de comercialização do leite e seus derivados, calculados a partir de metodologia aprovada por um conselho paritário (CONSELEITE).

Como podemos observar, o CONSELEITE é uma entidade civil que tem por objetivo estabelecer um valor de referência pelo litro do leite. Esse valor é calculado e publicado mensalmente no site da entidade, serve como referência do preço mínimo que deveria ser pago pelo leite, ou seja, o produtor paranaense que estiver vendendo o seu produto abaixo do valor de referência, possivelmente, estará tendo prejuízo. É importante frisar que mesmo que a indústria processadora estiver filiada ao CONSELEITE, ela não é obrigada a pagar pelo preço de referência projetada pela entidade. Nota-se, então, que o preço de referência serve apenas como parâmetro para o produtor.

No caso do Dorcelina Folador, os assentados defendem que o leite não pode, de maneira alguma, ser comercializado abaixo do valor de referência projetado pelo CONSELEITE. O Sr. Braun explicou que muitos laticínios da região pagam pelo leite um valor bem abaixo do que é projetado pelo CONSELEITE e diz que o produtor aceita essa condição porque não tem informação, desconhece a existência da entidade. Nota-se, então, que os assentados, ao exigirem dos laticínios que respeitem o valor de referência projetado pelo CONSELEITE, dão mostras do grau de conscientização e de organização do movimento. Se cada produtor comercializasse a sua produção diretamente com o laticínio, é muito provável que ele receberia pelo leite um valor aquém do projetado pelo CONSELEITE, por isso preferem comercializar o leite de forma coletiva.

Outro ponto a ser analisado refere-se à questão da bonificação paga pelo laticínio no quesito qualidade do leite. Quando se fala em qualidade do leite, geralmente as indústrias processadoras consideram como quesitos: a contagem de células somáticas (CCS); o teor de gordura; teor de ph (acidez) e contagem bacteriana. Segundo o prof. Dr. Ernst Müller (2002), o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) estabelece como adequado uma contagem de célula somática de 400 mil células/mL, quanto maior a quantidade de células somática, pior é a qualidade do leite no que se refere às propriedades nutricionais (proteínas, gordura, lactose).

Para o produtor, um elevado índice de célula somática no leite significa prejuízo, pois indica que a vaca está com *mastite*<sup>95</sup>, o que faz diminuir a produtividade do animal e pode levar o animal a perder o teto (tendo que descartar o animal). Já para o laticínio, o leite com alto índice de CSS causa os seguintes prejuízos: aumenta as enzimas proteolíticas e lipolíticas do leite, dificultando o processo de pasteurização e deteriora a gordura do leite, produzindo um produto rançoso e com nível baixo de lactose e de cálcio; além disso, ocorrem os aumentos do tempo de coagulação e de conteúdo sólidos no soro do leite, prejudicando, por exemplo, a fabricação de queijos e outros derivados. Mas o principal problema para os laticínios é que a CCS diminui o tempo de vida (tempo de validade) do leite e seus derivados que são comercializados nas gôndolas de supermercados (Fonseca e Santos, 2000).

Com relação à CCS, os produtores receberam do laticínio a tabela do preço da bonificação com o índice de CCS, na qual consta que, para receber a bonificação, o leite deve ter um índice abaixo de 401 mil células/mL e quando o produto tiver acima de 600 mil células/mL o laticínio desconta no valor do litro de leite (ver tabela 23). Nota-se, então, que a política de bonificação é uma forma de forçar o produtor a melhorar a qualidade do leite, é uma maneira de impor uma modernização (reestruturação produtiva) ao produtor; o problema da modernização forçada é o fato de o pequeno produtor, geralmente, não ter recursos para investir na produção, fazendo com que seja penalizado pelo laticínio.

**Tabela 23 – Bonificação pela CCS**

CCS (cél. / mL)			
De	Até	R\$/litro	
1	140	0,04	<b>Bonificação</b>
141	200	0,03	
201	300	0,02	
301	400	0,015	
401	600	0	<b>Neutro</b>
601	700	-0,01	<b>Redução</b>
701	800	-0,015	
801	900	-0,025	
901	1000	-0,03	

**Fonte:** Pesquisa de campo, tabela fornecida pelo laticínio aos assentados, no ano de 2009.

<sup>95</sup> O prof. Ernst Muller (2002, p. 211) explica que a mastite é caracterizada como: “as infecções da glândula mamária podem apresentar-se sob duas formas de apresentação, a clínica e a subclínica. A forma subclínica é normalmente a mais prevalente sendo responsável por aproximadamente 70% das perdas, podendo reduzir a secreção de leite em até 45%. Os microrganismos envolvidos na etiologia da mastite bovina podem ser classificados em patógenos ‘maiores’ e ‘menores’. Na primeira categoria estão incluídos os agentes que provocam maiores CCS, alterações significativas na composição do leite e, conseqüentemente, grande impacto econômico”.

Além da CCS, o teor de gordura, o ph e a contagem bacteriana são outros quesitos utilizados pelos laticínios como critérios de bonificação. No entanto, vale destacar que muitos produtores se queixaram acerca dos critérios utilizados pelo laticínio. Segundo os produtores, o valor da bonificação é muito pequeno diante dos investimentos que são feitos para melhorar a qualidade do leite; eles argumentaram que dificilmente recebem mais do que R\$ 0,04 centavos por litro (ver imagem 10). Outra crítica feita por eles é acerca dos exames para constatar a qualidade do leite. Eles explicaram que, antes da coleta do leite, o motorista do laticínio realiza o teste para ver acidez do leite, caso esteja dentro das normas, aí ele recolhe uma amostra do produto que servirá para os exames (CCS, contagem bacteriana, etc.) para comprovar a qualidade do leite, todavia, o problema está no fato de que os exames são realizados no laboratório do laticínio, geralmente, sem o acompanhamento do produtor, o que gera desconfiança, uma vez que pode ocorrer a manipulação.

Outro problema enfrentado pelos produtores acerca da qualidade do leite é o uso coletivo do tanque de expansão. Conforme já citado, no assentamento existem 9 tanques, dos quais 5 são tanques coletivos, onde cada um recebe a produção de leite de 10 assentados. Quando um produtor deposita o leite de má qualidade no tanque, a tendência é que todo o leite do tanque fique prejudicado, causando prejuízo para os demais produtores que compartilham o mesmo equipamento. Nota-se, então, que o uso coletivo do tanque pode prejudicar o pagamento pela bonificação, visto que os exames não são realizados por produtor, mas sim pela amostra do tanque.

Em razão do uso coletivo dos tanques, existe um trabalho desenvolvido pelo núcleo de produção do assentamento, que visa conscientizar os produtores a utilizarem técnicas adequadas de manejo e de higiene no momento da ordenha, considerando que isso pode diminuir a ocorrência de animais com mastites, o que diminuiria o índice de CCS, além da contaminação do leite por bactérias. Vale destacar que o sistema mais adequado seria cada produtor ter o seu próprio de tanque expansão, mas o problema é a falta de recursos para adquiri-lo.

**Imagem 10** – O caminhão do laticínio coletando o leite no tanque de expansão



**Fonte:** Fotos do arquivo pessoal do autor, tiradas no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2009.

Conforme mostramos até o momento, na época das entrevistas (2009-2010), os produtores comercializavam a produção de forma coletiva para o laticínio, entretanto, eles não tinham objetivo de apenas serem fornecedores de matéria-prima para indústria processadora do leite, pois existia um projeto de construção de um laticínio no assentamento. Na época da pesquisa de campo, os assentados, com o apoio dos técnicos da Emater e do MST, tinham elaborado um projeto de construção de um laticínio e uma cooperativa no assentamento, com a proposta de industrializar os leites oriundos dos assentamentos da região norte do Paraná. O investimento seria feito através do financiamento BNDES, que visava à construção física do laticínio, a compra das máquinas para pasteurizar e processar o leite, máquinas para a fabricação de derivados, além da compra de caminhões para coletar o leite cru e transportar o produto já industrializado.

O projeto previa que, depois de aprovado o financiamento pelo BNDES, eles teriam um prazo médio de 2 anos para que o laticínio estivesse construído e pronto para o funcionamento. Na época da pesquisa de campo, acompanhei uma das reuniões com os técnicos do BNDES que foram avaliar as condições do assentamento e a viabilidade econômica do projeto. Nessa reunião, participaram os assentados do Dorcelina Folador e de outros assentamentos da região, técnicos da Emater, os integrantes do Projeto Leite Bom e membros da coordenação estadual do MST (ver imagem 22). Nessa reunião, os dois técnicos

do BNDES, que vieram do Rio de Janeiro, comentaram que a possibilidade dos recursos serem aprovados era grande.

**Imagem 11** – Reunião com técnicos do BNDES sobre a aprovação do projeto do laticínio



**Fonte:** Fotos do arquivo pessoal do autor, tiradas no assentamento Dorcelina Folador, no ano de 2010.

Depois que acabei de realizar a pesquisa de campo, as informações que tive com os produtores eram que os recursos do BNDES tinham sido aprovados, entretanto, faltava a liberação do mesmo. Por último, vale destacar que, embora o laticínio não tivesse pronto no momento da pesquisa de campo, eles tinham como proposta a industrialização do leite, uma vez que são indícios de que a atividade tende a se tornar cada vez mais um empreendimento capitalista. Eles perceberam que a industrialização do produto pode agregar mais valor à mercadoria, o que, geralmente, garante um maior rendimento e prosperidade econômica.

Por fim, quero frisar, conforme elucidamos ao longo deste capítulo, que os produtores de leite são produtores mercantis, que têm a pequena produção voltada para o mercado e que, portanto, não estão à margem da produção social capitalista. O que constatamos na pesquisa de campo são produtores que fazem parte da produção social capitalista, que estão, de certo modo, subordinados ao capital, por exemplo, através do mercado, do crédito, da indústria de laticínio, etc. Logo, seria equivocado entendê-los como produtores autônomos, ou pensar que a produção estaria exterior às leis econômicas do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revelou que os pequenos produtores de leite do município de Ibiporã e do assentamento rural Dorcelina Folador estão subordinados ao capital. Essa subordinação se evidencia primeiramente pelo fato de eles terem uma produção de leite voltada para o mercado, isto é, produzem o leite para ser comercializado, com a finalidade de obter renda com a venda do produto. Isso significa dizer que o leite produzido por eles não é simplesmente um alimento, mas é, sobretudo, uma mercadoria, o que os caracterizam como produtores mercantis. Vale, então, observar que, ao produzir o leite para o mercado, eles passam a subordinar a própria produção (produto do seu trabalho) ao capital. Isso equivale dizer que não se trata de uma produção camponesa ou anticapitalista, muito pelo contrário, eles são produtores da sociedade capitalista, para a qual e na qual produzem.

Revelamos, ainda, por meio da análise, que os referidos produtores de leite podem ser caracterizados como “pequenos capitalistas de si mesmo”, haja vista que ao mesmo tempo em que são proprietários de pequenos capitais (terra, vaca e instrumento de trabalho) também se submetem a autoexploração da própria força de trabalho, bem como da dos membros de sua família para tentar realizar a valorização dos pequenos capitais que possuem. Isso quer dizer que a condição de descapitalização a que estão submetidos faz com que o trabalho familiar nada tenha de glorificado, muito pelo contrário, a exploração do trabalho familiar acontece como um meio de o produtor conseguir viabilizar a produção. Percebe-se, então, que a exploração do trabalho familiar é muito mais uma imposição do capital do que uma livre escolha do produtor.

Outra característica em comum entre eles é o fato de produzirem leite em pequena escala, pois, conforme elucidamos no trabalho, nenhum produtor consegue produzir mais do que 100 litros de leite por dia. Em Ibiporã, por exemplo, constatamos que 91% dos produtores entrevistados têm uma produção diária de até 40 litros de leite, ao passo que no Dorcelina Folador, 83,4% dos produtores em questão produzem até 50 litros de leite por dia. Como se viu, trata-se de pequenas produções.

Além disso, explicamos, na análise, que a produção em pequena escala está vinculada basicamente ao baixo grau de tecnificação e de modernização da produção de leite, que pode ser empiricamente observado pelos seguintes fatores: o número de animais que compõe o rebanho, a qualidade das raças desses animais, o sistema de alimentação, o tipo de ordenha, etc. Enfim, esse conjunto de fatores influencia diretamente no volume da produção de leite. No entanto, conforme destacamos no trabalho, para que o produtor modernize a

produção, ele necessita de capitais, coisa que a maioria deles não tem. Sem capital para investir em modernização, a maior parte deles tem uma produção pífia do ponto de vista da produtividade, o que os impede, enquanto pequenos capitalistas, de realizar o lucro médio, e, enquanto pequenos proprietários rurais, de se apropriar da renda da terra.

Embora os produtores sejam caracterizados pela produção em pequena escala e tenham a produção de leite subordinada ao capital, isso não significa dizer que todos eles encontram-se na mesma situação de capitalização ou de descapitalização. Pela leitura dos capítulos, é possível observar as diferenças entre os produtores de Ibiporã e do Dorcelina Folador no que tange especificamente ao grau de tecnificação da produção e à maneira como realizam comercialização de leite.

No caso de Ibiporã, por exemplo, temos um perfil muito semelhante entre os produtores de leite, visto que não há uma discrepância acentuada entre eles no que se refere aos aspectos da produção. Essa semelhança pode ser verificada por meio do volume de produção de leite, uma vez que não temos nenhuma produção que sobressaia às demais; pelo fato de 90% deles realizarem a ordenha manualmente; por 100% deles explorarem o trabalho familiar; por não encontrarmos a predominância de animais com raças especializadas no leite e pelo fato de que 90% dos produtores comercializam o leite de maneira informal. Como se viu, o perfil de cada um dos produtores de Ibiporã é muito parecido entre eles, uma vez que praticamente encontram-se na mesma situação de descapitalização.

Com relação aos produtores do Dorcelina Folador, temos uma diferenciação interna mais acentuada do que as encontradas entre os produtores de Ibiporã; essa diferenciação interna entre os assentados pode ser facilmente detectada pelos aspectos da produção. Vejamos, por exemplo, que embora eles possam ser classificados como pequenos produtores, isso não significa dizer que todos estejam no mesmo patamar de tecnificação ou de capitalização. Essas diferenças são visivelmente percebidas no volume de leite produzido, uma vez que 16,6% dos produtores produzem até 30 litros de leite por dia, ao passo que outro grupo de produtores, que também representa uma porcentagem de 16,6%, encontra-se na faixa daqueles que produzem de “51 a 100 litros de leite por dia”. Percebe-se, então, que essa diferença no volume de produção entre os assentados permite dizer que nem todos eles estão no mesmo grau de tecnificação e de modernização da produção, visto que os mais tecnificados tendem a produzir mais leite do que aqueles menos tecnificados.

Conforme mostramos no trabalho, é possível também perceber uma diferenciação entre os produtores de Ibiporã e do Dorcelina Folador, sobretudo, nos aspectos da produção e da comercialização do leite. No que se refere à produção, é possível afirmar

que os produtores do Dorcelina Folador estão em melhores condições de capitalização do que os produtores de Ibiporã, visto que eles produzem mais leite; possuem rebanhos com a predominância de animais de raças especializadas na produção de leite (exemplo: Jersey e Holandesa); e apresentam elementos de uma produção tecnificada (tanque de expansão, sala de ordenha e ordenhadeira mecânica); enfim, de uma maneira geral, os produtores do Dorcelina Folador apresentam melhores índices de produtividade do que os produtores de Ibiporã. Entretanto, vale destacar que esse melhor desempenho dos assentados em comparação aos produtores de Ibiporã não quer dizer que eles tenham uma produção plenamente moderna ou que estejam realizando o lucro médio, muito pelo contrário, a pesquisa mostrou que apenas alguns assentados conseguem de fato modernizar a própria produção e valorizar os pequenos capitais que detêm.

Já com relação à comercialização do leite, ficou explicitado no trabalho que a maioria dos produtores de Ibiporã, 90% deles, realiza a venda do leite de maneira informal (“leite de rua”), enquanto que os produtores do Dorcelina Folador vendem o leite para o laticínio (mercado formal). Essa diferença na forma de comercialização do leite entre o mercado<sup>96</sup> formal e o mercado informal do leite acaba revelando, por sua vez, o problema da modernização excludente, visto que aqueles produtores que não se adequaram, mesmo que parcialmente, às exigências da IN 51 e do PNMQL tendem a serem banidos do mercado formal, uma vez que as indústrias de laticínios se recusam a comprar leite desses produtores, fazendo com que eles se sujeitem ao mercado capitalista informal do leite. Em outras palavras, isso quer dizer que os produtores do Dorcelina Folador estão mais tecnificados do que os de Ibiporã, pois eles conseguem comercializar o leite junto à indústria de laticínio (no mercado formal), ou seja, eles atendem mesmo que parcialmente algumas exigências da IN 51, como, por exemplo, armazenar o leite em tanque de expansão (um dos quesitos exigidos pelas indústrias de laticínios para comprar o leite do produtor).

Conforme explicitamos no trabalho, existem diferenças entre os produtores de leite no que tange à tecnificação da produção, na maneira como realizam a comercialização do leite, etc. Mas essas diferenças não apagam o caráter social da produção e muito menos o processo de subordinação dos produtores ao capital. Essas diferenças entre os produtores (re)afirmam a ideia de que o processo de modernização capitalista no campo não se realiza de maneira linear e nem homogênea, pois o capital, ao incorporar os produtores ao seu mando, não o faz de forma igual, visto que tem aqueles produtores que se encontram mais

---

<sup>96</sup> Vale destacar que essa é uma distinção jurídica sobre o mercado, pois sabemos que o mercado é sempre capitalista, independente de ser formal ou informal.

capitalizados (tecnificados) do que outros. São essas diferenças que permitem entender que o capital é uma unidade diversificada internamente.

Para concluir, é necessário destacar que a contribuição deste trabalho foi mostrar por meio da pesquisa empírica como se realiza - por meio da produção e da comercialização do leite - o processo de subordinação dos pequenos produtores ao capital. Ao fazer isso, o trabalho destacou as particularidades de como os pequenos produtores se submetem aos ditames do capital, mostrando que existem diferenças entre eles, na maneira como estão subordinados ao capital. Concomitantemente a isso, este trabalho também buscou contribuir para o debate que se tem acerca da pequena produção agropecuária no país, pois na medida em que revelamos que a pequena produção de leite (assentada na exploração do trabalho familiar) está subordinada ao capital, estamos nos contrapondo as teses (por exemplo, “da agricultura familiar” ou da “produção camponesa”) que defendem a pequena produção como sendo sinônimo de autonomia frente ao capital. Conforme mostraram os resultados da pesquisa, a pequena produção agropecuária, no caso do leite, nada tem de anticapitalista ou de autônoma, muito pelo contrário, o pequeno produtor rural vivencia diariamente as imposições do capital. Nota-se, então, que falar em autonomia do pequeno produtor de leite na sociedade capitalista é o mesmo que abstrair a realidade e ocultar o drama vivenciado pelos produtores, o que nada contribui para a compreensão do real.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). **Informativo IPEA – Texto para Discussão**, São Paulo, n. 641, 1999.
- ASARI, Alice Yatiyo (Org.). **Contribuições geográficas – 10 anos de PET**. Londrina, 2005.
- BALDUINO, Dom Tomás. A ação da igreja católica e o desenvolvimento rural (depoimento). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 9-22, 2001.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. A transfiguração crítica. **Estudos Cebrap 24**, São Paulo, n. 24, p. 1-39, s./d. Disponível em: <[www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca\\_virtual/a\\_transfiguracao\\_critica.pdf](http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_transfiguracao_critica.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- BERTERO, José Flavio. **Parceiros do Rio Pardo**: estudo sobre o processo de trabalho na cultura da cebola. 233 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000044287&fd=y](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000044287&fd=y)>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Estado, agricultura e agroindústria**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. Sobre a questão agrária. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 109-122, jan./jun. 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobre a reforma agrária e MST. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 163-183, set. 2006. Disponível em: <[www.uel.br/grupopesquisa/gepal/revista1aedioa/lr163-183.pdf](http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/revista1aedioa/lr163-183.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, 2. semestre 2006 e 1. semestre 2007. Disponível em: <[http://pucsp.br/neils/revista/vol.17\\_18.html](http://pucsp.br/neils/revista/vol.17_18.html)>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição no mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap 19**, São Paulo, n. 19, p. 38-91, 2 fev. 1977. Disponível em: <[www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca\\_virtual/do\\_colono\\_ao\\_boia\\_fria.pdf](http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/do_colono_ao_boia_fria.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2010.
- CAMPOS, Aloísio Torres; FERREIRA, Ademir Moraes. Composição do rebanho e sua importância no manejo. **Instrução técnica para o produtor de leite**. Embrapa Gado de Leite, n. 32, 2006. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/pastprod/textos/32Instrucao.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2010.
- CARDOSO, João Luiz. Crédito rural: um elemento de diferenciação entre os pequenos produtores? **Perspectiva**, São Paulo, v. 8, p. 85-93, 1985. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1847/1514>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da Silva. **A questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoniette. **Agricultura, Cooperativismo e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: < [www.centroedelstein.org.br](http://www.centroedelstein.org.br)>. Acesso em: 10 dez. 2011.

CÓSER, Antonio Carlos. Pastagem degradada: recuperar ou substituir? **Instrução técnica para o produtor de leite**. Embrapa Gado de Leite, n. 36, 2006. Disponível em: < <http://www.cnpgl.embrapa.br/nova/informacoes/pastprod/textos/36Instrucao.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. O Estado e o Agro em tempos de liberalização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 341-354, 1 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320032006000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032006000300001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Instrução técnica para o produtor de leite**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de leite, 2006. Disponível em: < <http://www.cnpgl.embrapa.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Sistema de produção: gado de leite sudeste**. 2003. Disponível em: <<http://www.cnpgl.embrapa.br/nova/informacoes/sistema/sudeste/index0.html>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

FARIA, V. P.; CORSI, M. **Produção de leite: conceitos básicos**. Piracicaba: FEALQ/USP, 1988.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **A regulamentação do mercado de leite e laticínios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite de Santa Catarina. **Informações Econômicas**, v. 35, n. 1, jan. 2005. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-0105b.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2010.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. De cada 10 litros de leite, 3 não são inspecionados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 fev. 2011.

FONSECA, L. F. L.; SANTOS, M. V. **Qualidade do leite e controle de mastite**. São Paulo: Lemos Editora, 2000.

FRANCIS, Paula Chagas. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: o estudo de caso do assentamento rural Dorcelina Folador.** (TCC em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

FREDERICQ, Antoinette. O ciclo do leite. **Caderno do Ceas**, Salvador, n. 66, p. 18-38, mar./abr., 1980.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho.** São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e reflexão.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural.** São Paulo: Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 7).

\_\_\_\_\_. **Agricultura e capitalismo: as formas de produção diferenciadas.** (mimeo), 1988.

GOMES, Sebastião Teixeira. **Economia da produção de leite.** São Paulo: Editora Itambé, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é a questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 69, p.56-67, 1980a.

\_\_\_\_\_. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: Resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr./jun. 2007.

IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo.** São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 nov. 2010.

IPARDES. **Caracterização Socioeconômica da atividade leiteira no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná: sumário executivo.** Curitiba: IPARDES, 2009.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional do projeto Paraná 12 meses.** Curitiba: IPARDES, 2006. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr\\_12\\_meses\\_aval\\_institucional\\_internet.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_12_meses_aval_institucional_internet.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2010.

JANK, Marcos Sawaya et al. **O agribusiness do leite no Brasil.** São Paulo: Milkbizz, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os Economistas).

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1986.

\_\_\_\_\_. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). **Estudos Cebrap 22**. São Paulo, n. 22, p. 42-103, s./d. Disponível em: <[www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/empresas\\_e\\_pequenos\\_produtores.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/empresas_e_pequenos_produtores.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2009.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrárias no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Paulo. **Quem desiste de produzir Leite?** MILKPOINT. Disponível em: <[www.milkpoint.com.br/mypoint/paulomartins/p\\_quem\\_desiste\\_de\\_produzir\\_leite\\_3807.aspx](http://www.milkpoint.com.br/mypoint/paulomartins/p_quem_desiste_de_produzir_leite_3807.aspx)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 1.1, t.1. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. 1.I, t.2. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. 1.II, t.1. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. 1.III, t.1. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. 1.III, t.2. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 1, 1980.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985b.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAURO, Gilmar. MST: lutas e perspectivas. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (Org.). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã, 1999.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEIRELES, Almir José. **A (des)razão laticinista: a indústria de laticínios no último quartel do século XX**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

MEIRELES, Almir José. **Planejamento, qualidade e globalização na indústria de laticínios**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. O leite e a economia brasileira. **Revista Balde Branco**, São Paulo, v. 39, n. 480, p. 48-52, nov. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil: com base nos dados preliminares do universo Censo 2010**. Brasília, 2011. 7 p. Disponível em: <[http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/perfil\\_extrema\\_pobreza.pdf](http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MÜLLER, Ernst Ekehardt. Qualidade do leite, células somáticas e prevenção da mastite. **Anais do Ii Sul- Leite: Simpósio Sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira Na Região Sul do Brasil**, Maringá, n. , p. 206-220, 2002.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 2(2):47-77, abr./jun. de 1982a. Disponível em: <[www.rep.org.br/pdf/06-2.pdf](http://www.rep.org.br/pdf/06-2.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 81-94, ago. 1982b.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NEGRI, Paulo Sérgio. **A identidade ecológica do Assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PEGORARO, Lúgia Margareth Cantatreli; COSCIONI, Anelis Cristina (Org.). **Noções sobre produção de leite**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009.

**PROJETO LEITE BOM:** atendimento itinerante a pequenos produtores leiteiros. Londrina: UEL e SETI, 2010.

RIVA, Ana Luisa Mancini da et al. Leite informal e aspectos de saúde pública. **Milkpoint**, 16 maio 2000. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/mercado/conjuntura-de-mercado/leite-informal-e-aspectos-de-saude-publica-8053n.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

ROSA, Marcelo Simão da; COSTA, Mateus J. R. Paranhos da; SANT'ANNA, Aline Cristina. **Ordenha:** boas práticas de manejo. Jaboticabal: Funep, 2009.

SILVA, Jerri Augusto da; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STÉDILE, João Pedro (entrevistado). O MST e a questão agrária. **Estudos Avançados Usp**, São Paulo, v. 31, n. 11, p. 69-88, 1997.

VELHO, Otávio Guilherme. Reforma agrária: a propósito de terra e igreja. **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro, v. 22, n. , p. 157-168, abr. 1980.

WILKINSON, John. **Estudo da competitividade da indústria brasileira:** competitividade da indústria de laticínios. Campinas: Mct, Finep ,padct, 1993. Disponível em: <[http://www.econeit.org/arquivos/NTS\\_LAT.pdf](http://www.econeit.org/arquivos/NTS_LAT.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

### Questionário

produtor tradicional ou  assentado  
**Nome ou Iniciais do produtor:**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Nome do estabelecimento rural ou número do lote:**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Estrada:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Município:**

\_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_

**Origem:**  assentado  produtor não assentado “tradicional”  arrendamento  coletiva  \_\_\_\_\_

**Quando for assentado:**  participou do movimento no processo de ocupação  adquiriu o lote por meio de compra

\_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Escolaridade:**  sup. completo

sup. incompleto

médio completo  médio incompleto

fundamental completo  fundamental

incompleto  básico completo

básico incompleto  analfabeto

**Estado civil:**  solteiro  casado

**Tem filhos?**  sim  não Quantos? \_\_\_\_

1  2  3  4  5  acima de 5 filhos

**Área do estabelecimento rural em hectares?**

\_\_\_\_\_

Até 10  De 11 a 20  De 21 a 30

De 31 a 40  De 41 a 100

**Distância do estabelecimento rural até o centro da cidade?**

\_\_\_\_\_ Km

**Há quantos anos é proprietário do estabelecimento rural ou tem a posse do lote?**

menos de 1 ano  1 a 10 anos

11 a 20 anos  21 a 30 anos

acima de 30 anos

**Como adquiriu o lote ou estabelecimento rural?**

compra  herança  compra e herança  ocupação  arrendamento

\_\_\_\_\_

**Seus pais trabalhavam no campo?**

sim  não

**O (A) Sr.(a) já trabalhou na zona urbana (cidade)?**

não  sim

**Onde trabalhou?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Além das atividades com o leite, o (a) senhor (a) exerce algum tipo de trabalho remunerado fora do lote?  sim  não

Algum integrante da família, que mora e trabalha no lote, também exerce algum tipo de trabalho remunerado fora do lote?  sim  não

Onde?

\_\_\_\_\_

Qual função?

\_\_\_\_\_

O Sr (a) mora no estabelecimento rural?

sim  não

Quantas pessoas da família moram no estabelecimento rural? \_\_\_\_\_

1  2  3  4  5  6  7  8

acima de 8 pessoas

Quantas pessoas da família trabalham no estabelecimento rural (ex. sítio)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quem são as pessoas da família que trabalham no estabelecimento rural (ex. sítio)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tem empregados?  não  sim

Quantos? \_\_\_\_\_

Todos empregados têm registro em carteira?

não  sim Quantos têm registro?

\_\_\_\_\_

Quais são as funções?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Caracterizar as formas de trabalho:

Trabalho familiar

Trabalho assalariado (contratado) e trabalho familiar

Trabalho assalariado

Energia elétrica?  sim  não

Trator?  sim  não

Triturador?  sim  não

Tem resfriador?  sim  não

tanque de expansão  tanque de imersão

freezer  geladeira

Aparelho de televisão?  sim  não

Computador?  não  sim Internet?  sim

não

Ordenha Mecânica?  sim  não

Perfil do estabelecimento:

Pecuária de corte?  sim  não

Pecuária leiteira?  sim  não

Aves?  sim  não

Peixes?  sim  não

Suínos?  sim  não

Agricultura?  sim  não

Arrenda parte do estabelecimento?

sim  não

Número total de vacas? \_\_\_\_\_

- Até 5    De 6 a 10  
 De 11 a 15    De 16 a 20  
 De 21 a 30    De 31 a 40  
 Mais de 41

Número de vacas em lactação? \_\_\_\_\_

- Até 5    De 6 a 10  
 De 11 a 15    De 16 a 20  
 De 21 a 30    De 31 a 40  
 Mais de 41

Número de vacas secas? \_\_\_\_\_

- Até 5    De 6 a 10  
 De 11 a 15    De 16 a 20  
 De 21 a 30    De 31 a 40  
 Mais de 41

Qual a média da produção de leite por vaca?

- Até 2 litros/dia/por animal  
 2 a 3 litros/dia/por animal  
 3 a 5 litros/dia/por animal  
 Acima de 5 litros/dia/por animal  
 Não souberam responder

Qual é a raça das vacas que predomina (o maior número de animais) no seu rebanho leiteiro?

- Holandesa    Gir    Jersey  
 Nelore    Girolanda    Mestiças  
 Sem raça definida    Outras raças

Faz inseminação artificial?  não    sim

Criação é por monta natural (touro)?

- não    sim

Qual raça do touro? \_\_\_\_\_

Quantas ordenhas você realiza por dia?

\_\_\_\_\_

Tipo de ordenha?

- mecânica com bezerro ao pé  
 mecânica sem bezerro ao pé  
 manual com bezerro ao pé  
 manual sem bezerro ao pé  
 manual com bezerro e sem bezerro ao pé (mista)  
 \_\_\_\_\_

Média de produção diária de leite

(estimativa em litros)? \_\_\_\_\_

- Menos de 10 litros/dia  
 11 a 20 litros/dia  
 21 a 30 litros/dia  
 31 a 40 litros/dia  
 41 a 50 litros/dia  
 51 a 70 litros/dia  
 71 a 100 litros/dia  
 101 a 150 litros/dia  
 Acima de 150 litros/dia

O (A) senhor (a) produz leite e qual é o principal destino da sua produção?

- para o consumo da família  
 para vender (comercializar) e assim obter uma renda  
 para o consumo da família, vendendo somente o leite excedente do consumo  
 outros motivos

Quantos litros de leite você comercializa por dia? \_\_\_\_\_

- Menos de 10 litros/dia  
 11 a 20 litros/dia

- ( ) 21 a 30 litros/dia  
 ( ) 31 a 40 litros/dia  
 ( ) 41 a 50 litros/dia  
 ( ) 51 a 70 litros/dia  
 ( ) 71 a 100 litros/dia  
 ( ) 101 a 150 litros/dia  
 ( ) Acima de 150 litros/dia

Você produz? ( ) leite ( ) queijo ( )  
 derivados como doces, ricota, manteiga, etc.

**Comercializa os produtos?**

- ( ) na rua (leite *in natura*)  
 ( ) na rua (queijo)  
 ( ) para outros leiteiros  
 ( ) na rua e para o laticínio  
 ( ) apenas para o laticínio  
 ( ) outras formas

**Para qual laticínio você vende o leite?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**O laticínio paga pela qualidade do leite?**

- ( ) sim ( ) não

**Quanto paga a mais pela qualidade do litro  
 do leite?** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**O laticínio realiza exame no leite no  
 momento da coleta? ( ) sim ( ) não**

**Quais?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Você tem algum tipo de parceria com  
 laticínio? ( ) sim ( ) não Qual?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Qual o preço do litro do leite?**

\_\_\_\_\_

**Qual o preço da peça do queijo?**

\_\_\_\_\_

**Como armazena o leite?**

- ( ) tanque resfriador de expansão  
 ( ) tanque resfriador de imersão  
 ( ) tambor ( ) garrafa pet  
 ( ) \_\_\_\_\_

**Qual é a capacidade do tanque em litros?**

\_\_\_\_\_

**O tanque é coletivo? ( ) não ( ) sim**

**Quantos produtores utilizam o tanque?**

\_\_\_\_\_

**Você é proprietário do tanque?**

- ( ) sim ( ) não

**Obs. Sobre o tanque (existe parceria com  
 laticínio)\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Sistema de alimentação das vacas:**

- ( ) confinamento  
 ( ) a pasto com suplementos alimentares  
 ( ) a pasto sem suplementos

**Qual o tamanho da área destinada para pasto (em hectare)?**

---

**Quais são os tipos de suplementos utilizados?**

---



---

aveia  silagem  sorgo  
 napier  cana  outros

**O (A) Sr (a) que produz o suplemento alimentar?**

sim  não

\_\_\_\_\_

**Local da ordenha:**

sala de ordenha  curral  estábulo

\_\_\_\_\_

**Descrição do local da ordenha:**

O chão é cimentado?  sim  não

O chão tem piso?  sim  não

O chão é de terra?  sim  não

Tem cobertura?  sim  não

**Os animais são vacinados:**

aftosa  sim  não

brucelose  sim  não

**Tinha realizado exames de brucelose nas vacas antes do “Projeto Leite Bom”?**

não  sim

**Tinha realizado exame de tuberculose nas vacas antes do “Projeto Leite Bom”?**

não  sim

**Antes do “Projeto Leite Bom” você exigia exames de brucelose nas vacas que comprava?  não  sim**

**Antes do “Projeto Leite Bom” você exigia exames de tuberculose nas vacas que comprava?  não  sim**

**Antes do “Projeto Leite Bom” você tinha conhecimento que a brucelose e a tuberculose podem ser transmitidas ao homem por meio de vacas contaminadas?  sim  não**

**Abastecimento de água da casa:**

poço  mina

\_\_\_\_\_

**Abastecimento de água para os animais:**

poço  mina

\_\_\_\_\_

**Já utilizou ou tem algum tipo de empréstimo ou financiamento bancário para melhorar a produção de leite?**

sim  não

**Qual e para que você utilizou?**

---



---



---



---

**Conhece a normativa 51?**

não  sim

**Conhece algum desses programas?**  
**Agroindústria familiar?** ( ) sim ( ) não  
**Fundo de aval?** ( ) sim ( ) não  
**Leite das crianças?** ( ) sim ( ) não  
**Paraná 12 meses?** ( ) sim ( ) não  
**PRONAF?** ( ) sim ( ) não  
**Participa de algum desses programas?**  
 ( ) não ( ) sim  
**Qual deles?** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Por que o senhor(a) optou pela produção de leite? Pode falar alguns motivos?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Como o(a) Sr.(a) poderia melhorar a produção de leite e as condições de trabalho no sítio?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Tem vontade de trabalhar na cidade? Por quê? Em qual atividade?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Você acredita que seus filhos querem continuar trabalhando e vivendo no campo?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Como o governo pode ajudar a melhorar a situação do campo?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Você tem vontade de comprar mais terras e aumentar a produção? Falta o que para esse objetivo?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**O que você acha da Reforma Agrária no Brasil? O governo tem que realizar a distribuição de terra?**

---

---

---

---

---

---

---

**Você participa de algum movimento social ou apóia? Participa de alguma entidade de classe (sindicato) ? Por quê?**

---

---

---

---

---

---

---

**Como entrou no MST? Por quais motivos?**

---

---

---

---

---

---

---

**Como foi a sua vida de acampado? Quanto tempo durou?**

---

---

---

---

---

---

---

**O que mudou na sua vida de assentado?**

---

---

---

---

---

---

---

**O que significa o assentamento para você?**

---

---

---

---

---

---

---

**Você acha que os assentamentos podem combater o capitalismo?**

---

---

---

---

---

---

---

**Você se considera?**

- trabalhador  pequeno produtor  
 pequeno empresário  camponês  
 \_\_\_\_\_

---

---

**Observações:**

---

---

---

---

### **Roteiro das entrevistas abertas**

#### **As principais perguntas feitas aos produtores:**

- Nome?
- Faz tempo que trabalha com leite?
- Por que o senhor optou pelo leite ao invés da agricultura?
- Quais são as vantagens e desvantagens de produzir leite?
- Quantos litros de leite o seu rebanho produz por dia?
- Quantas pessoas da família trabalham no sítio?
- Tem empregados? Quantos?
- Qual é o sistema de alimentação que usa para os animais?
- O senhor acha que o sítio (lote) é muito pequeno? Tem vontade de comprar mais terras e animais?
- O preço do leite compensa?
- Por que o senhor vende o leite? De que forma vende? Para quem?
- O que precisa melhorar para o produtor de leite?

#### **As principais questões feitas aos técnicos (veterinário e zootecnista) da EMATER:**

- Nome?
- Quanto tempo trabalha na EMATER?
- Qual é a sua função na EMATER?
- Quais são os tipos de serviços ou assistência que EMATER oferece ao pequeno produtor de leite?
- Que avaliação o senhor faz das condições de produção de leite dos produtores?
- Quais são os motivos que explicam a baixa produção de leite?
- O que fazer para melhorar e aumentar a produção de leite?

## APÊNDICE B

### Uma síntese das transformações capitalistas no campo e suas tendências

*André José Sanaiotti Grade Ferro*

As transformações capitalistas no campo não são uma preocupação recente nas ciências sociais, pois pensadores clássicos como, por exemplo, Marx, Lenin e Kautsky, já apresentavam questões referentes à tendência do capitalismo para modernizar as forças produtivas no campo, fazendo emergir uma nova base técnica de produção, de origem industrial, que marcaria a subsunção real do campo ao capital, criando, assim, um modo de produção especificamente capitalista na agropecuária.

No caso de Marx, apesar de ele não ser propriamente um teórico do campo, isso não impediu de encontrarmos nos seus diversos estudos sobre o sistema capitalista questões que remetem e ajudam a explicar a tendência do capitalismo em transformar o campo por meio de sua lógica de valorização. Embora as contribuições do autor não estejam sistematizadas em um único trabalho, podemos sintetizá-las, expondo com os principais pontos das transformações capitalistas no campo do seguinte modo:

a) o capitalismo, ao destruir o feudalismo na Europa, destruiu também a economia camponesa, pois ao adentrar o campo impondo a sua lógica de valorização, dilacerou a imagem bucólica do campo, pondo fim a agricultura camponesa<sup>97</sup> de subsistência e transformando os produtores rurais em produtores de mercadorias, cuja finalidade da produção é o lucro (expressão empírica da mais-valia social);

b) para o autor, o capitalismo, ao destruir o feudalismo, põe fim também à velha estrutura da propriedade da terra, transformando-a em propriedade moderna<sup>98</sup> da terra.

<sup>97</sup> A esse respeito vale ressaltarmos o texto – “O problema do camponês na França e na Alemanha” - escrito por Engels em 1891, que elucida o seguinte: “antes, com o auxílio de sua própria família, o camponês produzia, mesmo com a matéria-prima de sua colheita, a maior parte dos produtos industriais de que necessitava. Os demais artigos indispensáveis eram-lhe fornecidos pelos demais vizinhos do povoado, que exploravam um ofício ao mesmo tempo que a agricultura e a quem pagava, com a troca de produtos ou serviços. A família – e, sobretudo, a aldeia – bastava-se a si mesma e produzia quase tudo de que necessitava. Era quase uma economia natural pura, em que a necessidade do dinheiro mal se fazia sentir. A produção capitalista pôs fim a isso, através da economia monetária e da grande indústria. [...] em resumo, nosso pequeno camponês, como todo resto de um modo de produção já caduco, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário” (MARX e ENGELS, s/d., p.228, v. III).

<sup>98</sup> Com relação à particularidade da sociedade burguesa, vale mencionarmos as críticas que Marx faz a Proudhon, pois nela temos elementos que marcam a singularidade da modernização capitalista da agricultura por meio da industrialização e ainda ressalta as diferenças existentes com as sociedades pré-capitalistas. “Parece muito natural, por exemplo, que se comece pela renda territorial, a propriedade rural, porque se encontra ligada à terra, fonte de toda produção e vida, e à agricultura, primeira forma de produção em todas

Isso significa que a terra-natureza na sociedade capitalista deixa de ser uma “dádiva”, uma vez que ela se transforma em terra-capital ou reserva de valor, além do que o capital (re)cria a renda da terra<sup>99</sup> como uma das formas de rendimentos da sociedade burguesa (como expressão da mais-valia social);

c) com o desenvolvimento da “grande indústria<sup>100</sup>”, temos a principal transformação capitalista no campo, pois Marx explica que a indústria se estende à agricultura, criando aquilo que definiu como “agricultura moderna”. Ela marca, portanto, a principal revolução no campo, uma vez que concretizou a subsunção real da agricultura ao capital, fazendo com que a produção tornasse cada vez mais social e racionalizada, aumentando a produtividade do trabalho e a intensificação da exploração do solo. Com a agricultura moderna, modificou-se a maneira de se produzir no campo, haja vista que com a modernização das forças produtivas, o capital impõe um novo patamar de desenvolvimento científico, fazendo com que aqueles produtores que não aderirem à nova base técnica de produção, tende a ser eliminado pela concorrência capitalista;

d) para o autor, agricultura moderna por meio da maquinaria e das tecnologias no sistema de produção acentua o êxodo rural, visto que um dos resultados imediatos dessa nova base técnica no processo de produção é a eliminação de postos de trabalho no campo. Essa modernização capitalista das forças produtivas no campo impõe a intensificação do êxodo rural, o que também corrobora no aumento do contingente do exército

---

*as sociedades, por pouco solidificadas que se achem. E, contudo, nada mais falso do que isso. [...] Na sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda territorial. Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente. Não se compreende a renda territorial sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo” (MARX, 2008, p. 266-267).*

<sup>99</sup> Sobre a renda da terra, Marx explica: “... o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa específica de produção. Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (...) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico da produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importando se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas etc. Ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ao arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza” (MARX, 1985, p.125-126, I.III, t.2).

<sup>100</sup> O termo “grande indústria” é utilizado por Marx para explicar que com a máquina (ciência aplicada) no processo de produção temos o surgimento de uma nova base técnica da produção, cujo resultado imediato é a subsunção real do trabalho ao capital, portanto, a criação daquilo que denominou de modo de produção especificamente capitalista. Em outras palavras, a introdução da máquina no processo de produção significou uma revolução nas condições objetivas, pois com a nova virtuosa, o trabalhador tornou-se um apêndice dela, ou seja, não é mais o trabalhador que dá ritmo à produção, mas sim a máquina; além disso, a máquina aumenta a produtividade do trabalho, fazendo com que o tempo de trabalho socialmente necessário diminua e com isso aumente o tempo de trabalho excedente (produzir mais em menos tempo), criando a mais-valia relativa. A respeito disso, ver em Marx (1985b) e (1984b), sobretudo no capítulo XIII –“A maquinaria e a grande indústria”, do livro “O Capital”.

industrial de reserva, criando assim uma maior concorrência entre os trabalhadores, que tende, entre outras coisas, ao rebaixamento do salário.

e) outro ponto importante que Marx elucidou a respeito da transformação capitalista no campo refere-se ao processo de industrialização que tende à elevação da composição orgânica do capital, uma vez que o capital constante empregado na produção visa a ser superior ao capital variável, resultando no aumento da taxa de mais-valia<sup>101</sup>, porém com a queda na taxa de lucro<sup>102</sup>. Essa tendência da queda na taxa de lucro cria constantemente um cenário de crise econômica no campo, em que, muitas vezes, o grande capitalista rural (grande produtor) tende a destruir os capitais menores (pequeno produtor) no mercado. Empiricamente, uma das consequências dessa crise é a concentração fundiária, acompanhada geralmente pelo êxodo rural.

Esses foram alguns dos pontos que Marx problematiza e que nos permite entender as principais transformações capitalistas no campo. Mas ainda vale frisarmos que a base da principal mudança capitalista no campo se deu com a “grande indústria”, que modificou o modo de se produzir no meio rural, alterando as relações sociais de produção, de trabalho e a estrutura de classes no meio agrário. Em suma, ela significou a criação e/ou prolongamento do modo de produção especificamente capitalista no campo, criando aquilo que o autor denominou de agricultura moderna. Conforme explicou o autor,

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ele cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações

<sup>101</sup> Esclarece Marx: “A mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia, assim, em uma taxa decrescente de lucro, porque, com seu volume material, cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume do capital constante, e, com isso, o capital global.(...) Esse crescimento paulatino do capital constante, em relação ao capital variável, precisa ter, necessariamente, por resultado, uma queda gradual na taxa de lucro geral, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital” (1984, p.163 – livro III – t. 1). Mais adiante conclui: “As mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte do capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro” (1984, p. 168 – livro III – t.1).

<sup>102</sup> Questões relativas: a queda da taxa de lucro, aumento da composição orgânica do capital entre outras, podem ser estudadas em Marx, sobretudo, no livro “O Capital” (livro III e seção III), além do livro “Capítulo sexto inédito de O Capital”. Outros autores que ajudam também a entender a temática são: Belluzzo (1980); Mazzucchelli (1985) e Napoleoni (1981).

antiteticamente elaboradas. [...] Tanto na agricultura quanto na manufatura, a transformação capitalista no processo de produção aparece, ao mesmo tempo, como martirólógio dos produtores, o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomias individuais. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas cada vez maiores quebra, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim, como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empastamento da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1984, p.101-02, v.1, t.2).

Para Marx (1984), o capitalismo foi o responsável pela criação da agricultura moderna, sendo essa, portanto, subordinada e assentada em uma base técnica de cunho industrial, configurando assim a emergência do modo de produção especificamente capitalista no campo. É importante destacar, também, que esse processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo não acontece de forma homogênea e nem linear em todos os países ou localidades. Segundo Marx, o que existe é uma tendência do capitalismo em impor mudanças ao campo, mas o modo como ela se processará, certamente, depende das condições históricas, políticas e econômicas da localidade, ou melhor, da correlação de força entre as classes que estão em disputas naquele local.

Não distante da concepção de Marx sobre as transformações capitalistas do campo, temos, em 1898, as análises feitas por Kautsky<sup>103</sup>, no seu famoso livro “A questão agrária<sup>104</sup>”, no qual tratou de elucidar as consequências do desenvolvimento capitalista. No

<sup>103</sup> Estamos fazendo referência ao “primeiro” Kautsky, ou seja, não estamos trabalhando com a fase do “renegado Kautsky” (expressão atribuída por Lenin, após 1914), que muda de posicionamento político e teórico, assumindo concepções que se aproximam muito das teses dos populistas. Apesar dessa guinada do autor para o reformismo, isso não impede de admitirmos a importância de suas obras (antes de 1914), pois como esclareceu Lênin “reconhecemos que Kautsky soube ser um historiador marxista e esses trabalhos ficarão como herança inesquecível do proletariado, apesar da apostasia do autor” (Lênin apud Bandeira, 1980, p. 11).

<sup>104</sup> O autor Moniz Bandeira (1980, p.12), explica que o livro “A questão agrária” de Kautsky: “surgiu após violento debate travado no seio da social-democracia alemã, a respeito da posição que aquele partido deveria adotar diante dos camponeses. Os bávaros, dirigidos por Georg Von Vollmar, entendiam que os socialistas deveriam considerar os camponeses pobres como proletários e que não tendiam a desaparecer, esmagados pelo capitalismo. Kautsky, depois de investir contra essa política, atacou, veementemente, o informe do comitê agrário do partido, composto por Bebel, Liebknecht e Vollmar, mostrando que muitas

livro, o autor analisou questões como, por exemplo, o fim do campesinato e o surgimento da agricultura capitalista; a modernização da base técnica no campo com a industrialização e a racionalização; a tendência da grande propriedade (da grande produção) em eliminar a pequena propriedade (a pequena produção). Esses foram alguns pontos analisados por Kautsky no final do século XIX, que evidenciam os desdobramentos das transformações capitalistas no campo.

Também para Kautsky, a principal transformação capitalista se deu com o advento da agricultura moderna, que não somente passou a incorporar máquinas<sup>105</sup> no processo de produção, como também criava uma “urbanização” do campo, uma vez que intensificava a dependência de produtos provenientes da indústria. Destacava, ainda, que a modernização capitalista do campo implicava numa racionalização da produção, visando sempre aumentar a produtividade do trabalho e uso intensivo do solo com a industrialização, além de cortar custos com a eliminação de boa parte dos postos de trabalho. Portanto, elucidava que graças à modernização capitalista, os pequenos produtores estavam fadados ao desaparecimento, uma vez que não conseguiam se capitalizar para modernizar sua produção ou quando se aventuravam no crédito<sup>106</sup> para poder se modernizar, muitas vezes, acabavam endividados e não podendo honrar com seus compromissos, tendo que se sujeitar a vender seus meios de produção. Enfim, ele defendia a tese de que a modernização capitalista no campo, por meio da incorporação da ciência<sup>107</sup> no processo de produção, teve como principal

---

*propostas fortaleciam o Estado burguês, ao contrário de debilitá-lo, que era a tarefa dos socialistas. Seu ponto de vista prevaleceu”.*

<sup>105</sup> Kautsky (1980) ao analisar a introdução das máquinas no campo, citava os exemplos daquelas máquinas, que na época, revolucionava as atividades. Dentre elas, citava o debulhador, semeadeiras, os distribuidores de esterco, os depuradores de cereais, o arado a vapor e depois o elétrico, etc (ver a esse respeito das páginas 59 a 69).

<sup>106</sup> Elucidava Kautsky (1980, p. 122-123): “*ainda temos uma manifestação em que se evidencia a superioridade da grande sobre a pequena exploração: o crédito. [...] Outrora o endividamento do proprietário territorial decorria de um estado de crise. Era um estado anormal. No sistema capitalista, sempre que o proprietário territorial e o agricultor juridicamente se confundem numa única pessoa, ele resulta do processo mesmo da produção. O endividamento da propriedade fundiária é aqui um fenômeno inevitável. Mas ao mesmo tempo, a espécie que concretize se torna um fator essencial da produção agrícola. Isto é válido tanto para pequena como para a grande exploração. Mas na aquisição de crédito, a grande exploração conta com diversas vantagens*”.

<sup>107</sup> Destacava Kautsky (1980, p.73) “*Em algumas décadas a agricultura – a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho, que durante milhares de anos não realizara progressos sensíveis e permanecera às vezes séculos sem efetuar mesmo nenhum – tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna. Mas à medida que se transformava, deixava de ser um ofício, cuja rotina se transmite de pai a filhos, para tomar a amplitude de uma ciência, ou antes, um sistema de ciências, que diariamente alarga o campo de suas investigações e o horizonte de seus conhecimentos teóricos. O agricultor não familiarizado com esses conhecimentos, o prático puro, assiste impotente e perplexo às inovações. E, contudo, não pode persistir no método antigo, porque já se lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós*”.

tendência o desaparecimento<sup>108</sup> da pequena produção agrícola e o crescimento do trabalho assalariado no meio rural.

Outro autor que, também no final do século XIX, deu grandes contribuições para compreendermos melhor as transformações capitalistas no campo foi Lênin. Contemporâneo de Kautsky e mais tarde o seu principal crítico, Lênin, no seu famoso livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, publicado pela primeira vez em 1899, fez uma análise minuciosa do desenvolvimento capitalista naquele país, elucidando também os seus desdobramentos para o campo.

Nesse livro, em especial nos capítulos II, III e IV, Lênin lança luzes sobre questões que permitem um melhor entendimento da tendência do capital em transformar o campo à sua imagem e semelhança. No capítulo II, por exemplo, o autor explica o processo de desintegração<sup>109</sup> do campesinato russo a partir da penetração do capital no campo; em que ele, ao adentrar, tende a destruir as antigas relações sociais de produção e impondo a substituição de uma produção de subsistência para uma produção de mercadorias. Tais mudanças também implicam na composição de classes no campo, uma vez que a tendência foi de transformar os camponeses ricos em membros da burguesia agrária, enquanto o campesinato médio ou pobre estariam fadados ao trabalho assalariado.

Assim, no capítulo III, Lênin se dedicou a explicar as mudanças nas relações de trabalho, enfatizando que com o advento<sup>110</sup> do capitalismo no campo, o trabalho baseado na corvéia foi superado, fazendo com que o trabalho assalariado se tornasse a forma predominante nas relações de trabalho. Além disso, elucidou também que a introdução da máquina no campo revolucionou a agricultura, pois modernizou a sua base técnica de produção, tornando-a mais racionalizada e criando também o operariado rural.

Já no capítulo IV, o autor fez uma análise mais concreta das transformações capitalistas na agricultura russa, mostrando, por meio de dados, a rápida expansão da agricultura comercial nas diversas atividades agrícolas no país. Também nesse capítulo, na

---

<sup>108</sup> Esclarece Kautsky (1980, p.112): “*Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração*”. Prossegue mais adiante o autor (ibid., p. 133 -134): “*a alimentação sub-humana do pequeno camponês não constitui uma vantagem da pequena exploração, da mesma forma que o labor sobre-humano que ela reclama. Os dois fatos mostram que a pequena exploração é um fenômeno econômico do passado. [...] Mas a pequena exploração é mais lastimável quando não chega nem mesmo a nutrir seu próprio dono, que se vê obrigado a apelar para um trabalho acessório a fim de subsistir*”.

<sup>109</sup> Nesse capítulo Lênin faz uma análise minuciosa dos dados referentes ao campo, que permite defender a tese da desintegração do campesinato russo. Ver principalmente em Lênin (1982, p. 112 a 121).

<sup>110</sup> Explicitava Lênin (1982, p. 134): “*O capitalismo deve substituir o sistema de pagamento em trabalho com tanto mais vigor quanto mais se acentua o declínio da economia natural e do campesinato médio. [...] O desenvolvimento do trabalho assalariado puramente capitalista solapa as bases do sistema de pagamento em trabalho*”.

última seção, Lênin retoma algumas premissas de Marx a respeito da modernização das forças produtivas, elucidando a importância<sup>111</sup> da ciência no processo de produção, pois com ela o trabalho se torna cada vez mais social e racionalizado na agricultura, permitindo um avanço histórico, naquilo que confere às condições materiais.

Em linhas gerais, esses são os principais pontos analisados por Lênin, no que tange às mudanças na agricultura com o advento do capitalismo. Lembrando que, para o autor, a principal transformação capitalista do campo acontece em decorrência da utilização das máquinas no processo de produção, permitindo, então, o desenvolvimento das forças produtivas. Para Lênin (1982, p. 148-149), essas transformações são explicitadas da seguinte maneira:

O emprego sistemático de máquinas na agricultura elimina o camponês 'médio' patriarcal tão inexoravelmente como tear a vapor elimina o artesão que trabalha com a roca. Os resultados obtidos com o emprego de máquinas na agricultura evidenciam todas as características do progresso capitalista, com todas as contradições que lhe são inerentes [...] Se, até hoje, a agricultura esteve quase completamente marginalizada do processo de desenvolvimento social, graças às máquinas a produtividade do trabalho atinge um nível extremamente elevado. [...] Emprego de máquinas resultam a concentração da produção e a aplicação da cooperação capitalista na agricultura. De um lado, a introdução de máquinas implica ponderáveis capitais, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários; de outro, o investimento com as máquinas só se amortiza sob o imenso volume do produto manufaturado. Com as máquinas, a ampliação da produção torna-se uma necessidade. (...)

O emprego maciço de máquinas na agricultura implica a existência de um contingente de assalariados agrícolas. Nas regiões em que o capitalismo agrícola é mais desenvolvido, esse processo de introdução do trabalho assalariado, paralelamente à introdução de máquinas, cruza-se com outro processo, ou seja, com a substituição dos operários assalariados pela máquina.

Conforme elucidou Lênin, a utilização de máquinas na agricultura revolucionou o campo, uma vez que modernizou a sua base técnica, criando condições para o aumento da produtividade do trabalho e tornando a produção cada vez mais social. O autor ainda ressalta que essa modernização é de cunho capitalista, ou seja, tem um caráter contraditório, pois na medida em que torna a produção e o trabalho cada vez mais social, ela também, por outro lado, faz com que o produto social seja apropriado de forma privada, mostrando sua essência excludente. Essa transformação capitalista no campo, para Lênin, se

---

<sup>111</sup> Ver em Lênin (1982), sobretudo as páginas 209 a 211.

fez presente a partir da lei do valor, visando sempre a concentração e a centralização de capitais, as quais tendem a eliminar os pequenos produtores (camponeses).

Como elucidamos, a questão da transformação capitalista no campo não é algo recente na história, pelo contrário, os autores mencionados, já no final do século XIX, mostravam que a principal transformação se realizou fundamentalmente com a introdução de uma nova base técnica no processo de produção, sendo a máquina-capital (ciência aplicada) a responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas. E, como mencionado, ela mudaria a forma de se produzir no campo, modificando as relações de trabalho e a composição de classe no meio rural, e concretizando, ainda, a subordinação real do campo ao capital, fazendo emergir um modo de produção especificamente capitalista na agropecuária.

No caso específico do Brasil, a transformação capitalista da agropecuária tem algumas particularidades que diferem um “pouco” da realidade estudada pelos autores antes mencionados. Apesar de as realidades serem capitalistas, elas não se processaram do mesmo modo, visto que a nossa “revolução burguesa<sup>112</sup>”, como mostrou Florestan Fernandes, aconteceu de forma atrasada quando comparada aos países do continente europeu, e ainda era composta por uma herança de um pensamento político e social, de caráter autoritário e conservador, remontando resquícios de uma sociedade escravocrata e de uma economia dependente. Embora a revolução burguesa no Brasil tenha se balizado em práticas políticas e sociais de caráter conservador e autoritário, isso não impediu de ela promover uma

---

<sup>112</sup> *“Há uma tendência, bastante forte e generalizada, no sentido de negá-la, como se admiti-la implicasse pensar a história brasileira segundo esquemas repetitivos da história de outros povos, em particular da Europa moderna. A questão estaria mal colocada, de fato, se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de base monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. Portanto, ao se apelar para a noção de “Revolução Burguesa”, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder [...]”* (FERNANDES, 1976, p.20-21).

“aceleração histórica<sup>113</sup>” no desenvolvimento das forças produtivas, tanto na cidade como posteriormente no campo.

No caso do campo, as transformações capitalistas não se processaram de forma homogênea no Brasil, pois temos diversos estudos que, ao analisar o desenvolvimento da agropecuária brasileira, é nítida a tendência à modernização capitalista de sua base técnica de produção por meio da industrialização, porém, ela não se concretizou de forma igual e nem ao mesmo tempo em todas as regiões ou localidades do país.

Faremos, a partir de agora, uma explanação breve e sintetizada da essência daquilo que ficou conhecido como as “transformações capitalistas na agropecuária brasileira”, lembrando que não elucidaremos as singularidades de como cada região do país promoveu suas mudanças, haja vista que o objetivo é outro nesse momento. Mostraremos, então, o período que as principais transformações capitalistas se iniciaram no conjunto da agropecuária brasileira e quais foram seus desdobramentos e consequências para a estrutura social do campo. Para tanto, o primeiro ponto a ser destacado a respeito desse processo de mudanças que aconteceram no campo é a existência de uma infinidade de teses, dissertações e artigos que se dedicaram à temática. Evidentemente, nem todos os trabalhos partem de uma mesma perspectiva teórica, política e metodológica, e não temos também a pretensão de fazermos uma (re)constituição histórica do “pensamento” desses autores<sup>114</sup>, em que pese a importância deles. Acreditamos que, nesse momento, o importante é extrairmos a essência daquilo que os diversos autores estavam elucidando como consequências advindas das transformações capitalistas do campo.

As transformações capitalistas na agropecuária brasileira, no seu conjunto geral, iniciaram-se<sup>115</sup> no final da década de 1950 e se expandiram, sobretudo, em meados da

<sup>113</sup> Termo utilizado e desenvolvido por Florestan Fernandes (1976) para explicar que o capitalismo no Brasil desenvolve as forças produtivas em aproximadamente num período de 40 anos (1930 – 1970), tempo relativamente rápido, tendo em vista que a Europa demorou quase 150 anos para tal feito.

<sup>114</sup> Ver: Gnaccarini (1988 e outros textos sem data); Muller (1982a, 1982b e 1989); Bertero (1991 e 2000); Brant (1977); Lopes (1976 e outro sem data); Andrade (1979 e 1981); Guimarães (1979); Velho (1972 e 1980); Silva (1981 e 1982); Ianni (1977); Martins (1975); Sorj (1980); Singer (1979); Elias (2003).

<sup>115</sup> Para Bertero (2000, p. 109-110): “*Por desenvolvimento recente da agropecuária brasileira entendo o período que se inaugura entre o final dos anos 50 e o começo dos anos 60 e se estende aos dias atuais. Dois momentos caracterizam esse período. O primeiro deles vai de 1958-1959 a 1979-1980. É o momento da formação de uma nova base técnica, de origem industrial, e de um mercado de trabalho uniforme, possibilitando, em parte, pela generalização do assalariamento monetário e, em parte, pela simplificação do trabalho, decorrente do emprego da tecnologia de cunho químico-mecânica. É, pois, o momento da extensão ao meio rural das forças produtivas capitalistas e das suas correspondentes relações sociais. É, em suma, o momento da implantação no campo do modo de produção especificamente capitalista. Esse momento, por sua vez, compreende duas fases distintas. Uma compreendida entre os anos 1958-1959 e 1966, em que a modernização, por ser ainda localizada e tênue, é limitada, mas já denota um acentuado êxodo rural, com claros reflexos nas relações de trabalho. O colonato é praticamente extirpado da produção cafeeira. O mesmo acontece com o morador de condição ou cambão e o foreiro nordestino. Certamente contribuiu para*

década de 1960 com a participação efetiva do Estado. A principal mudança se caracterizou pelo surgimento de uma nova base técnica de produção capitalista, ou seja, no momento em que se introduziu a tecnologia (ciência aplicada) no processo de produção, adotando, por exemplo, máquinas, insumos e implementos de origem industrial, produtos químicos, pesquisas genéticas que modificam ou (re)criam sementes e raça de animais, inovações nos meios de comunicação e de transporte, criação e expansão de cursos e especializações voltadas para o aperfeiçoamento da utilização das tecnologias na agropecuária, etc. Em outras palavras, a transformação da base técnica de produção capitalista na agropecuária tornou-se um processo contínuo, que busca constantemente racionalizar o sistema de produção capitalista, visando sempre produzir mais em um tempo menor, aumentando a produtividade do trabalho e uso intensivo do solo, tendo por finalidade a valorização do capital.

A geógrafa Denise Elias (2003), por exemplo, explicou que as principais transformações da agropecuária ocorreram devido ao aperfeiçoamento e ao surgimento de novas tecnologias no processo de produção, por meio dos quais o campo se torna cada vez mais dependente da ciência-capital para poder produzir. Para ela (2003, p.60-61), esse processo significou:

Aplicação dos procedimentos e métodos científicos na realização da produção agropecuária, visando ao aumento de produtividade e à redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes avanços técnicos,(...) a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes. [...] O aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria lentamente. Instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses (...) A impossibilidade de controle do processo produtivo da agricultura, com uma estrutura extremamente dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, etc.), sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, porque o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho. Desse modo, um dos caminhos buscados pela pesquisa tecnológica voltada para o setor objetivou justamente

---

*isso a extensão da legislação trabalhista ao meio agrário [...] Sob esse aspecto, o Estatuto da Terra (1964) revogou o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) que, ao decretar a ilegalidade de tais formas de trabalho, vaticinou a extinção delas. Apesar disso, o Estatuto da Terra preconizava a modernização agrária. Tanto assim, que em 1965, portanto, um ano após a sua promulgação, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, cujo escopo era incentivar a referida modernização, o que realmente ocorre a partir de 1967, quando se rompe com a recessão advinda do início da década de 60. É aí, em 1967-1968, que se inicia a segunda fase mencionada, a qual chega até os dias de hoje. Marca essa fase a evasão rural que conduz a um progressivo decréscimo populacional, provocando mormente pela aplicação da nova tecnologia e pela substituição das linhas produtivas tradicionais por modernas, mais bem ajustadas às demandas da indústria e do mercado externo”.*

uma aproximação do seu processo produtivo com o funcionamento da indústria, parâmetro considerado ideal para obter maior crescimento e acumulação. Diante disso, uma das principais orientações da pesquisa tecnológica na agricultura teve como intuito a produção de insumos artificiais, fabricados em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, ter maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais (...) a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas condições necessárias à produção agrícola, cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria (...) inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para o setor desenvolveram uma gama de incontável de novos produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo, prevenir as doenças de plantas, combater as pragas de plantações, aumentar o rendimento por hectare, produzir no laboratório sementes mais produtivas; de construir máquinas para semear, cultivar, colher, irrigar o solo, e uma quantidade incomensurável de outras inovações, proporcionando maior rendimento por hectare.

Como explicou Elias (2003), aconteceu uma modernização da base técnica de produção na agropecuária, que se desenvolveu graças aos avanços tecnológicos (da ciência), que modificou a maneira de se produzir no campo, alterando não somente a produção, mas sim, todo o sistema de produção, que, no caso da agricultura, implica: na preparação do solo, no plantio, no cultivo, na colheita, no armazenamento e no transporte do produto. Ainda sobre a tecnologia, vale destacarmos que ela não é meramente uma inovação científica, ela se torna capital (constante) na sociedade burguesa, sendo desenvolvida com a finalidade de aumentar a produtividade do trabalho e da produção de mais-valia; criando, portanto, as condições para potencializar a reprodução ampliada do capital.

Em outras palavras, a transformação da base técnica de produção por meio da ciência (capital) criou as condições para emergir, na agropecuária brasileira, aquilo que Marx denominou como modo de produção especificamente capitalista, permitindo, portanto, a subordinação real da agropecuária ao capital. Essas transformações na agropecuária foram ao longo dos anos sendo denominadas por diversos termos como, por exemplo, “industrialização da agricultura<sup>116</sup>”, “complexo agroindustrial<sup>117</sup>”, “biotecnologias<sup>118</sup>”, “período técnico-

<sup>116</sup> Ver, por exemplo, em Guimarães (1979), Muller (1982a) Silva (1981 e 1982) entre outros.

<sup>117</sup> Muller (1989, p.148): “*complexo agroindustrial – designação dada às relações entre a indústria e agricultura (...). O CAI é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias*”.

<sup>118</sup> Para Graziano da Silva (1981, p.33) seria as inovações que: “*o homem interfere sobre as determinações das forças da natureza (...). Assim, uma variedade melhorada não é apenas uma planta ou animal capaz de gerar um maior volume de produção num menor espaço de tempo ou numa época distinta daquela outra encontrada na natureza. É muito mais do que isso: trata-se de seres ‘fabricados’ pelo capital, que reproduz artificialmente a própria natureza*”.

científico-informacional<sup>119</sup>”. Tais denominações sempre trazem em seu bojo uma (re)estruturação produtiva na agropecuária, pautada, na maioria das vezes, numa racionalização da produção, buscando aprimorar a base técnica e o processo de alienação do trabalhador rural à produção capitalista.

Ainda sobre as transformações no campo, precisamos destacar que ela teve início no final dos anos de 1950 e se estendeu para as décadas seguintes graças ao papel decisivo do Estado Burguês, que financiou sua modernização, por meio de vários mecanismos, como, por exemplo, as linhas de créditos, a regulação dos preços, programas de incentivos às culturas modernas, a criação de centro de pesquisa e de extensão rural, etc. Em outras palavras, a modernização da base técnica capitalista no campo foi promovida com recursos públicos do Estado<sup>120</sup>, favorecendo, sobretudo, o setor da indústria de bens de capitais que ganhou com a industrialização do campo. Para Geraldo Muller (1982b, p.84):

O Estado é o agente que possibilita a sustentação e a expansão da capitalização na agricultura que se industrializa. Neste sentido, ele converteu o capital social total que atua na agricultura em uma ‘espécie’ de capital geral, afetando o modo dos capitais existirem e se distribuírem no campo. O Estado, ao erigir-se em capitalista financeiro por excelência, manipulando fundos públicos que afetam diretamente a esfera produtiva do agro, faculta a expansão da dinâmica capitalista da agricultura. Vale dizer, o capital financeiro estatal – alterando o modo de distribuição destes e, por força, o modo de reprodução das riquezas patrimoniais. Em outros termos, e apelando para analogia com as grandes empresas, o Estado planifica a agricultura para o lucro, no interior da qual opera uma ‘taxa média de lucro’ que distribui os capitais privados e incide nas condições de reprodução das demais unidades agrícolas. Aqui o Estado não atua com uma massa de valores para garantir apenas a realização da mais-valia, mas, ao lançar mão da parcela da riqueza social e pública, visa à autovalorização do capital, do conjunto de seu capital e do de particulares, através de vários mecanismos de transferência, processo do qual resulta o controle da demanda efetiva. Na capacidade de mudança de forma do capital – capital social em capital geral – garantida pelo Estado e posta em prática pelas grandes organizações que

<sup>119</sup> Para Denise Elias (2003, p.36): “*também conhecido como Período Técnico-Científico-Informacional, todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial. As inovações já ocorridas nesse período afetaram todas as partes do planeta, reestruturando a produção e o território de todos os países. Enquanto outrora se tratava de mera internacionalização, hoje podemos falar de um processo mundial de produção e de tudo o mais que lhe dá sustentação: mundialização do mercado, do capital...*”.

<sup>120</sup> Elias (2003, p.65) explica do seguinte modo: “*O estado brasileiro funcionou como motor das mudanças mediante a criação de inúmeras medidas públicas para viabilizar a transformação da agricultura, especialmente a partir de meados da década de 1960. As esferas de regulação federal se tornam cada vez mais onipresentes no setor, atuando por meio de orientações econômicas gerais e estratégias de crescimento agrícola*”. Vale acrescentarmos que das várias medidas criadas pelo Estado que contribuíram para a modernização temos, por exemplo: a criação do Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural; criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que por meio do Banco do Brasil foi o maior financiador de crédito rural.

operam na agricultura e, nestas condições, na capacidade de acumulação de capitais e de riqueza patrimoniais na agricultura (...). Por conseguinte, a agricultura passa a ser entendida como um espaço da dinâmica do capital industrial e financeiro, visível no processo de industrialização do campo.

Conforme explicou Muller (1982b), o Estado atuou como uma ‘espécie’ de financiador da modernização capitalista da agricultura, criando mecanismos, por meio de créditos e outras medidas, que permitiram a realização da industrialização no campo. Essa atuação do Estado foi fundamental para que o capital industrial e financeiro ganhasse hegemonia no campo em detrimento do capital comercial. Nota-se, com isso, que a modernização da agropecuária brasileira aconteceu de forma conservadora, pois ela só se concretizou com amparo financeiro do Estado, sendo os recursos públicos investidos para privilegiar alguns setores privados da economia.

Para concluirmos, podemos dizer que as principais transformações capitalistas na agropecuária brasileira aconteceram por meio da modernização da base técnica de produção. Esta, por sua vez, destruiu o modelo tradicional de se produzir no campo, criando uma produção especificamente capitalista, que resultou em diversas mudanças na estrutura social e econômica do campo. Para melhor compreensão dessas transformações que ocorreram e ocorrem na agropecuária brasileira, segue um quadro comparativo do modelo tradicional de produção e o modelo de produção especificamente capitalista (ver o quadro 1).

**Quadro 1** - Tendências das transformações capitalistas da agropecuária brasileira

<b>Modelo Tradicional de Produção da Agropecuária Brasileira (terra e mão-de-obra):</b>	<b>Mudanças na agropecuária com a modernização da base técnica de produção capitalista:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigorou no conjunto da agropecuária de forma hegemônica até o final dos anos de 1950.</li> <li>• Período de uma subordinação formal da agropecuária ao capital comercial.</li> <li>• Uma agropecuária manufatureira operava fundamentalmente por ferramentas como, por exemplo, enxada, foice, rastelo, enxada, arado de tração animal, etc.</li> <li>• Pautado na dobradinha: terra e mão de obra em excesso.</li> <li>• Predomínio do uso extensivo da terra e culturas permanentes (destaque para a cafeicultura).</li> <li>• Presença de relações de trabalho não-assalariadas: colono, meeiro, parceiro, foreiro, etc. (lembrando que estavam formalmente subordinados ao capital).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No conjunto da agropecuária brasileira, o processo de modernização teve início no final dos anos de 1950 e se estende aos dias atuais.</li> <li>• Período de uma subordinação real da agropecuária ao capital (industrial e financeiro). Surgimento de um modo de produção especificamente capitalista no campo. Vale lembrar que existe uma tendência ao aumento da taxa de mais-valia e, em contrapartida, uma tendência da queda da taxa de lucro com a elevação da composição orgânica do capital (gerando crises no setor).</li> <li>• Uma agropecuária subordinada à “grande indústria”, ou seja, com uma base técnica industrial (criação também de um “complexo agroindustrial” - Ver: Muller</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenção do Estado por meio de linhas de créditos, regulamentação dos preços dos produtos agrícolas (como, por exemplo, as políticas feitas para o setor cafeeiro).</li> <li>• Estrutura agrária concentrada.</li> </ul>	<p>1982a e 1982b). Várias inovações tecnológicas no processo de produção, como, por exemplo: máquinas (tratores, plantadeiras e colheitadeiras mecânicas, implementos mecânicos, etc.), produtos químicos (fertilizantes, controle de pragas, etc.), inovações biotecnológicas e na área da genética, etc. (Observação: existe uma tendência à elevação do capital constante empregado em detrimento do capital variável).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tendência ao uso intensivo do solo e ampliação de culturas temporárias (intensificação da racionalização).</li> <li>• Tendência ao aumento de trabalhadores assalariados (crescente proletarização) e temporários. Lembrando que o capitalismo (re)cria também formas de trabalho não-assalariadas no campo.</li> <li>• O Estado como o principal financiador para que o campo modernizasse sua base técnica (industrialização).</li> <li>• Estrutura Agrária concentrada e intensificação do êxodo rural e da urbanização do campo.</li> </ul>
--	---

Conforme elucidamos ao longo dessa seção, as transformações capitalistas na agropecuária tende a modificar o modo de se produzir no campo com a introdução da tecnologia (ciência aplicada) no processo de produção, alterando as relações de trabalho e a estrutura sócio-econômica do campo. Isso significa que o resultado desse movimento foi a subordinação real da agropecuária ao capital, fazendo emergir um modo de produção especificamente capitalista no campo.

E, por último, terminamos essa artigo com as observações feitas por Muller (1982a, p.49), as quais sintetizam o cerne dessas transformações capitalistas no campo, com as seguintes palavras:

Vale dizer que para se produzir na agricultura não basta mais ser apenas proprietário de terras, em que pese serem estas um dos pressupostos da produção; ocorre que no movimento de reposição da produção agrícola deve-se levar em conta um certo montante de bens de capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque. Neste sentido, o trabalho agrícola subsume no capital num contexto marcado pela industrialização crescente na agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. Lenin, Kautsky e a questão Agrária. In: KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980. p. 11-13.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. A transfiguração crítica. **Estudos Cebrap 24**, São Paulo, n. 24, p.1-39, s./d. Disponível em: <[www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca\\_virtual/a\\_transfiguracao\\_critica.pdf](http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_transfiguracao_critica.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- BERTERO, José Flavio. Sobre a questão agrária. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.109-122, jan./jun. 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobre a reforma agrária e MST. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, n. 1, p.163-183, set. 2006. Disponível em: <[www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedioao/lr163-183.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedioao/lr163-183.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2008.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.
- FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado**: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 7).
- \_\_\_\_\_. **Agricultura e capitalismo: as formas de produção diferenciadas**. (mimeografado), 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os Economistas).
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio à empresa**: unidade e diversidade do capitalismo no campo. 2. ed. Petrópolis: vozes; São Paulo: Cebrap, 1986.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. I.1, t.1. (Coleção: Os Economistas).
- \_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. I.I, t.2. (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. I.II, t.1 . (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. I.III, t.1 . (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. I.III, t.2 . (Coleção: Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital.** São Paulo: Moraes, 1985b.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, v. 3, s./d.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo:** o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população:** estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política.** São Paulo, 2(2):47-77, abr./jun. de 1982a. Disponível em: <[www.rep.org.br/pdf/06-2.pdf](http://www.rep.org.br/pdf/06-2.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos econômicos,** São Paulo, v. 12, n. 2, p. 81-94, ago. 1982b.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições o capítulo VI (inédito) de Marx.** São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

## APÊNDICE C

### **A intervenção do Estado no ciclo capitalista do leite: de 1945 a 1990**

*André José Sanaiotti Grade Ferro*

Neste esboço, analisamos o desenvolvimento do *ciclo capitalista do leite* (CCL) entre o período de 1945 a 1990. A escolha por esse período se justifica pelo fato de o Estado intervir diretamente no CCL, através da criação da política de tabelamento do leite, que se iniciou em 1945 e terminou em 1990, durante o governo Collor. Para compreender o período em questão, é preciso fazer uma síntese do processo histórico, elucidando as principais relações entre o Estado, o capital (industrial e financeiro) e os pequenos produtores de leite.

Vários estudos mostraram que a política de tabelamento do preço do leite esteve, de certo modo, vinculada ao processo de industrialização e de urbanização que se iniciou no país a partir da década de 1930. Fleury (1983), por exemplo, elucidou em seu trabalho que a industrialização e a urbanização, durante a década de 1930, foram responsáveis pelo crescimento populacional nos principais centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.) do país. Segundo a autora, esse crescimento desordenado das cidades acompanhado pelo aumento da população urbana resultou naquilo que ficou conhecido como *crise de abastecimento do leite*. Nas palavras de Fleury (1983, p. 55):

Até as primeiras décadas do século XX, o abastecimento de leite era feito por produtores leiteiros cujas chácaras e granjas se localizavam em torno das cidades. A distribuição era realizada pelo próprio produtor, que vendia seu leite em casa, ou por comerciantes locais. Com o aumento, porém, da população nos principais centros urbanos e consequente expansão dos loteamentos e construções residenciais, as chácaras e granjas foram sendo afastadas para longe do centro da cidade, e o leite, para atender à demanda crescente, tinha que ser trazido de localidades cada vez mais distantes. O leite era então enviado em latões pelas ferrovias e não raro chegava ao destino com alto teor de acidez ou mesmo já deteriorado. Essa situação só tendia a se agravar com o desenvolvimento urbano industrial.

Como explicou Fleury (1983), muitas das tradicionais granjas de leite que ficavam ao entorno dos centros urbanos foram ocupadas pelo processo de urbanização, sendo praticamente obrigadas a migrarem para regiões mais distantes, em busca de terras mais baratas para o desenvolvimento da bovinocultura leiteira. Evidentemente que o

desaparecimento ou a migração das granjas leiteiras ocasionou uma crise de abastecimento do produto, uma vez que os principais centros urbanos do país passavam a depender do leite produzido em regiões cada vez mais distantes.

Em outras palavras, quando existe a escassez do produto (da mercadoria) no mercado, a tendência é que prevaleça a chamada lei “da oferta e da procura”, ou seja, quando a demanda (procura) pelo produto é maior que a oferta, a tendência é que o preço da mercadoria aumente. Percebe-se, então, que a crise de abastecimento do leite, isto é, a falta do produto no mercado fez com que o preço do leite subisse. Para tentar resolver esse impasse do aumento de preço dos produtos alimentícios, o governo de Getúlio Vargas passou a controlar (a tabelar) o valor (preço) dos principais alimentos que compunham a cesta básica do trabalhador, dentre eles, o leite. Sobre o controle dos preços, a economista Farina (1983, p. 75) explica que:

A história da intervenção do Governo no mercado brasileiro de leite tem seu início no ano de 1945. Nesta época, o Governo Federal exercia rigoroso controle dos preços de um conjunto de produtos, classificados como de primeira necessidade, incluindo arroz, feijão, açúcar, carne e leite. **O objetivo de tal controle era o de proteger os consumidores, especialmente dos grandes centros urbanos, contra preços considerados excessivamente altos.**

Foi também em 1945, que pela primeira vez, se **estabeleceu um preço mínimo para o produtor por litro de leite entregue na plataforma da usina regional, ou indústria** (grifos meu).

Nota-se, então, que o preço do leite passou a ser controlado ou determinado pelo Estado a partir de 1945. Segundo Farina (1983) e Meireles (2000), o controle do preço do leite acontecia através da política de tabelamento, ou seja, o Estado decretava qual era o valor mínimo que as indústrias de laticínios poderiam pagar ao produtor rural. Evidentemente que essas empresas não pagavam pelo litro do leite, além do valor mínimo estipulado pelo governo federal. Vale destacar que essa intervenção ia além da relação produtor rural e laticínios, pois o governo também fixava qual era o preço do leite que o comércio varejista (padarias, mercearias, etc.) deveria repassar ao consumidor.

Ainda com relação ao controle do preço do leite, é preciso destacar que a política de tabelamento ficava restrita apenas ao leite do tipo C, ou seja, os leites dos tipos A e B e os derivados do leite não tinham seus preços controlados ou tabelados pelo Estado, portanto, estavam livres do controle do governo. Como elucidaram Farina (1983) e Fleury (1983), o Estado justificou o controle do preço do leite C com o argumento de que esse tipo de produto era o mais produzido no Brasil e o mais consumido pela população de baixa renda,

além do que ele era produzido quase que exclusivamente por pequenos produtores, haja vista que requer menos investimentos em tecnologia para a sua produção. Daí o motivo, segundo o governo, de controlar o preço apenas do leite C.

Em síntese, podemos dizer que o Estado utilizava os seguintes argumentos para justificar o controle do preço do leite C: 1º) proteger o consumidor dos preços abusivos praticados pelo mercado e 2º) ao decretar o preço mínimo que o laticínio deveria pagar ao produtor pelo litro do leite, o Estado estaria protegendo o mesmo pelos preços baixos praticados pelos laticínios. Observa-se, então, que o discurso do Estado aparentemente tinha como proposta defender os interesses dos consumidores e dos pequenos produtores de leite. Entretanto, os estudos sobre o período em questão mostraram que a política de tabelamento do leite acabou sendo uma falácia por parte do Estado, visto que, ao invés de atender os interesses dos consumidores e dos pequenos produtores, acabou favorecendo o desenvolvimento das grandes indústrias de laticínios (empresas oligopolistas, como a Nestlé, Parmalat, Danone, Batavo, etc.).

Em outras palavras, as grandes indústrias de laticínios foram beneficiadas com o controle do preço do leite C da seguinte maneira: elas compravam o leite C pelo preço mínimo fixado pelo Estado e desviavam o leite fluído para a fabricação de produtos industrializados, que não eram tabelados pelo governo, como, por exemplo, para produção de leite em pó, manteiga, iogurte, requeijão, sorvetes, etc. Percebe-se, então, que ao invés de elas pasteurizarem o leite C e revender para os consumidores, as empresas preferiam fabricar derivados, uma vez que essas mercadorias não tinham seus preços controlados e proporcionavam uma margem de lucro maior. Como explicitou Farina (1983, p.15) em sua pesquisa, a prática das empresas de desviarem o leite C para fabricação de derivados era às vezes denunciada pelos grandes jornais de circulação nacional.

Em 21 de fevereiro de 1962 o *Estado de São Paulo* publicou matéria contra o tabelamento do leite para o consumo em espécie, condenando a ação da COFAP [Comissão Federal de Abastecimentos e Preços] que tabela (...) ‘os preços do leite pasteurizado, deixando livres os preços dos derivados do leite, tais como leite em pó, queijos, requeijões, coalhadas, manteiga, etc.’ **Este procedimento é definido como nocivo porque (...) estimulará o desvio do produto para industrialização em detrimento da população.** Dir-se-á amanhã que o leite *in natura* está sendo sonogado; e isso, evidentemente, quando terá sido apenas desviado para produtos liberados, em decorrência de um tabelamento unilateral.

[...] Em 11 de novembro de 1979, lia-se, n’*O Estado de São Paulo*, a seguinte declaração do então diretor-secretário da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo: ‘ O governo também controla rigorosamente, a nível de indústria os preços do leite C pasteurizado (...). **Por isso, os**

**industriais preferem usar a matéria-prima para a fabricação de leite em pó, iogurtes, queijo, manteiga e gelificados e assim ficam a margem do controle oficial dos preços** (Farina, 1983, p. 15 – grifos meu).

Como se viu, o controle do preço do leite C não prejudicava as grandes indústrias de laticínios, muito pelo contrário, elas se beneficiavam com essa situação, uma vez que a margem de lucro aumentava ao desviar o leite fluído para fabricação de derivados industrializados. Além desse ponto, é preciso deixar claro que a política de tabelamento do leite C prejudicava os pequenos laticínios, os consumidores e os pequenos produtores de leite; ela favorecia somente os interesses das grandes indústrias lácteas (Meireles, 2000 e 2004; Gomes, 2000).

No caso dos pequenos laticínios, que geralmente não tinham capitais suficientes para investir na modernização da produção, como, por exemplo, na aquisição de máquinas para a fabricação de derivados industrializados, acabavam sendo prejudicados pela política de tabelamento do leite, visto que o seu principal produto – o leite pasteurizado e embalado em saquinho - tinha o preço controlado pelo Estado. Isso significa dizer que essas pequenas empresas, quando não conseguiam diversificar a sua produção através da fabricação de derivados, acabavam ficando “reféns” do controle do Estado, pois o governo interferia nas margens de lucros das mesmas, quando estipulava qual era o preço do leite C. Segundo Farina (1983), essa intervenção do Estado fez com que muitos pequenos laticínios entrassem em crise econômica, daí eles passavam a ser adquiridos<sup>121</sup> pelas grandes indústrias transformadoras de leite. Nota-se, então, que a intervenção do Estado (via tabelamento do preço do leite), de certo modo, contribuiu para que as grandes indústrias tivessem o domínio do mercado, pois ao adquirir os laticínios, temos configurado um movimento de *concentração e centralização*<sup>122</sup> de capitais (a vigência da lei do valor).

Já com relação aos consumidores, vários estudos mostraram que a política de controle do preço do leite C não resolveu os problemas enfrentados por eles, sobretudo, a população de baixa renda, visto que a crise de abastecimento do produto ainda persistiu durante os anos de tabelamento, e os derivados do leite continuavam sendo comercializados a

---

<sup>121</sup> Farina (1983, p. 55): “As empresas que desejam penetrar no mercado utilizavam, via de regra, a estratégia de comprar empresas tradicionais da região que já contam com fornecedores. Este foi o caso do grupo Chamas, que adquiriu a Companhia União em 1974; da Nestlé que entrou no mercado brasileiro em 1921, comprando a Companhia de Laticínios Araraense; da Danone em 1970 associando-se e posteriormente adquirindo o controle acionário da Poços de Caldas; da Parmalat associando-se à Laticínios Mococa em 1973, e depois do desligamento destas duas empresas, a primeira comprou outro grupo mineiro da Anderson Clayton que entrou no setor de lácteos comprando o grupo Norremesse (queijos Dana e Luna); e, da Borgrain Gerard, adquirindo o controle da Polenghi em 1975.”

<sup>122</sup> Sobre o movimento de concentração e centralização de capitais, ver em: Belluzzo (1980) e Mazzucchelli (1985).

preços exorbitantes para os consumidores. Sobre essa questão, Meireles (2000) explicou que o controle do preço do leite C não atendia os interesses dos consumidores, pois, como vimos, o leite fluído era desviado nas grandes indústrias lácteas para a fabricação de derivados<sup>123</sup>, o que provocava a falta do produto no mercado (intensificando a denominada crise de abastecimento). Já Farina (1983) explicou que se a política de tabelamento fosse para atender realmente os interesses dos consumidores, o governo teria que tabelar não apenas o preço do leite C, mas de todos os produtos lácteos (manteiga, iogurtes, requeijão, etc.). A autora destacou em seu trabalho que a população de baixa renda não conseguia comprar (consumir) os derivados do leite, pois os preços não eram compatíveis com a renda da maioria dos trabalhadores. Por isso, Farina defendeu em seu trabalho que o controle do preço deveria ser ampliado para todos os produtos lácteos, pois assim a grande maioria da população poderia ter acesso aos derivados do leite.

Diante do que foi apresentado, é preciso destacar que o argumento utilizado pelo Estado para justificar o controle do preço do leite, no que se refere ao consumidor, era contraditório, para não dizer que era falso. Conforme já citado, o tabelamento do leite C, ao invés de favorecer o consumidor, tinha por finalidade atender os interesses das grandes indústrias lácteas (de grupos como a Nestlé, Parmalat, Danone, entre outras). Vale ainda frisar que na medida em que as grandes empresas lácteas passaram a ter quase que exclusivamente o monopólio<sup>124</sup> do mercado de leite, elas acabam determinando os preços dos produtos, fazendo com que os consumidores fiquem subordinados aos seus ditames (Coradini e Fredericq, 2009).

O outro setor prejudicado pela política de tabelamento era o pequeno produtor de leite, visto que o preço mínimo do produto, que era decretado pelo Estado, na maioria das vezes, estava abaixo da inflação da época e não cobria nem os custos de produção, o que desestimulava a maior parte dos produtores a investirem na modernização da produção de leite (Meireles, 2000; Coradini e Fredericq, 2009; Fredericq, 1980 e Gomes, 2000). Vale acrescentar que não era interessante para grandes indústrias processadoras do leite que o governo colocasse fim ao tabelamento, como explicou Fredericq (1980, p.30):

---

<sup>123</sup> Farina (1983) destacou em seu trabalho uma fala do presidente da Nestlé, em que ficou explícito que as indústrias não estavam preocupadas com os consumidores de baixa renda, pois o que interessava era produzir mercadorias (derivados) que sejam mais rentáveis para a valorização do capital. Como elucidou Farina (1983, p. 57): “Nas palavras do diretor comercial da Nestlé, em 1979, a empresa *‘quer produzir para quem tem dinheiro’*, então justifica-se o objetivo de dar prioridade um processo de diversificação”.

<sup>124</sup> Farina (1983, p. 48) explicitou em seu trabalho que no ano de 1979 os 15 maiores grupos ligados ao setor do leite tinha o domínio de 83% do mercado do leite. Vale frisar que o domínio do mercado por grupos oligopolistas continuam valendo para os dias atuais, só para exemplificar, no ano de 2008, os 14 maiores laticínios no Brasil foram responsáveis por processar 48% da produção de leite inspecionado no país.

Esse controle governamental, que impõe aos produtores preços mais baixos que o valor de seu produto, permite uma importante transferência de excedentes para a posterior industrialização. A isso se soma ainda o fato de que o preço mínimo oficial do leite cru comprado pelas firmas de transformação é ligeiramente mais baixo que o pago pelas pasteurizadoras. As transformadoras captam, assim, o excedente gerado no setor agropecuário e fixam livremente o preço dos produtos que colocam no mercado, ou seja, sem que estes sejam estritamente limitados por um controle oficial. (...) Essa tendência ainda se encontra reforçada pela posição de monopólio e, em muitos casos, de quase monopólio das empresas transformadoras, fato que já seria suficiente para garantir-lhes taxas de lucro superior às taxas médias. A partir desses dois fenômenos chega-se a situações como a da CHAMBOURCY, por exemplo, subsidiária da NESTLÉ e especializada na produção de iogurtes, que trabalhou em 1976 com uma rentabilidade declarada de quase 60%. Neste caso, aparece claramente a importância da pequena produção agrícola vinculada à agroindústria: a NESTLÉ não teria nenhum interesse em assumir ela mesma a produção leiteira através, por exemplo, fazendas próprias, porque poderia mais usufruir desse rebaixamento oficial dos custos de sua principal matéria-prima.

Como explicou Fredericq (1980), o tabelamento do leite favoreceu as grandes indústrias processadoras, pois elas adquiriam a matéria-prima (leite) abaixo do valor real, o que proporcionava grandes margens de lucros com a fabricação de derivados. Nota-se, então, que as próprias empresas de laticínios, como a NESTLÉ, não investiam capitais na aquisição ou no desenvolvimento de fazendas leiteiras, pois produzir leite do tipo “C”, na época, seria uma irracionalidade para empresa, visto que poderiam adquirir a matéria-prima a preços abaixo do custo de produção. Nesse caso, as empresas repassam as irracionalidades<sup>125</sup> da produção a terceiros, que, no caso em questão, ficava a cargo dos pequenos produtores de leite. Além disso, é preciso observar, também, como destacou Fredericq (1980), que o produtor, na maioria das vezes, é praticamente obrigado a vender o produto do seu trabalho (o leite) para essas poucas empresas que têm o domínio do mercado, o que intensifica o processo de subordinação.

Além da política de tabelamento, Fredericq (1980) explicitou em seu artigo que o Estado (governo Vargas), em 1952, regulamentou a lei nº 1283, que deu origem ao Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (**RIISPOA**), cujas finalidades eram de fiscalizar a produção dos alimentos industrializados de origem animal (leite e derivados, carne, mel, etc.) e de estimular o processo de modernização das indústrias alimentícias. Sobre esse assunto, Fredericq (1980) elucidou que, no caso específico

---

<sup>125</sup> Ver em: FERGUS, M. **Descentralização da Produção: o declínio do trabalhador coletivo de massa**. Araraquara. FCL-UNESP-Ar. s/d. mimeo.

do leite e de seus derivados, o RIISPOA juntamente com o Serviço de Inspeção Federal<sup>126</sup> (S.I.F.) tinha por finalidade dificultar a comercialização informal desses produtos, ou seja, o objetivo era combater o chamado “leite de rua”, forçando os produtores a comercializarem (a fornecer) os seus produtos para as indústrias lácteas. Nota-se, então, que o RIISPOA<sup>127</sup> contribuiu para o processo de subordinação dos produtores de leite às indústrias de laticínios, pois estes não poderiam mais comercializar os seus produtos livremente nas ruas, teriam que comercializá-los diretamente com as indústrias processadoras. Assim, o RIISPOA e a S.I.F são mecanismos criados pelo Estado que contribuíram para intensificar o processo de subordinação do produtor rural (da produção agropecuária) às indústrias processadoras (laticínios, frigoríficos, etc.).

Vale ainda destacar que embora exista um aparato jurídico (legislação) que prevê a proibição do mercado informal do leite, isso não quer dizer que na prática esse tipo de comercialização tenha desaparecido, muito pelo contrário, a informalidade (o “leite de rua”) ainda persistia no país. Só para exemplificar essa questão, dados do IBGE de 2000 revelaram que 32% da produção nacional do leite era destinada ao mercado informal (MILKPOINT, 2011). Sobre a informalidade, é importante esclarecer que muitos produtores, sobretudo os pequenos, fazem valer desse tipo de comércio – do “leite de rua” - como forma de aumentar a renda, pois, sem a mediação da indústria, o produtor tende a ganhar mais com a venda direta do leite para o consumidor.

Ainda com relação à política de tabelamento do leite, estudos feitos por Meireles (2000 e 2004), Gomes (2000), Farina (1983), Moricochi (1973) e Fredericq (1980) revelaram que o Estado, ao controlar o preço do leite e dar prioridade aos interesses das grandes indústrias lácteas, acabou contribuindo para que a bovinocultura leiteira no Brasil fosse caracterizada, de maneira geral, por uma produção de caráter tradicional, com técnicas rudimentares, composta por um rebanho não-especializado, desenvolvida por pequenos produtores descapitalizados, que faziam uso do trabalho familiar. Sobre esse assunto, Farina (1983, p.68) destacou que:

---

<sup>126</sup> É importante observar que o Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.) surge em 1915, portanto, antes do RIISPOA. No entanto, o RIISPOA, ao entrar em vigor em 1952, diz que os produtos industrializados de origem animal que atenderem os critérios sanitários do regulamento terão o selo S.I.F. para serem comercializados.

<sup>127</sup> Vale destacar que RIISPOA funcionou por quase 50 anos sem sofrer grandes alterações em seu texto. Ver em: Meireles, 2000.

Os estudos que se dedicaram ao problema da produção definem o quadro tecnológico de nossa pecuária leiteira exatamente pela não-especialização e pelo sistema de produção tipicamente extrativo. Mesmo nas áreas tradicionais de pecuária leiteira, apenas em algumas bacias específicas dentro de cada Estado observa-se melhor manejo e tratamento do rebanho, utilizando-se silagem e capineiras para suplementação alimentar, instalações adequadas e bom tratamento das pastagens. Este perfil da atividade leiteira repousa sobre uma estrutura de mercado, onde predominam as pequenas explorações (menos de 100 litros/dia) que utilizam fundamentalmente mão-de-obra familiar.

No Estado de São Paulo, cerca de 86% dos produtores produziam menos de 100 litros/dia, e eram responsáveis por 60% da produção do estado, em 1979. (...) Para o Rio Grande do Sul, 95,5% dos produtores produziam menos de 100 litros/dia, respondendo por 67,8% da produção do estado, enquanto para Minas Gerais aquela porcentagem é de 85%. Dos 26.648 fornecedores da Nestlé, em 1980, 51,2% entregavam até 50 litros/dia, elevando-se para 77,7% quando consideramos o teto de 100 litros/dia. Vale lembrar que área de coleta desta empresa estende-se por São Paulo, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

O problema destes produtores reside na precariedade do sistema produtivo, principalmente no que diz respeito à higiene, qualidade do rebanho e trato das pastagens. (...) Os dados do censo mostram que 69% dos estabelecimentos classificados como pecuária não contrata qualquer espécie de empregados, o que indica que essa exploração tem como base, fundamentalmente, trabalho familiar. Dentre os estabelecimentos que contratam força de trabalho, esta se destina em sua maior parte a 'outros serviços'.

Como se viu, a pecuária leiteira no Brasil, durante o período da política de tabelamento do leite (1945-1990), era caracterizada fundamentalmente<sup>128</sup> por uma produção tradicional (não especializada), atrasada tecnologicamente<sup>129</sup>, dependente quase que exclusivamente do leite produzido por pequenos produtores. Para Meireles (2000 e 2004) e Gomes (2000), a permanência da pecuária leiteira tradicional no país, até final o final da década de 1980, explica-se graças à política de tabelamento do preço do leite; pois, como eles argumentaram em seus respectivos trabalhos, não era interessante ou economicamente viável investir capitais na modernização da produção de leite C, visto que o preço do produto era controlado pelo Estado. Conforme argumentaram esses autores, a pecuária leiteira no Brasil

<sup>128</sup> Vale destacar conforme explicitaram Meireles (2000 e 2004) e Gomes (2000) que durante o período da política de tabelamento, os investimentos feitos na modernização da pecuária leiteira - aquisição de rebanhos com raças especializadas, ordenhadeira mecânica, tanque de refrigeração, sistema de confinamento, etc. -, só aconteciam nos segmentos da produção de leite dos tipos A e B; visto que os mesmos não tinham seus preços controlados pelo Estado. É importante também frisar que os leites A e/ou B são produzidos em larga escala, com altos investimentos em tecnologia, ou seja, eram poucos os produtores que tinham capitais para investir nesse tipo de produção.

<sup>129</sup> "De maneira geral, a atividade leiteira no Brasil caracteriza-se pela baixa produtividade: cerca de 2 litros/dia por vaca ordenhada. Para se ter uma idéia do que isto representa em termos internacionais, na França e Nova Zelândia a produção diária por vaca é de cerca de 8,5 litros, e para os Estados Unidos 14 litros, de acordo com dados da FAO para 1978" (Farina, 1983, p.65-66).

só começou a se modernizar, de fato, com o fim da intervenção do Estado no controle do preço do leite, pois, a partir de 1991, com liberalização dos preços, aumentou-se a competição entre os produtores, forçando a modernização da produção graças à concorrência.

Retomando ainda o período de tabelamento, é preciso destacar que pesquisas feitas na época revelaram que a produção de leite em pequena escala, vivenciada pela maioria dos produtores, era praticamente inviável economicamente. Só para exemplificar o drama vivido pelos pequenos produtores, o estudo publicado por Moricochi<sup>130</sup> (1973) sobre a situação da pecuária leiteira no Estado de São Paulo revelou que, em 1972, os estabelecimentos rurais que trabalhavam somente com o segmento do leite tinham de ter uma produção acima de 300 litros/dia para ser um empreendimento rentável. Segundo Moricochi (1973), os estabelecimentos rurais com produção abaixo de 300 litros/dia só conseguiam sobreviver economicamente no campo, caso explorassem a bovinocultura leiteira juntamente com pecuária de corte, e ainda fizessem o uso do trabalho familiar (Moricochi, 1973, p.32).

Como se viu, durante a política de tabelamento do preço do leite, o pequeno produtor de leite vivia em uma verdadeira encruzilhada, visto que, de um lado, para continuar sobrevivendo no campo, era preciso aumentar a produção (a produtividade), mas para isso se efetivar era preciso antes modernizar a produção de leite - adotando técnicas racionalizadas, industrializando (mecanizando) a bovinocultura leiteira -, o que obviamente essas mudanças para se concretizarem dependiam de um certo montante de capitais (de crédito), coisa que o pequeno produtor, geralmente, não tinha. Por outro lado, mesmo aqueles que poderiam ter acesso ao crédito para modernizar a produção de leite, não se arriscavam em contrai-lo, visto que tinham receios do endividamento e de perder suas terras que, geralmente, eram oferecidas como penhora, e principalmente porque a produção do leite **C não** era sinônimo garantido de lucro, uma vez que o Estado, ao controlar o preço do produto, reprimia a margem de lucro do produtor, intensificando aquilo que Alberto Passos Guimarães (1979) definiu como “a crise agrária crônica<sup>131</sup>”.

---

<sup>130</sup> Sobre o estudo de Moricochi (1973), destacou Farina (1983, p.16): “Para o Estado de São Paulo, o trabalho mais abrangente e completo sobre a produção de leite e sua avaliação econômica ainda é o Moricochi, com informações de 1972. Este estudo ganhou relevo especial por ter sido a base para o estabelecimento de uma fórmula de ajuste para o preço do leite, utilizada pelo governo a partir de 1975”.

<sup>131</sup> “Uma vez cerceada em sua possibilidade de fixar livremente os preços dos seus produtos, já que eles tenderiam, cada vez mais, a escapar das leis do mercado, para girar na órbita dos preços políticos, a agricultura se colocara ante um dilema: ou contentar-se com uma parte cada vez menor do produto suplementar obtido na produção ou esforçar-se por aumentar a qualquer custo seus níveis de produtividade. Nem uma nem outra dessas duas opções – como a experiência dos anos que se seguiram veio comprovar – foi suficiente para superar as dificuldades que, com a crise agrária permanente, se tornaram características intrínsecas da atividade agropecuária: a queda de sua lucratividade e sua crescente dependência aos Estados industriais. Todas essas circunstâncias tornaram a agricultura, como regra, uma atividade incapaz de

Sobre esse processo, Fredericq (1980, p.18) explicou na época que:

Os preços agrícolas seguem uma tendência decrescente quando comparados aos preços industriais: não são reajustados com a mesma amplitude. Os preços dos produtos agropecuários são preços políticos, destinados a garantir o processo de acumulação industrial, através de pressão sobre o salário do operariado urbano. São, pois, pouco compensadores para os produtores e não equivalem aos custos da produção, em alta crescente.

O aumento rápido dos custos, que agricultura não consegue transferir aos consumidores, provoca, uma queda em sua lucratividade. Por sua vez, os produtores tentam equilibrar essa queda através de um aumento da produtividade agrícola, novas injeções de capital e aplicação de tecnologia moderna. Os custos de produção por hectare sobem e, por conseguinte, o preço da terra agrícola também: é necessário fornecer crédito aos agricultores, para que continuem produzindo. O processo que descrevemos acima tem sua origem no valor decrescente dos produtos agrícolas em relação aos industriais: cada aumento de produtividade na agricultura inclui um aumento correspondente em seus custos de produção, que nunca chega a ser compensado com lucratividade equivalente. O resultado desse círculo vicioso é o endividamento crônico dos produtores rurais e a necessidade de intervenção do Estado para conservar um certo equilíbrio (crédito rural, garantia de preços mínimos e até intervenções na produção).

Como se viu, Fredericq (1980) explicou que os preços dos produtos agropecuários eram preços políticos, que ao serem controlado pelo Estado tinham por objetivo garantir o processo de acumulação do capital industrial. Para o pequeno produtor, restava como alternativa aumentar a produção (a produtividade) por meio do processo de modernização (da tecnologia), entretanto, esse aumento da produtividade era acompanhado com aumento dos custos de produção, visto que o preço dos produtos agrícolas eram discrepantes dos produtos industriais (por exemplo, insumos industrializados) o que provocava uma crise crônica, pois a taxa de lucro era comprimida, visto que esse custos não eram transferidos aos consumidores por causa do tabelamento por parte do Estado.

Na interpretação de Fredericq (1980), essa crise crônica acontecia no ciclo do leite, sobretudo, com a chancela do Estado. Para ele, o Estado não solucionava a crise enfrentada pelo pequeno produtor de leite ao decretar o *preço mínimo* que as indústrias de laticínios deveriam pagar pelo litro do leite, visto que esse preço mínimo não era compatível com os custos de produção do leite, o que onerava o pequeno produtor e aprofundava ainda mais a crise. Ele ainda argumentou que a solução da crise passava pela decisão do Estado, pois esse deveria decretar um *preço mínimo* que realmente garantisse rentabilidade ao

---

sustentar-se por si mesma, e apenas por exceção, uma atividade lucrativa. Foi isso que a obrigou a viver, a partir do presente século, sob a proteção das subvenções estatais, entre elas a dos preços mínimos garantidos para seus produtos e a dos preços subsidiados para os produtos comprados à indústria” (Guimarães, 1979, p. 103).

produtor ou adotasse ainda uma política de subsídio, que custeasse o valor real do produto (não penalizando o pequeno produtor) e que, ao mesmo tempo, garantisse um preço baixo do leite para o consumidor final. Evidentemente que isso não aconteceu, conforme já elucidamos, o Estado optou em atender os interesses das grandes indústrias processadoras do leite em detrimento dos produtores de leite e dos consumidores.

O único momento, durante os 45 anos de controle do preço do leite, que se criou uma expectativa de melhorar as condições da pecuária leiteira, em especial do pequeno produtor, foi com a criação do Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes, mais conhecido como “Tíquete do Leite”, criado em 1986, pelo governo Sarney e que funcionou até 1991, quando o governo Collor extinguiu o programa. Na época do “Tíquete do Leite”, o governo federal passou a ser o maior comprador de leite no país, só para ter idéia, Meireles (2000, p. 46 e 47) revelou que em 1986 o governo comprava 395 mil litros de leite por dia, ao passo que em 1989 essa compra saltou para a marca de 3,1 milhões de litros/dia. Obviamente que, em razão do programa, criou-se uma expectativa entre os pequenos produtores de leite, de que o governo federal faria um reajuste no preço do leite C, o qual estimularia a modernização da bovinocultura leiteira, devido à demanda do produto. Mas logo se desfez essa expectativa, uma vez que o governo não reajustou o preço do leite como almejaram os produtores. A opção do governo foi aumentar a importação de leite em pó e conceder subsídios para que as grandes indústrias processadoras de leite (exemplo: Nestlé) passassem a reidratar o leite em pó que era importado (Meireles, 2000 e 2004).

Vale destacar que novamente a intervenção do Estado, através do programa do “Tíquete do Leite”, favoreceu os interesses das grandes indústrias lácteas, pois o governo importava o leite em pó dos principais grupos estrangeiros (Nestlé, Parmalat, Unilever e outras), que tinham suas filias no país e que dominavam o mercado lácteo brasileiro, e ainda fornecia subsídios para que os mesmos grupos reidratassem o leite em pó para o programa. Nota-se, então, que o tabelamento do leite e o programa do “Tíquete do Leite” favoreceram o desenvolvimento e o processo de acumulação de capital das grandes indústrias lácteas.

Para concluir, é preciso deixar claro que o desenvolvimento do CCL se realizou de maneira contraditória<sup>132</sup> durante o período de tabelamento (1945-1990), pois, de um lado, ocorreu o processo de modernização das indústrias lácteas (sua diversificação), e de outro lado, permanência de uma pecuária tradicional, em que o setor mais penalizado era o

---

<sup>132</sup> Farina (1983, p.15) sintetizou esse processo contraditório com as seguintes palavras: “ao mesmo tempo que a indústria laticinista se expande e se moderniza, sua retaguarda agropecuária permanece caracterizando-se pela baixíssima produtividade do rebanho e se definindo como uma atividade tipicamente tradicional”.

dos pequenos produtores de leite, que vivenciavam pouco a pouco a sua própria descapitalização<sup>133</sup>.

Em outras palavras, isso quer dizer que o processo de modernização aconteceu particularmente no setor das indústrias lácteas, ao passo que a bovinocultura leiteira continuava predominantemente tradicional, atrasada do ponto de vista tecnológico, com animais de baixa produtividade. Nota-se, então, que ao contrário do que aconteceu com a agricultura brasileira, que passou por um forte processo de modernização (de industrialização) a partir da década de 1970, a bovinocultura leiteira só deixou de ser uma pecuária tradicional a partir da década de 1990, ou seja, praticamente depois de 30 anos que a agricultura já tinha realizado o seu processo de modernização (industrialização).

## REFERÊNCIAS

- CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoniette. **Agricultura, Cooperativismo e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <www.centroedelstein.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **A regulamentação do mercado de leite e laticínios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- FERGUS, M. **Descentralização da Produção: o declínio do trabalhador coletivo de massa**. Araraquara. FCL-UNESP-Ar. s/d. mimeo.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- FREDERICO, Antoinette. O ciclo do leite. **Caderno do Ceas**, Salvador, n. 66, p. 18-38, mar./abr., 1980.
- GOMES, Sebastião Teixeira. **Economia da produção de leite**. São Paulo: Editora Itambé, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, José A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 69, p. 56-67, 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. I.III, t.1 . (Coleção: Os Economistas).
- MEIRELES, Almir José. **A (des)razão laticinista: a indústria de laticínios no último quartel do século XX**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

<sup>133</sup> Sobre o período do tabelamento, Fredericq (1980, p.19) elucidava que em razão do controle do preço do leite: “os pequenos produtores tradicionais teve de enfrentar eventuais prejuízos, descapitalizando-se pouco a pouco. Como esses pequenos produtores têm uma produção muito baixa e um difícil acesso ao crédito oficial, não apresentam condições para fazer inversões de capital”. Nota-se, então, que quando o pequeno produtor rural não consegue valorizar os pequenos capitais que possui, a tendência é que ele passe a ser eliminado pelo mercado, por meio de capitais maiores (ver: Marx 1984c; Graziano da Silva, 1980).

MEIRELES, Almir José. **Planejamento, qualidade e globalização na indústria de laticínios.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2004.

MORICCHI, L. et al. Situação da pecuária leiteira em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, n.20, 1973.

**ANEXO**

**ANEXO A**  
**(TABELAS)**

**TABELAS PUBLICADAS NO SITE DA EMBRAPA GADO DE LEITE**

<http://www.cnppl.embrapa.br/>

**Efetivo bovino, vacas ordenhadas e produção de leite no Brasil, 1975 a 2010**

Ano	Efetivo bovino	Vacas Ordenhadas cabeças	Produção de leite (mil litros)	produtividade litros/vaca/ano
	cabeças			
1975	102.531.758	12.293.660	7.947.382	646
1980	118.971.418	16.512.969	11.162.245	676
1985	128.422.666	16.890.308	12.078.398	715
<b>1990</b>	<b>147.102.314</b>	<b>19.072.907</b>	<b>14.484.414</b>	<b>759</b>
1995	161.227.938	20.579.211	16.474.365	801
2000	168.875.524	17.885.019	19.767.206	1.105
2005	207.156.696	20.625.925	24.620.859	1.194
2010	209.541.109	22.924.914	30.715.460	1.340
2011*	210.544.439	23.508.605	32.296.120	1.374

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário e Pesquisa da Pecuária Municipal

Elaboração: R.Zoccal - Embrapa Gado de Leite

Atualização: fevereiro/2012

\* **2011 - Estimativa**

### Comportamento das Vendas Internas de Leite Longa Vida – 1990/2006.

Ano	Leite Fluido (milhões de litros)	Leite Longa Vida (milhões de litros)	Participação do mercado %
1990	4.241	187	4,4
1991	3.951	204	5,2
1992	3.693	355	9,6
1993	3.162	456	14,4
1994	3.615	730	20,2
1995	4.200	1.050	25,0
1996	4.535	1.700	37,5
1997	4.720	2.450	51,9
1998	5.080	3.100	61,0
1999	5.125	3.425	66,8
2000	5.230	3.600	68,8
2001	5.390	3.950	73,3
2002	5.700	4.220	74,0
2003	5.767	4.227	73,3
2004	5.993	4.403	73,5
2005	6.352	4.802	75,6
2006	6.660	5.050	75,8

Fonte: Associação Brasileira do Leite Longa Vida – ABLV  
Atualizado em maio/2008

### Leite inspecionado no Brasil, 2000/2008.

Ano	Produção total	Leite inspecionado	Dif % 2010/2009
	(mil litros)	(mil litros)	
2000	19.767.206	12.107.741	61,3
2001	20.509.953	13.212.445	64,4
2002	21.642.780	13.221.307	61,1
2003	22.253.863	13.627.205	61,2
2004	23.474.694	14.495.145	61,7
2005	24.620.859	16.284.267	66,1
2006	25.398.219	16.669.742	65,6
2007	26.137.266	17.888.643	68,4
2008	27.579.383	19.285.077	69,9

Fonte: IBGE/ Pesquisa Trimestral do Leite  
Elaboração: R.Zoccal - Embrapa Gado de Leite